



CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

LISBOA

O Pensamento de Xi Jinping:

A Adaptação do Marxismo-Leninismo à China do

Século XXI

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Ramo: Ciência Política

João Maria Teixeira da Costa Possollo de Carvalho

Aluno Nº 100521014

Sobre a Orientação de: Professor Orlando Filipe Samões Gomes

Instituto de Estudos Políticos

27 de novembro de 2023

Lisboa, Portugal

Agradecimentos:

Antes de tudo, agradeço ao meu pai por me ter concedido os recursos, forças e inspiração para concretizar esta dissertação. Agradeço igualmente à minha mãe, família e a Ana Ablas, por todo o apoio, confiança e vitalidade que me proporcionaram durante este percurso. Agradeço à Universidade Católica Portuguesa pela experiência enriquecedora que permitiu o meu crescimento e desenvolvimento pessoal e educacional. A todos os docentes, especialmente ao meu orientador, Professor Doutor Orlando Filipe Samões, por ter tido a disponibilidade, dedicação e empenho na realização da presente dissertação. Por último, agradeço a todos os meus amigos, em especial ao meu companheiro de longa data, Manuel Sampaio, por me terem dado a confiança e vigor necessários para completar o meu percurso académico e por ser uma fonte de inspiração, resiliência e sucesso.

“Não importa se é um gato branco ou um gato preto. Desde que apanhe ratos, é um bom gato.” – Deng Xiaoping. (Rees, 1993, p.315).

Sumário:

A presente dissertação tem por objetivo analisar as características ideológicas e fundamentais do Pensamento de Xi Jinping, a mais recente inovação ideológica do Partido Comunista da China. Xi Jinping tornou-se no líder incontestado da China e do partido comunista chinês em 2013, acumulando rapidamente os três cargos mais poderosos: Xi Jinping é Presidente da República Popular, Presidente da Comissão Militar Central e Secretário-Geral do Partido Comunista da China. Em 2017, Xi introduziu oficialmente a sua contribuição ideológica na forma da mais recente forma sinificada de marxismo-leninismo. Quando Xi subiu ao poder, muitos presumiram que o seu mandato seria uma continuação dos últimos 40 anos de abertura económica iniciados por Deng Xiaoping e que as reformas económicas e a abertura ao exterior seriam parte integrante da sua doutrina política. Desde então, Xi Jinping provou constantemente que tais presunções sem encontram fundamentalmente incorretas: o Pensamento de Xi Jinping é estatista, neoleninista, autocrático, ditatorial e representa uma reafirmação da doutrina ortodoxa marxista-leninista no contexto chinês. Ao longo desta tese, serão analisados os principais elementos ideológico do Pensamento de Xi Jinping, as suas origens e sobretudo a interpretação pessoal de Xi dos princípios marxistas-leninistas e como o atual presidente chinês os aplica na prática para solucionar as contradições atuais da sociedade chinesa.

Palavras-Chave: Partido Comunista da China, Marxismo-Leninismo, Pensamento de Xi Jinping, Sinificação do Marxismo, Nacionalismo, Ideologia Pura, Ideologia Prática, Filosofias Chinesas, Socialismo com Características Chinesas.

Abstract:

This dissertation aims to analyse the ideological and fundamental characteristics of Xi Jinping Thought, the most recent ideological innovation of the Communist Party of China. Xi Jinping became the undisputed leader of China and the Chinese Communist Party in 2013, quickly accumulating the three most powerful positions: President of the People's Republic, Chairman of the Central Military Commission, and General Secretary of the Communist Party of China. In 2017, Xi officially introduced his ideological contribution in the form of the latest sinified form of Marxism-Leninism. When Xi came to power, many assumed that his tenure would be a continuation of the last 40 years of economic opening-up initiated by Deng Xiaoping and that economic reforms and opening up to the outside world would be an integral part of his political doctrine. Since then, Xi Jinping has consistently proven that such presumptions are fundamentally incorrect: Xi Jinping Thought is statist, neo-Leninist, autocratic and dictatorial, representing a reassertion of orthodox Marxist doctrine in the Chinese context. Throughout this thesis, the main ideological elements of Xi Jinping Thought will be analysed, as well as its origins and above all Xi's personal interpretation of Marxist-Leninist principles and he applies them in practice to solve the current contradictions present in Chinese society.

Keywords: Chinese Communist Party, Marxism-Leninism, Xi Jinping Thought, Sinification of Marxism, Nationalism, Pure Ideology, Practical Ideology, Chinese Philosophies, Socialism with Chinese Characteristics.

Índice:

Introdução:	10
Delimitação do Objeto de Estudo:	11
Estrutura da Dissertação	13
Metodologia:	14
CAPÍTULO 1: Marx, Engels e Lenine	16
1.1- Marxismo-Leninismo e o PCC:	16
1.2- Os Princípios Basilares de Marx e Engels:	17
1.3- Materialismo Dialético:	18
1.4- Materialismo Histórico:	19
1.5- O Processo de Evolução e o “Motor da História”:	21
1.6- O Modo de Produção Capitalista:	22
1.7- Estágios de Desenvolvimento e o Estágio Transitório do Socialismo:	25
1.8- Lenine, a Ditadura do Proletariado e o Partido de Vanguarda:	27
1.9- O Centralismo Democrático Leninista:	29
1.10- A Base Teórica Fundamental do Marxismo-Leninismo:	31
CAPÍTULO 2: Socialismo com Caraterísticas Chinesas	32
2.1- Contexto Histórico:	32
2.2- O Pensamento de Mao Tsé-Tung:	33
2.3- A Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung	41
2.4- A Contradição Principal	43
2.5- Ideologia Pura, Ideologia Prática e Ideologia Total	49
2.6- Teoria (“lǐlùn”) VS Pensamento (“sīxiǎng”)	57
2.7- Sinificação do Marxismo	60
2.8- A Teoria de Deng Xiaoping	65
2.9- A Etapa Primária do Socialismo	68
2.10- A Economia de Mercado Socialista Chinesa	72

2.11- A Análise de Huang Nansen.....	75
2.12- Os Três Elementos Centrais do Marxismo-Leninismo	80
CAPÍTULO 3: Nacionalismo e Filosofias Tradicionais Chinesas	83
3.1- Relação entre os elementos ideológicos	83
3.2- O Nacionalismo do Pensamento de Mao Tsé-Tung	84
3.3- “Nacionalismo Centrado no Partido”	89
3.4- Filosofias Tradicionais Chinesas:	95
3.5- “ <i>Dàtóng</i> ” e “ <i>Xiǎokāng</i> ”	98
3.6- A Influência de Kang Youwei	100
3.7- “ <i>Xiǎokāng</i> ”, “ <i>Dàtóng</i> ” e o Partido Comunista Chinês	102
3.8- O que é o Socialismo com Caraterísticas Chinesa?	106
CAPÍTULO 4: Nacionalismo Versus Marxismo-Leninismo	108
4.1- A Queda da União Soviética, o Massacre de Tiananmen e o “Fim da História”	108
4.2- Crise e Ressurgimento.....	111
4.3- Marxismo-Leninismo e Nacionalismo Após Tiananmen	115
4.4- A Importância do Marxismo-Leninismo no Pensamento de Xi Jinping	117
CAPÍTULO 5: O Pensamento de Xi Jinping	120
5.1- O Pensamento de Xi Jinping e a Terceira Fase da Sinização do Marxismo	120
5.2- O Pensamento de Xi Jinping e o Marxismo-Leninismo	129
5.3- Os Três Elementos Centrais do Marxismo-Leninismo na Tradição Socialista Chinesa	130
5.4- Materialismo Dialético	130
5.5- Materialismo Histórico	131
5.6- O “Estágio Primário do Socialismo” no Pensamento de Xi Jinping	132
CAPÍTULO 6: A Contradição Principal do Pensamento de Xi Jinping	136
6.1- A Contradição Principal de 2017:	136
6.2- Forças Produtivas e as Necessidades do Povo Chinês:	138
6.3- Forças Produtivas e Relações de Produção:	148

6.4- Motivos para o Aumento do Controlo Estatal e Partidário:	153
6.5- As Orientações Gerais da Contradição Principal de 2017:	158
CAPÍTULO 7: O Sistema Leninista de Xi Jinping	163
7.1- O Sistema Leninista do PCC de Mao a Xi.....	163
7.2- Centralismo Democrático	164
7.3- O Fim de Uma Sucessão Estável e Previsível.....	167
7.4- O PCC Enquanto Partido de Vanguarda	169
CAPÍTULO 8: Nacionalismo no Pensamento de Xi Jinping:	172
8.1- Nacionalismo Centrado no Partido:	172
8.2- O “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” e os “Dois Objetivos Centenários”	178
8.3- O “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”	179
8.4- A Narrativa de Humilhação e Vitimização	181
8.5- A Narrativa de Restauração da Glória Nacional.....	182
8.6- Os “Dois Objetivos Centenários”.....	185
8.7- Os Dois Objetivos do “Comunismo Nacional” de Xi Jinping	186
8.8- Elementos das Filosofias Tradicional Chinesas	187
8.9- “ <i>Dàtóng</i> ” e “ <i>Xiǎokāng</i> ” no Pensamento de Xi Jinping.....	190
CAPÍTULO 9: Conclusões.....	193
9.1- Quais são Principais Elementos Ideológicos do Pensamento de Xi Jinping?	193
9.2- O que é o Pensamento de Xi Jinping?.....	196
9.3- Qual é a importância do Pensamento de Xi Jinping?	197
9.4- Conclusão	200
Referências Bibliográficas:	203

Lista de Abreviaturas e Acrónimos:

P

PCC – Partido Comunista da China

N

NPE – Nova Política Económica

Introdução:

O Pensamento de Xi Jinping é a doutrina política e contribuição ideológica de Xi Jinping, o atual Presidente da República Popular da China. O seu pensamento político adquiriu um destaque e proeminência inédita nas últimas quatro décadas, quer no meio académico, quer no meio intelectual e jornalístico. No entanto, o Pensamento de Xi Jinping é o produto e parte integrante, de uma tradição e sistema ideológicos cujas origens, bases teóricas e metodologia remontam ao início do século XX. Este sistema ideológico marxista, apresenta características fundamentalmente distintas do sistema ideológico soviético e exhibe traços unicamente chineses. De entre estas características, a mais importante para compreender as origens, propósito e especificidades do Pensamento de Xi Jinping, são o processo da Sinificação do Marxismo e a Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung.

Durante mais de quarenta anos, a China experienciou uma das transformações sociais, económicas e militares mais significativas dos séculos XX e XXI. Após as reformas económicas de Deng Xiaoping, a China evoluiu de um país atrasado, pobre e isolado, para uma potência ascendente. O fim da Guerra Fria e a abertura da economia chinesa ao mercado internacional, criou uma perceção e entendimento no exterior, especialmente na Europa e nos Estados Unidos da América, de que O Partido Comunista da China tinha abandonado a sua ideologia marxista-leninista. A célebre obra de Francis Fukuyama (1992), *“The End of History and the Last Man”*, foi de particular importância na formação desta interpretação da China moderna.

Com a subida de Xi Jinping ao poder, esta interpretação tem sido desafiada. Xi aumentou o controlo do partido comunista sobre todos os aspetos da vida económica, política e social da China, promovendo uma forma específica de marxismo-leninismo adaptada ao contexto chinês. Após quatro décadas de abertura económica e crescimento do setor privado da economia

chinesa, Xi deu início a uma nova fase de desenvolvimento da China, na qual o partido comunista tem a palavra final em todas as decisões. Baseando-se nos trabalhos de Marx, Engels, Lenine, Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, e armado com o seu conhecimento das vastas leis materiais e impessoais que regem a história humana, o Pensamento de Xi Jinping é o produto de um século de evolução da doutrina marxista chinesa.

Delimitação do Objeto de Estudo:

O objetivo central desta dissertação é identificar e analisar os principais elementos ideológicos do Pensamento de Xi Jinping. Consequentemente, esta dissertação procura responder à questão de saber o que é o Pensamento de Xi Jinping e quais os seus componentes essenciais. Esta dissertação não procura proceder a um estudo comparativo e entre a doutrina política de Xi Jinping e outras contribuições ideológicas que a antecederam. Consequentemente, análises detalhadas de contribuições precedentes ou estudos comparativos extensos entre o Pensamento de Xi Jinping e a Teoria de Deng Xiaoping encontram-se fora do escopo deste estudo. No entanto, seria impossível alcançar os objetivos acima descritos sem um estudo da doutrina marxista chinesa e dos seus traços gerais e comuns a todas as contribuições ideológicas da mesma. Desta forma, é necessário identificar as bases ideológicas do Pensamento de Xi Jinping e os seus elementos centrais mediante um estudo da evolução da doutrina marxista chinesa.

O segundo limite incide sobre as implicações da doutrina política de Xi Jinping para a área científica de relações internacionais, visto que não constituem uma parte fundamental desta dissertação e não serão incluídas no seu conteúdo. No entanto, devido a certos elementos como “O Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”, terá de recorrer a conceitos próprios da área

de Relações Internacionais para ser possível analisar esses mesmos elementos. Excluindo tais exceções, a presente investigação não procederá a análises detalhadas de questões geopolíticas associadas ao Pensamento de Xi Jinping.

Questões de Investigação:

Quanto às perguntas de partida desta dissertação, estas consistem em duas questões centrais:

- 1) Quais são os principais elementos ideológicos do Pensamento de Xi Jinping?
 - Quanto a este ponto, o objetivo é identificar os principais elementos ideológicos do Pensamento de Xi Jinping, tais como nacionalismo, marxismo-leninismo e outros. Procura ainda investigar as origens da doutrina política de Xi Jinping para que seja possível identificar estes elementos.
- 2) O que é o Pensamento de Xi Jinping?
 - O segundo objetivo desta investigação é chegar a uma caracterização final e global do Pensamento de Xi Jinping, em que tradição ideológica se enquadra, qual é o seu método de raciocínio ideológico e se ou não uma forma universal de marxismo-leninismo.

Estrutura da Dissertação:

A estrutura desta dissertação encontra-se dividida em 9 capítulos. O primeiro capítulo consiste numa breve análise dos princípios gerais do marxismo-leninismo. O segundo e terceiro capítulos, centram-se na análise e identificação dos elementos ideológicos essenciais do sistema ideológico do Socialismo com Caraterísticas Chinesas. O quarto capítulo, trata da relação entre o elemento marxista-leninista e o elemento do nacionalismo chinês. O quinto, sexto, sétimo e oitavo capítulos, consistem na análise detalhada do Pensamento de Xi Jinping, dos seus elementos ideológicos particulares e dos seus objetivos, com o sexto capítulo especialmente dedicado à contradição principal de 2017, um ponto fulcral no Pensamento de Xi Jinping. Finalmente, teremos um nono capítulo que consiste nas conclusões da presente investigação.

Esta estrutura justifica-se pela própria natureza do objeto de estudo em questão. Sem um estudo prévio quer das bases doutrinárias de Marx, Engels ou Lenine, e do sistema ideológico do Socialismo com Caraterísticas Chinesas, não seria possível levar a cabo a presente investigação de forma adequada e profunda, visto que o Pensamento de Xi Jinping, representa o mais recente desenvolvimento teórico do “Socialismo com Caraterísticas Chinesas”.

Metodologia:

O método de investigação da presente dissertação combina duas abordagens distintas: uma qualitativa e outra quantitativa. A primeira consiste em uma análise dos artigos, obras bibliográficas e discursos de Xi Jinping auxiliada e delimitada por argumentos e conclusões extraídas dos trabalhos académicos na bibliografia primária. O Pensamento de Xi Jinping representa o mais recente desenvolvimento teórico do “Socialismo com Características Chinesas”. Portanto, não pode ser analisado com o rigor desejado por meio de mera interpretação pessoal, mas com base nos argumentos e conclusões extraídas de trabalhos académicos de cientistas políticos e sinólogos especializados na matéria. No que toca ao elemento metodológico quantitativo, este consistirá no estudo da bibliografia secundária composta por numerosos artigos académicos e estudos científicos. Este segundo elemento procura garantir duas condições: assegurar que esta investigação tenha por base não apenas o material bibliográfico original da autoria de Xi Jinping, mas também em bases académicas credíveis que o enquadrem corretamente na tradição a que pertence.

Para que seja possível identificar os principais elementos ideológicos do pensamento político de Xi Jinping, não basta adotar o método de investigação escolhido: é necessário a aplicação de uma perspetiva específica do objeto de estudo em questão. De entre as várias perspetivas possíveis encontra-se a do Partido Comunista Chinês, através da qual seria totalmente impossível alcançar os objetivos pretendidos. O “Pensamento de Xi Jinping” trata de uma enorme pletora de tópicos e assuntos: desde como gerir uma empresa, à condução da diplomacia chinesa com a União Europeia. A perspetiva selecionada centra-se estritamente na identificação e análise dos elementos ideológicos do Pensamento de Xi Jinping, como o a centralidade do papel do Partido no desenvolvimento da República Popular Chinesa, ou o “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”.

Breve Nota ao Leitor:

Antes de proceder com a presente dissertação, é necessário elaborar o breve nota ao leitor para contextualizar o tema em questão. A presente investigação serve de reflexão ao estudo da doutrina e tradição ideológica do marxismo-leninismo chinês, marcado por uma série de peculiaridades importantes. O Pensamento de Xi Jinping é a mais recente forma de marxismo-leninismo chinês, tendo apenas sido introduzido oficialmente em 2017. É o produto de uma tradição ideológica com quase um século de duração, fundada por Mao Tsé-Tung e continuada pelos seus sucessores até aos dias de hoje. Esta investigação debruça-se sobre essa mesma tradição marxista chinesa no geral e sobre o Pensamento de Xi Jinping em específico, consistindo primariamente numa análise do seu elemento marxista.

Esta investigação serve de reflexão para o estudo da doutrina marxista-leninista e para o estudo do sistema ideológico socialista chinês em particular. Ao longo das páginas que se seguem, examinaremos de perto como as ideias e princípios fundamentais do marxismo-leninismo foram incorporados e adaptados por Xi Jinping para moldar as políticas e diretrizes da China contemporânea. Este estudo oferece uma oportunidade para compreender como a teoria revolucionária de Marx e Lenin continua a desempenhar um papel significativo na formulação das políticas e no desenvolvimento da sociedade chinesa sob a liderança de Xi Jinping. É um esforço de reflexão para o estudo da doutrina de Marx e Engels no século XXI, cuja importância no contexto chinês não deve ser descurada ou ignorada. Constitui igualmente um exercício no método de análise dialética de Hegel, Marx, Engels, Mao e do próprio Xi Jinping e na forma como essa metodologia é utilizada pelo PCC para definir as linhas gerais das suas políticas.

CAPÍTULO 1: Marx, Engels e Lenine

1.1- Marxismo-Leninismo e o PCC:

O PCC foi fundado em 23 de julho de 1921 com o apoio das suas contrapartes soviéticas em Moscovo, cuja influência teve consequências profundas na sua ideologia e organização. Tendo sido fundado como um partido marxista-leninista ao estilo soviético, o PCC adotou essa mesma ideologia com a sua base teórica fundamental, bem como os princípios organizacionais leninistas. Embora essa base ideológica se tenha mantido intacta até hoje, não permaneceu estática ou totalmente inalterada. Com efeito, o PCC não permaneceu por muito tempo como uma cópia da sua contraparte soviética e os seus líderes não tardaram em enveredar por um caminho ideológico próprio.

O que é marxismo-leninismo? Tendo em conta que a presente investigação se centra na ideologia do PCC, em geral e no Pensamento de Xi Jinping em concreto, usaremos a definição utilizada pelos próprios marxistas-leninistas chineses. Segundo o PCC, marxismo-leninismo consiste na combinação dos trabalhos de Marx e Engels por um lado e pelos ensinamentos de Lenine por outro (P. R.C, 1983, p.5). Ou seja, consiste na combinação das teorias de Marx e Engels (marxismo) com a práxis revolucionária de Vladimir Lenine (leninismo).

1.2- Os Princípios Básicos de Marx e Engels:

Em primeiro lugar, Marx e Engels adotam uma mundivisão materialista, separando o mundo em aspetos não materiais e materiais (Acton, 1947, pp.208-212). A base desta distinção, é a separação entre materialismo e idealismo feita por Marx e Engels (1986, pp.593-594) que foi posteriormente adotada por Mao Tse-Tung (1965a, pp.311-315) no seu ensaio “*On Contradiction*”. Materialismo refere-se a todas as teorias que defendem a supremacia e dominância da dimensão material, cujas alterações internas são a causa de todas as mudanças observáveis. Em contraste, idealismo designa qualquer teoria que se centre nos aspetos não materiais como a teoria dialética de Hegel. Dialética, é um termo utilizado para descrever um método de argumentação filosófica que envolve algum tipo de processo contraditório entre elementos opostos. Ou seja, ao passo que os idealistas aplicavam o seu método dialético a matérias filosóficas e outros aspetos do campo das ideias, os materialistas aplicam a mesma lógica aos fenómenos e processos materiais (Mao Tse-Tung, 1965a, p.315).

Ficam assim estabelecidas duas premissas essenciais da mundivisão marxista: que o mundo se encontra separado entre aspetos materiais e não materiais e que os primeiros constituem a principal causa do desenvolvimento de todos os outros aspetos e fenómenos observáveis. Quais são os princípios essenciais da mundivisão materialista dos marxistas? O primeiro consiste na fusão de dois elementos, o método dialético por um lado e a primazia dos aspetos materiais por outro. Este princípio é conhecido como materialismo dialético e constitui a base da mundivisão marxista. A própria etimologia do conceito revela a sua importância e conteúdo: as mudanças em todos os aspetos não materiais têm origem no processo dialético interno dos aspetos materiais. O segundo princípio da mundivisão marxista, é a aplicação do materialismo dialético às sociedades humanas, conhecido como materialismo histórico. Concluindo, os dois princípios

essenciais do marxismo são: o materialismo dialético, que constitui o seu método, e o materialismo histórico, que constitui a aplicação do primeiro ao estudo das sociedades humanas (Boer, 2021, pp.2-3). Esta interpretação da mundivisão marxista, é comum a todos os principais líderes comunistas: Mao Tse-Tung (1965a, p.315), Stalin (2023, pp.139-184), e Xi Jinping (2020a, p.97) adotam ambos os princípios como os componentes essenciais da sua mundivisão ideológica. Tendo identificado os princípios essenciais do marxismo-leninismo, cabe agora proceder à sua descrição de forma mais detalhada.

1.3- Materialismo Dialético:

Procederemos agora à sistematização do conteúdo e implicações do materialismo dialético. Marx e Engels adotam uma mundivisão não apenas materialista, mas também dialética, na qual todas as coisas e fenómenos encontram-se interligados, em constante transformação. Todos os fenómenos e coisas têm de ser considerados conforme os seus movimentos, relações, interações e contexto. Tal como referem ambos os filósofos numa crítica à visão materialista, mas estática e imutável, o mundo não é estático e encontra-se num processo dialético e contínuo de formação, consolidação e cessação no qual nada é eterno e tudo é eventualmente suplantado (Marx & Engels, 1986, pp.342-344). Este processo ocorre através da relação dialética entre os aspetos contraditórios internos, que se encontram presentes em todos os aspetos e fenómenos materiais (Marx & Engels, 1986, pp.405-412). Desta forma, é a evolução dialética dos elementos materiais que determina o desenvolvimento dos elementos não materiais (Marx, 1909, p.25). Estas são as implicações teóricas do materialismo dialético.

No que toca às suas consequências práticas, o materialismo dialético exige que os marxistas-leninistas dominem uma série de métodos analíticos, nomeadamente no que toca à análise dialética de contradições materiais. Se um adepto da mundivisão materialista de Marx e Engels,

deseja não apenas compreender, mas também encontrar soluções para as contradições com as quais se defronta, deve promover uma análise dialética das contradições internas dos fenómenos materiais. Desta forma, a importância de um método dialético sistematizado das contradições materiais nunca pode ser desconsiderada. Esta consideração deve-se à Teoria das Contradições (Mao Tse-Tung, 1965a, pp.311-346), que constitui um instrumento de análise essencial na tradição marxista chinesa. Esta teoria é essencialmente uma versão chinesa da análise de contradições, baseada nos ditames do materialismo dialético (Boer, 2021, p.3).

1.4- Materialismo Histórico:

Stalin (2023, p.139) refere que o materialismo histórico, consiste na aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da evolução da história humana. Consequentemente, o materialismo histórico estabelece que todos os aspetos não materiais da sociedade humana, resultam do desenvolvimento dos seus elementos materiais. Por outras palavras, todos os desenvolvimentos não materiais de uma sociedade, como as suas instituições políticas, classes sociais, arte e filosofia, são produtos da sua atividade e organização económica (Harris et al. 1991, pp.45-48). Da mesma forma que o mundo se encontra dividido entre aspetos materiais e não materiais, as sociedades humanas também se dividem em duas dimensões: a parte material e dominante, ou base económica, e a parte não material, ou superestrutura (Marx & Engels, 2010a, pp.33-37). A primeira representa todo o sistema e organização económica, ao passo que a superestrutura se refere ao sistema político, à cultura, arte, ideologia e outros aspetos não materiais. A relação entre a base e a superestrutura, é uma consequência direta da lógica do materialismo dialético: são as alterações na base económica que causam alterações na superestrutura (Marx & Engels, 2010, pp.33-37). No entanto, esta relação não é meramente unilateral: alterações na superestrutura podem influenciar a base (Marx & Engels, 2010, pp.33-

37), mas estas ocasiões constituem a exceção e não a regra. A primazia da base económica e dos elementos materiais é evidente no Manifesto Comunista: por exemplo, Marx & Engels (1955, p.12) afirmam que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção. Ou seja, é base económica e material que sustenta a organização e a hierarquia social entre as diversas classes.

A base económica de qualquer sociedade humana, é definida pela forma como o seu sistema económico se organiza e opera, ou seja, de acordo como o modo de produção vigente (Legros et al., 1979, pp.243-249). Em termos marxistas, o conceito de modo de produção é constituído dois aspetos centrais: as forças produtivas e as relações de produção (Harris et al. 1991, pp.379-381). As forças produtivas incluem todos os recursos que a sociedade tem à sua disposição para a produção material: máquinas, tecnologia, mão de obra, matérias-primas e outros elementos materiais (Harris et al. 1991, p.235). Por sua vez, as relações de produção são constituídas pelo regime de controlo dos meios de produção, ou seja, que grupo controla os elementos necessários à produção da vida material (Harris et al. 1991, p.204). No entanto, as relações de produção representam não apenas as relações vigentes entre as várias classes sociais, mas também as suas relações de poder, que determinam a alocação de recursos económicos entre classes (Donham, 2015, p.715). Por outras palavras, as relações de produção representam assimetrias de poder e distribuição de recursos consoante a organização da vida material. A união das relações de produção e das forças produtivas de um terminado período histórico, constitui o respetivo modo de produção (como a economia funciona e se encontra organizada).

1.5- O Processo de Evolução e o “Motor da História”:

Como foi referido, um modo de produção evolui devido à relação dialética entre os seus elementos internos, nomeadamente devido à relação dialética entre relações de produção e forças produtivas (Harris et al., 1991, p.204). Este mecanismo histórico, ou “motor da história”, opera da seguinte forma: à medida que as forças produtivas evoluem, as relações de produção vão perdendo a capacidade de acompanhar esse avanço. O resultado é uma relação cada vez mais contraditória e antagónica entre ambos os elementos em questão (Harris et al., 1991, p.204). Eventualmente, as relações de produção tornam-se obsoletas relativamente às forças produtivas e convertem-se num entrave à sua evolução (Marx & Engels, 1955, p.15). É esta relação contraditória que cria as condições para a intensificação da luta de classes. A luta de classes refere-se à relação dialética entre as várias classes sociais que integram um determinado modo de produção. Por sua vez, a intensificação da luta de classes resulta numa revolução social que destrói as relações de produção obsoletas. A certo ponto, a evolução das forças produtivas entra em conflito com as relações de produção e quando esse conflito atinge o seu pico, surgem as condições para uma alteração do modo de produção vigente (Marx & Engels, 1955, pp.15-16). Desta forma, é a expansão e avanço das forças de produção que explica o curso da história humana (Harris et al., 1991, p.235). No entanto, é importante sublinhar que nenhum destes elementos tem características ou uma natureza fixa e estática. Todos os elementos da base económica e da superestrutura estão em constante mutação: estes emergem, evoluem e cessam num processo sem fim. Resumindo, os estágios de desenvolvimento deste processo nunca são estanques e um modo de produção não é imediatamente substituído por outro: os modos de produção possuem resquícios de um modo de produção anterior, bem como sementes de um futuro modo de produção. Desta forma, um determinado modo de produção é sucedido por outro, que por sua vez encontra as suas origens no seu antecedente. Marx & Engels (1955, p.15)

descrevem este processo no Manifesto Comunista: na sua análise da transição do modo de produção feudal para o capitalista, os autores mencionam que as sementes do capitalismo surgiram enquanto vigorava o modo de produção anterior.

Este é o “motor da história” que permite aos marxistas-leninistas determinarem a evolução das sociedades humanas. Uma premissa importante do materialismo histórico, é que as transições entre modos de produção, dependem dos requisitos materiais necessários para efetuar essa transição. Antes de transitar para um novo modo de produção, uma sociedade tem de adquirir um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e das correspondentes relações de produção. Quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia em 1917 por via de uma revolução armada, tentaram criar imediatamente uma sociedade comunista. No entanto, tal como constatou Lenin (1973, pp.63-64), esta tentativa resultou num abjeto fracasso devido falta dos pré-requisitos materiais necessários para essa transição, mencionando especificamente a falta de desenvolvimento das forças produtivas.

1.6- O Modo de Produção Capitalista:

Cabe agora caraterizar o modo de produção capitalista. A primeira caraterística do modo de produção capitalista é a sua estrutura social, composta por uma classe dominante e uma classe subjugada: a burguesia e o proletariado (Harris et al., 1991, pp.71-73). A segunda é a posse dos meios de produção pela burguesia na forma de propriedade privada que separa os meios de produção do proletariado (Marx & Engels, 1955, pp.16-17). Terceiro, sendo que os proletários não detêm a propriedade dos meios de produção, vêm-se obrigados a alienar a sua mão de obra à burguesia para satisfazer as suas necessidades básicas (Marx & Engels, 1955, p.22). Finalmente, o modo de produção capitalista rege-se em função da acumulação de riqueza, que ou arrecadada como lucro pela burguesia, ou reinvestida para desenvolver os meios de produção

(Harris et al., 1991, pp.71-73). Desta forma, o modo de produção capitalista é composto pelas relações de produção entre o proletariado e a burguesia, e por um conjunto de forças produtivas que se revolucionam constantemente.

Seguindo a lógica do materialismo histórico, Marx & Engels (1955) concluem que o modo de produção capitalista se encontra destinado a colapsar sob o peso das suas próprias contradições internas: “As armas com as quais a burguesia derrubou o feudalismo são agora viradas contra a própria burguesia.” (p.16). Ambos os autores referem que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção (Marx & Engels, 1955, p.12), ou seja, o processo que derrubou o modo de produção anterior também derrubará o modo de produção capitalista. A conclusão é que a relação entre forças e relações de produção é central na análise marxista. À medida que estas forças de produção se tornam cada vez mais avançados, as condições de vida do proletariado deterioram-se proporcionalmente (Marx & Engels, 1955, p.19). O proletariado é uma classe oprimida e explorada pela burguesia, mas para que tal opressão seja sustentável, é necessário que a segunda seja capaz garantir as necessidades básicas do primeiro (Marx & Engels, 1955, p.19). Tendo em conta que os capitalistas se encontrarem em competição interna, são obrigados a investir cada vez mais capital nos meios de produção (Marx & Engels, 1955, pp.19-20). Esta dinâmica traduz-se na total incapacidade da burguesia em satisfazer as necessidades básicas do proletariado, e em controlar o sistema económico e social que domina. Consequentemente, a relação dialética entre os meios e relações de produção torna-se cada vez mais contraditória, levando a que as primeiras se tornem cada vez mais desatualizadas relativamente às segundas. As contradições internas do modo de produção capitalista, a crescente destituição do proletariado e a sua desigualdade face à burguesia, criam as condições para uma revolução social através da luta de classes (Marx & Engels, 1955, pp.19-20). A luta de classes entre a burguesia e o proletariado resultaria na suplantação da primeira pelo segundo, abrindo caminho para o fim do modo de produção capitalista e para o

estabelecimento da ditadura do proletariado (Marx, 1968, p.117). Este processo de evolução dialética entre forças e relações de produção, não é único ao modo de produção capitalista: é universal e foi a causa da destruição de todos os modos de produção anteriores.

Segundo Marx & Engels (1955, pp.21-22), o elemento excecional desta revolução é o seguinte: seria a primeira revolução na qual a classe oprimida derruba a classe opressora. Em todas as outras transições de um modo de produção para outro, a luta de classes ocorreu entre as classes opressoras, tal como ocorreu na transição do feudalismo para o capitalismo. Nessa mesma transição, a antiga classe opressora (os senhores feudais) foi suplantada pela nova classe opressora (a burguesia) (Marx & Engels, 1955, pp.21-22). No caso da revolução proletária, que anunciaria o fim do modo de produção capitalista, esta ocorreria entre a classe opressora e a classe oprimida e terminaria com o triunfo do proletariado.

Quando as condições para a revolução proletária se encontram reunidas, dá-se início ao processo de transição do capitalismo para o modo de produção comunista. No entanto, esta transição e revolução nunca ocorrem num só momento: ambos os processos são graduais e faseados. A revolução proletária não ocorre de uma só vez a uma escala global, visto que existem nações cujo desenvolvimento é ainda insuficiente para efetuar essa transição. Por exemplo, Marx & Engels (2010b, p.235) mencionam uma série de povos europeus, como os bascos e um conjunto de povos eslavos, que eram demasiado atrasados no processo histórico para chegarem ao ponto de uma revolução proletária (Marx & Engels, 2010, p.234). No entanto, tal como notam Marx & Engels (1955, p.14), estas nações mais atrasadas são obrigadas, sob pena de extinção, a adotarem esse mesmo modo de produção capitalista. Tal implica que a revolução proletária ocorreria em países industrializados e capitalistas.

Outro motivo é a consciência de classe, que designa a autoconsciência do proletariado no sentido de que todos os seus membros têm os mesmos interesses de grupo ou classe,

independentemente de nacionalidade. Esta consciência internacional de classe não se forma de uma só vez e demora tempo a assumir uma dimensão global. Essa consciência forma-se inicialmente por meio de sindicatos e assume um caráter nacional, pelo que inicialmente o proletariado de cada nação tem de confrontar a sua respetiva burguesia nacional (Marx & Engels, 1955, p.21). A certo ponto, os proletariados de todo o mundo ganham consciência dos seus interesses comuns, assumindo um caráter internacional (Marx & Engels, 1955, p.23). Esta consciência internacional de uma classe proletária unida, foi capturada por Marx & Engels (1955) na célebre frase “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” (p.46).

1.7- Estágios de Desenvolvimento e o Estágio Transitório do Socialismo:

A divisão da evolução histórica das sociedades humanas em estágios de desenvolvimento material, é uma característica essencial do marxismo. Um estágio de desenvolvimento é um momento particular, correspondente a um período da história humana durante o qual vigora um modo de produção, base e superestrutura particulares (Marx, 1977, pp.20-21). Contudo, a referida divisão não termina com o progresso histórico composto por quatro principais modos de produção: escravagismo, feudalismo, capitalismo e comunismo (Harris et al., 1991, pp.514-515). Na verdade, cada um destes estágios de desenvolvimento subdivide-se em fases particulares. Lenin (2022, pp.91-100), por exemplo, esclareceu que a fase mais aguda e intensa do capitalismo era é a do imperialismo, na qual um punhado de países extremamente ricos domina o mundo e extrai os recursos de outras nações menos desenvolvidas. O capitalismo, tal como os outros estágios de desenvolvimento, não é um estágio monolítico durante o qual as suas características permanecem estáticas e fixas. Neste momento cabe recordar as lições do materialismo dialético e histórico: todos os fenómenos e processos de desenvolvimento encontram-se em constante movimento e mudança e num processo constante de formação,

evolução e cessação. Este desenvolvimento faseado e gradual, aplica-se também a todos os estágios de desenvolvimento. No entanto, estes não são apenas faseados: Marx & Engels (1955, pp.11-15) referem que existiam formas localizadas e embrionárias de capitalismo no estágio do feudalismo. Ou seja, cada modo de produção pode perfeitamente conter elementos ou resquícios de modos de produção anteriores e futuros.

Esta subdivisão e evolução gradual, é especialmente importante no estágio de desenvolvimento transitório conhecido como socialismo, que consiste na fase intermédia entre capitalismo e comunismo durante a qual vigora a ditadura do proletariado (Marx, 1875, cit. por Harris et al., 1991, p.501). A fase do socialismo, é tida como o estágio primário do comunismo, ou seja, é a fase transitória antes de atingir o comunismo pleno (Harris et al., 1991, p.501). Por sua vez, o comunismo pleno é a fase final do estágio de desenvolvimento com o mesmo nome, na qual a propriedade privada e as divisões entre classes desaparecem (Harris et al., 1991, p.501). O momento em que o proletariado toma o poder político, representa o início da ditadura do proletariado e do estágio do socialismo que envolve a monopolização do poder estatal nas mãos da nova classe dominante, a coletivização da economia, o fim do regime de propriedade privada e a abolição das diferenças entre classes (Harris et al., 1991, pp.151-152). Embora Marx e Engels tenham elaborado as características gerais do socialismo, nunca procederam a uma sistematização concreta e detalhada do mesmo: a sua preocupação principal era formar um movimento capaz de derrubar o capitalismo e não elaborar teorias detalhadas acerca de um futuro socialista (Marx et al., 2005, p.16).

Esta tarefa coube aos revolucionários socialistas, tal como Lenine que conduziu a Revolução de Outubro de 1917. Essa mesma experiência revolucionária lançou Lenine na tentativa de construir um sistema socialista. No entanto, as forças produtivas russas apresentavam um nível de desenvolvimento muito aquém do necessário: a economia era maioritariamente rural e o seu

proletariado era reduzido. A Rússia não reunia as condições materiais necessárias para efetuar uma transição para o estágio do comunismo. Outro caso mencionado por Lenine é a China, cujo estágio de desenvolvimento feudal impedia qualquer possibilidade de o país passar diretamente para o socialismo, sem primeiro passar por uma fase preparatória de capitalismo (Harris et al., 1991, p.515). O dilema de conduzir uma revolução marxista num país rural, foi de particular importância no caso chinês, constituindo um dos focos do Pensamento de Mao Tsé-Tung.

Tal como os outros estágios de desenvolvimento, o socialismo não é estático ou singular, mas sim composto por uma série de fases menores interligadas que se sucedem umas às outras. A construção de uma ditadura do proletariado estável e a criação dos pré-requisitos materiais necessários para efetuar a transição do socialismo para o comunismo pleno, são processos demorados e complexos. A constatação de Lenin (1973, pp.63-64) acima mencionada, segundo a qual a Rússia não tinha a base material necessária para efetuar a transição direta para o comunismo pleno, é uma consequência direta desta visão de uma evolução gradual, material e dialética da história. Esta é a mundivisão marxista, marcada pela evolução dos elementos materiais e económicos das sociedades humanas e por vastas forças impessoais que regem a história da humanidade. Toda a tradição ideológica do PCC assenta nesta base teórica materialista e dialética, sendo a fonte de todas as contribuições ideológicas desde Mao a Xi.

1.8- Lenine, a Ditadura do Proletariado e o Partido de Vanguarda:

Analisaremos agora o elemento leninista, mais concretamente os dois princípios essenciais de organização partidária elaborados por Vladimir Lenine. Lenine é especialmente importante na presente investigação por dois motivos: o seu modelo de organização partidário foi adotado pelo PCC em 1921 (Thornton, 2021, pp.58-60) e continua em vigor até hoje na forma de

centralismo democrático. Segundo, porque o papel do partido enquanto vanguarda revolucionária é vital na evolução ideológica e na história do PCC.

Marx & Engels (1955, pp.23-28) referem que os comunistas têm um papel particular na revolução e na ditadura do proletariado: têm de consciencializar o proletariado acerca dos seus interesses comuns a um nível internacional e de liderar os esforços dessa classe oprimida. Uma das mais importantes contribuições de Lenine neste tema foi o seu conceito de vanguardismo, elaborado a partir do papel atribuído por Marx e Engels aos comunistas. Lenin (1977a, pp.347-531) entende que para que as missões de uma revolução proletária e construção de um estado e sistema socialista fossem bem-sucedidas, era essencial que todo o processo fosse dirigido pela vanguarda revolucionária e intelectual na forma de um partido comunista. Embora não descreva o conceito de vanguarda de forma sintética, o referido ensaio descreve perfeitamente o conceito. Lenin (1977a, pp.397-398) critica outros revolucionários russos, acusando-os de rejeitar o conceito de vanguarda e cair no que classifica como a concepção política sindical. A política sindical consiste essencialmente, na organização dos trabalhadores, mas sem uma vanguarda de revolucionários profissionais. Esta última era vista por Lenin (1977a, pp.317-319) como espontânea, sem uma liderança capaz e decisiva, destinada ao fracasso ou a cair nas armadilhas da burguesia. Ou seja, não basta que os trabalhadores se organizem voluntariamente: é vital que os revolucionários e intelectuais leninistas liderem o proletariado. Uma revolução proletária sem uma liderança capaz de atuar de forma decisiva e sem o conhecimento adequado das leis materiais da história humana, estava destinada ao fracasso, ou a ser corrompida pela burguesia. Consequentemente, é essencial que o partido comunista, concebido como a vanguarda do proletariado, conduza a luta para implementar um sistema socialista ou tal como refere Lenin (1977a):

“Temos de assumir a tarefa de organizar uma luta política abrangente sob a liderança do nosso partido, de modo a tornar possível que todas as camadas opositoras prestem o seu máximo apoio à luta e ao nosso partido. Devemos formar os nossos trabalhadores práticos social-democratas para se tornarem líderes políticos, capazes de orientar todas as manifestações desta luta abrangente...” (p. 428).

No entanto, o conceito de vanguarda não se justifica apenas pela ineficácia de outras alternativas, como a organização sindical que Lenine classifica como uma manipulação burguesa: o problema prende-se com a compreensão correta das leis materialistas da história, cujas implicações são conhecidas pela vanguarda, mas não pelo proletariado como um todo. Caso os trabalhadores liderem diretamente o movimento sem uma vanguarda política de revolucionários profissionais, estarão condenados ao fracasso. A questão do partido de vanguarda, é um dos principais motivos pelos quais, Lenine desenvolveu o princípio do centralismo democrático. Este consiste numa metodologia de organização, que concentra o poder nas mãos do partido comunista e da elite revolucionária.

1.9- O Centralismo Democrático Leninista:

Um dos principais traços do Leninismo é o centralismo democrático, uma metodologia de organização partidária desenvolvida por Vladimir Lenine que define o *modus operandi* interno do aparato partidário. No pequeno texto, “*Freedom to Criticize and Unity of Action*”, Lenin (1978, pp.442-443) descreve perfeitamente a essência do sistema do centralismo democrático. O elemento democrático consiste no processo deliberativo que ocorre dentro dos órgãos partidários: os seus membros reúnem-se para discutir e debater que políticas devem ser adotadas e eventualmente tomam uma decisão coletiva acerca do tema (Lenin, 1978, pp.442-443). No que toca ao seu elemento centralista, este impõe-se após a tomada da decisão. Quando o

Politburo toma uma decisão coletiva por meio de maioria de votos, essa decisão é institucionalizada e passa a ser a posição oficial do partido. Este processo é descrito no 6.º Congresso do partido comunista russo em 1917 em 4 pontos (Beyme, 1975, pp.260-261): todos os órgãos partidários serão eleitos internamente (1); os órgãos do partido proporcionam relatórios periódicos das suas atividades às respectivas organizações partidárias (2); imposição de rígida disciplina partidária e da total subordinação da minoria à maioria (3); todas as decisões tomadas pelos mais altos órgãos do partido devem ser obedecidas, implementadas e aceitas na sua totalidade por todos os outros órgãos(4).

Resumindo, o centralismo democrático é a forma de organização de um partido ditatorial marxista-leninista como o PCC. Embora se intitule “democrático”, esta classificação nada tem que ver com o conceito de democracia vigente em estados democráticos. Os últimos caracterizam-se na sua maioria por serem democracias liberais, nas quais vigora o sufrágio universal e princípios como a separação de poderes. O centralismo democrático marxista-leninista é totalmente distinto: a mera ideia de um sufrágio universal é uma heresia absoluta, visto que nega tanto a liderança daqueles que compreendem corretamente as leis materiais da história. As massas não possuem esse conhecimento e logo não são capazes de direcionar a revolução ou implementar adequadamente a ditadura do proletariado. Desta forma, o marxismo-leninismo estabelece que a única maneira de conduzir uma revolução socialista e de implantar uma ditadura do proletariado, é através da autoridade absoluta do partido de vanguarda e do sistema do centralismo democrático.

1.10- A Base Teórica Fundamental do Marxismo-Leninismo:

Estes são os elementos essenciais da ideologia marxista-leninista que constituem a base teórica e ponto de partida para a análise do sistema ideológico do PCC, conhecido como Socialismo com Características Chinesas. Desta forma, será possível proceder a uma análise satisfatória e profunda dos seus principais elementos ideológicos. Através de uma análise das fontes marxistas e leninistas originais, é possível compreender a mundivisão ideológica do PCC e dos seus líderes. Como ficará claro, os líderes do PCC ainda mantêm esta mundivisão materialista e dialética. Os princípios universais marxistas do materialismo dialético e histórico e os princípios organizacionais leninistas, constituem respetivamente o núcleo da tradição ideológica e da organização do PCC. Schurmann (1968, p.21), um dos académicos mais proeminente do estudo da ideologia e organização do Partido Comunista da China, refere que o marxismo proporcionou as suas bases teóricas gerais, ao passo que o leninismo proporciona os seus princípios organizacionais. Tendo completado a caracterização da mundivisão do PCC, cabe agora analisar como estes princípios se manifestaram e foram interpretados pelos marxistas chineses, começando precisamente com o fundador da República Popular da China, Mao Tsé-Tung.

CAPÍTULO 2: Socialismo com Características Chinesas

2.1- Contexto Histórico:

Em 1830, a China era governada pela monarquia imperial da Dinastia Qing, uma família real de origem manchu. Durante o início da dinastia, a China prosperou e manteve o estatuto de nação mais poderosa da Ásia Oriental. No entanto, o confronto com as potências ocidentais levou às duas Guerras do Ópio entre 1839 e 1842 e entre 1856 e 1860. O resultado foi desastroso para a China, para os Qing e para o povo chinês: as guerras provaram claramente que a China se encontrava em tremenda desvantagem face ao poderio militar ocidental, sobretudo a nível tecnológico. As potências ocidentais impuseram uma série de concessões comerciais ao regime imperial em Pequim, forçando a abertura de portos comerciais e a entrada de produtos ocidentais no mercado chinês. Estes eventos anunciaram o fim do regime imperial Qing, que foi finalmente derrubado em 1912 e substituído por uma república. No entanto, a república não trouxe prosperidade, estabilidade ou paz: entre 1912 e 1949, a China experienciou guerras civis, rebeliões internas, ocupação estrangeira e invasões japonesas. Este período de mais de 100 anos de instabilidade e depredações, é conhecida na China como o “século de humilhação” (em mandarim simplificado: 百年国耻, pīnyīn: *bǎiniǎn guóchǐ*). Este conceito compreende o período entre a Primeira Guerra do Ópio em 1839, até à vitória de Mao Tsé-Tung na Guerra Civil Chinesa em 1949 (Kaufman, 2010, pp.1-9). O PCC, foi fundado em 1921 neste contexto turbulento e foram precisamente as condições nacionais chinesas da primeira metade do século XX, que criaram um cenário favorável para o desenvolvimento de uma forma chinesa de marxismo-leninismo. A tradição marxista-leninista chinesa, iniciou-se com uma série de discursos de Mao, acerca da urgente necessidade de realizar uma “Sinificação do Marxismo”.

2.2- O Pensamento de Mao Tsé-Tung:

Mao e os comunistas chineses não foram os primeiros a manifestar uma preocupação em adaptar ideologias ocidentais ou europeias ao contexto nacional e civilizacional chinês. Nas primeiras três décadas do século XX, os intelectuais chineses entraram em contacto com novas ideologias provenientes de uma civilização ocidental totalmente distinta da sua matriz cultural. Em conjunto com a aparente superioridade das potências ocidentais, estes eventos causaram um terramoto intelectual entre os intelectuais chineses da época. Eventualmente, muitos intelectuais chineses apontaram para a necessidade de a China adotar os métodos, tecnologias, conceitos políticos e ideologias ocidentais. No entanto, devido às grandes diferenças culturais entre ambas as civilizações, a *intelligentzia* chinesa entendia que não era possível transplantar tais ideias para a China sem uma adaptação das mesmas às suas condições nacionais. Esta dimensão cultural e civilizacional, que preocupava os intelectuais chineses, não se encontrava de todo restrita aos marxistas e muito menos ao PCC: era um tema universal entre os intelectuais do país (Wylie, 1977, p.448).

Inicialmente, o partido baseou a sua ideologia e metodologia no modelo soviético criado por Lenine e Estaline, seguindo a linha ortodoxa bolchevique (Wylie, 1979, p.448), mas este molde estava prestes a ser descartado. Foram os eventos de 1927 que levaram a uma alteração de circunstâncias, quando os nacionalistas chineses de Chiang Kai-shek realizaram uma enorme purga contra os comunistas chineses. O resultante massacre e dizimação do PCC foi vista pelos comunistas como uma consequência dos seus próprios erros, levando a que muitos dos seus membros considerassem a adaptação do marxismo-leninismo ao contexto chinês como uma necessidade urgente. Ch'en Shang-yu, também conhecido como Ch'en Po-ta, foi um dos defensores iniciais da adaptação do marxismo-leninismo à realidade chinesa (Wylie, 1979, pp.448-449). Ch'en (1942, p.4, cit. por Wylie, 1979, pp.448-449) escreveu anos mais tarde, um

artigo no jornal *Jeifang Daily*, recordando a sua experiência após a purga de 1927: ““A partir de então, e por muito tempo depois, questões como a busca da verdade marxista-leninista e como entender o marxismo-leninismo para compreender os problemas da Revolução Chinesa giravam na minha mente. ””(p.449). Embora tenha sido Mao Tse-Tung (1965b) e não Ch'en Po-ta (1942 cit. por Wylie, 1979) a elaborar essa adaptação ao contexto chinês, a presente citação representa adequadamente a problemática ideológica em questão. Após a purga anticomunista, esta missão foi encarada como uma das tarefas mais importantes do partido, abrindo assim caminho para o projeto de adaptação de Mao Tsé-Tung.

Tal como Ch'en Po-ta (1942 cit. por Wylie, 1979), Mao Tse-Tung (1965b) encontrava-se profundamente familiarizado com a necessidade de desenvolver uma forma de marxismo-leninismo adaptada ao contexto chinês. Este processo começou em 1938, o ano em que Mao Tse-Tung (1965b) declarou que a tarefa de adaptar o marxismo-leninismo às circunstâncias chinesas devia ser vista como uma prioridade:

“Sendo marxistas, os comunistas são internacionalistas, mas só podemos pôr o marxismo em prática quando este se integra com as características específicas do nosso país e adquire uma forma nacional definida. A grande força do marxismo-leninismo reside precisamente na sua integração com a prática revolucionária concreta de todos os países. Para o Partido Comunista Chinês, trata-se de aprender a aplicar a teoria do marxismo-leninismo às circunstâncias específicas da China. Para os comunistas chineses que fazem parte da grande nação chinesa, carne da sua carne e sangue do seu sangue, qualquer conversa sobre o marxismo isolado das características da China é apenas marxismo no abstrato, marxismo no vazio. Portanto, aplicar o marxismo concretamente na China para que cada manifestação tenha um caráter indubitavelmente chinês, ou seja, aplicar o marxismo à luz das características específicas da China, torna-se um problema urgente para todo o Partido entender e resolver.”(Mao Tse-Tung, 19645b, p.209).

Mao Tse-Tung (1938, cit. por Schram, 1971, p.172) declarou ainda, que não existia tal coisa como “marxismo abstrato”, mas apenas “marxismo concreto”. Este processo adaptativo de Mao Tsé-Tung, ficou conhecido como a Sinificação do Marxismo e consiste precisamente na adaptação dos princípios universais do marxismo-leninismo, às circunstâncias nacionais da China. A sua teoria revolucionária é um reflexo dessa preocupação, uma vez que, conforme as teorias marxistas originais, as revoluções proletárias ocorreriam em países industrializados. No entanto, a China era esmagadoramente rural na primeira metade do século XX e o seu proletariado era praticamente inexistente, forçando Mao a desenvolver um plano para conduzir uma revolução socialista num país cujas forças produtivas se encontravam bastante atrasadas. Esta questão preocupou Mao por vários anos antes das suas declarações a favor de uma forma nacional de marxismo: Mao Tse-Tung (1965a, p.27) referia que o verdadeiro potencial revolucionário da China provinha maioritariamente da classe camponesa. Por outras palavras, Mao entendia que, devido às condições particulares da China, uma revolução apenas poderia ser concretizada através do potencial revolucionário da classe camponesa, e não pelo proletariado (Meisner, 2007, p.51). Na verdade, Mao não foi o primeiro a tentar desencadear uma revolução socialista, num país que não possuía as condições materiais previstas no Manifesto Comunista. A China, tal como a Rússia, não era um país marcado pelo modo de produção capitalista que cria as condições para uma revolução proletária. Esta constatação por parte de Mao Tse-Tung (1965a) é semelhante à de Lenin (1978, pp.40-43), que reconheceu a importância da classe camponesa na Rússia devido à falta de uma classe proletária suficientemente numerosa. No entanto, a proposta de Mao a favor de uma Sinificação do Marxismo não foi contestada devido à importância atribuída aos camponeses, mas principalmente devido à sua afirmação de que não existia tal coisa como “marxismo abstrato”, mas apenas “marxismo concreto”. Previsivelmente, este elemento da proposta de Mao Tsé-Tung gerou várias controvérsias e conflitos ideológicos dentro e fora do PCC. A problemática

desta controvérsia centrava-se numa questão em particular: estaria Mao Tse-Tung (1965b) a negar a universalidade do marxismo-leninismo ao defender que não existia “marxismo abstrato”?

Como foi referido anteriormente, os princípios marxistas, tais como materialismo histórico, luta de classe e materialismo dialético, são concebidas como leis universais que se aplicam a todas as sociedades humanas. A previsão de uma revolução proletária socialista e os princípios, leis e teorias que fundamentam essa e outras previsões têm duas características-chave: a sua inevitabilidade e a sua universalidade. Estes princípios não podiam ser negados pela ação humana e aplicavam-se de forma universal a todas as sociedades, independentemente de limites temporais e circunstanciais. As propostas de Mao a favor de uma forma nacional de marxismo-leninismo, e de que “marxismo abstrato” não existia, eram aparentemente equivalentes a uma negação da sua universalidade. Yeh Ch'in (1961, cit. por Wylie, 1979) foi um dos críticos iniciais do projeto de Mao a favor da Sinificação do Marxismo. Yeh Ch'in (1961, pp.91-120, cit. por Wylie, 1979, p.447) acusou Mao (1965b) de distorcer e negar os princípios estabelecidos por Marx e Engels, apontado para a natureza não científica do conceito, visto que tal preocupação nunca havia sido demonstrada por nenhum dos dois filósofos alemães. Ou seja, Yeh Ch'in (1961, cit. por Wylie, 1979) entendia que não existia qualquer necessidade de adaptação do marxismo-leninismo ao contexto chinês, bastando apenas estudar os trabalhos de Marx e Engels e proceder à sua aplicação direta na China. Para os marxistas ortodoxos, a sinificação de Mao era equivalente a uma heresia ideológica, que negava a universalidade do marxismo-leninismo. Impunha-se uma questão: qual é o verdadeiro significado da proposta de Mao Tse-Tung (1965b) e quais são as suas implicações doutrinárias e práticas? Para respondermos a esta questão, é necessário explorar o debate académico em torno da proposta adaptativa de Mao Tse-Tung (1965b). Nesta discussão, apenas serão apresentadas as posições

gerais acerca do tema e não a natureza específica da Sinificação do Marxismo, algo que será abordado numa secção posterior neste mesmo capítulo.

A Sinificação do Marxismo de Mao Tsé-Tung é ainda hoje tema de debate entre os académicos. Segundo Knight (2002, p.198), a discussão académica centra-se maioritariamente em torno de duas linhas argumentativas. Segundo a primeira posição, o projeto adaptativo de Mao consistia na elevação das realidades chinesas sobre os princípios universais do marxismo, sendo promovida por autores como Schram (1971, p.172). Nestes termos, a sinificação maoista era negava a universalidade do marxismo-leninismo. A segunda linha, argumenta que a Sinificação do Marxismo foi um plano de Mao para assegurar a sua posição pessoal no PCC, especialmente no que toca à sua luta contra os marxistas chineses que aderiam à ortodoxia soviética (Knight, 2002, p.199). North (1963, p.193) defende precisamente esta posição, segundo a qual Mao Tsé-Tung promoveu a Sinificação do Marxismo para se tornar independente de Moscovo e consolidar a sua posição. No entanto, existe uma terceira explicação mais consistente e coerente com o material original de Mao Tse-Tung (1965a), sobretudo no que toca à sua Teoria das Contradições. Esta terceira via é defendida por Knight (2002, pp.197-204). De acordo com este entendimento, Mao procurou desenvolver uma fórmula através da qual as teorias universais de Marx e Engels, podiam ser utilizadas num contexto nacional particular sem perderem a sua universalidade (Knight, 2002, p.199).

Schram (1971, pp.114-117) argumenta que devido à distinção elaborado por Mao entre marxismo abstrato e concreto, a Sinificação do Marxismo produziu uma forma “hermética” de marxismo. A consequência lógica desta hermeticidade, é que cada país tinha de desenvolver soluções próprias para os seus problemas específicos, negando assim a universalidade do marxismo-leninismo. Desta forma, quando Mao (1965b) defende que não existe “marxismo abstrato”, mas apenas “marxismo concreto”, é porque não existia nenhuma forma de marxismo-

leninismo universalmente válida (Schram, 1971, pp.115-116). Consequentemente, Schram (1971, p.117) entende que o Pensamento de Mao Tsé-Tung deve ser entendido como uma forma sinocêntrica de marxismo-leninismo. Knight (1983, pp.23-24) defende que Mao via as teorias e princípios marxistas-leninistas como universais, mas apenas no sentido de que estes descrevem um determinado fenómeno de forma universal e abstrata, independentemente de circunstâncias ou restrições espaciais e temporais. O conceito de luta de classes, por exemplo, era universal na medida que apenas descrevia um dado fenómeno de forma abstrata e que ocorre em todas as sociedades humanas. No entanto, esse conceito na sua forma universal e abstrata, não toma em consideração as particularidades das suas manifestações concretas num contexto particular, tal como o contexto chinês da primeira metade do século XX. As teorias universais marxistas-leninistas, embora permitissem identificar de forma geral e abstrata o fenómeno em causa numa dada ocasião específica, não oferecem por si sós explicações adequadas acerca das características específicas dessas manifestações particulares. Ou seja, embora a lei universal da luta de classe permita identificar esse fenómeno em qualquer contexto, não é capaz de identificar as suas particularidades no contexto da China do século XX. Era necessário descobrir as leis particulares para cada instância: as análises de Marx e Engels, desenvolvidas no contexto europeu de século XIX, não despertavam interesse ou importância para Mao Tsé-Tung no que tocava à sua aplicação direta à realidade chinesa (Knight, 1983, p.24). Tais análises incidiam sobre o modo de produção capitalista, específico da Europa Ocidental, durante um determinado contexto e período histórico (Knight, 1983, p.24). Logo, não correspondiam de todo aos seus equivalentes chineses e as mesmas soluções não podiam ser simplesmente transplantadas para a China. Em termos maoistas, a compreensão marxista “correta” seria aquela que descobrisse a manifestação particular do mesmo fenómeno geral na China da primeira metade do século XX ou em qualquer outro contexto específico. Mao não se interessava pelas análises feitas por Marx na Europa do século XIX, mas sim nos princípios abstratos e gerais utilizados para elaborar

essa análise. Ao tentar desvendar e compreender as leis gerais utilizadas por Marx e Engels, Mao desejava criar a sua própria análise marxista do contexto chinês da primeira metade do século XX. Para Mao, a solução consistia em combinar essas leis universais e abstratas com a realidade concreta para produzir leis específicas para cada manifestação particular, combinado as duas para completar o marxismo enquanto sistema ideológico: as leis gerais não eram um fim em si mesmas, mas apenas o primeiro passo para produzir uma forma concreta de marxismo (Knight, 1983, pp.25-26). Este apenas estaria completo como sistema ideológico quando a teoria e a realidade prática fossem integradas uma com a outra, refletindo assim a distinção entre marxismo abstrato e concreto. Para Mao, não bastava compreender as leis gerais e abstratas ou estudar as análises específicas de Marx e Engels no contexto europeu: era necessário aplicar as leis universais às condições concretas da China.

É a combinação das ditas leis universais e abstratas, com a sua aplicação concreta à manifestação específica do fenómeno correspondente no contexto chinês, que era de enorme importância para Mao Tsé-Tung. Segundo Knight (1983, p.24), é deste modo que o elemento geral, universal e abstrato convive com o elemento prático e concreto do Pensamento de Mao Tsé-Tung . Esta metodologia é a base da Sinificação do Marxismo, plasmada na Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung, especialmente no que toca à universalidade e particularidade das contradições. Outra implicação desta distinção, é que a ideologia marxista nunca poderia ser representada na sua totalidade apenas pelas leis universais, mas apenas quando estas fossem aplicadas para descobrir as leis particulares de uma determinada sociedade durante um certo período. Ao passo que os oponentes ortodoxos de Mao dentro do PCC entendiam que as análises específicas de Marx e Engels tinham valor universal, Mao (1965b) defendia precisamente o inverso: seria impossível aplicar dogmaticamente tais análises porque estas resultavam de um contexto específico. Caso os marxistas-leninistas desejassem ter sucesso em qualquer parte do mundo, tinham de produzir as suas próprias análises específicas adaptadas aos seus problemas

nacionais. Esta união entre realidade prática e marxismo universal, apenas poderia ocorrer num contexto histórico e social específico (Knight, 1983, pp. 26-27), neste caso o contexto nacional chinês do início do século XX. Por estes motivos, o Pensamento de Mao Tsé-Tung é marcado por uma metodologia indutiva:

“...a influência do método indutivo é revelada no método de Mao para formular respostas históricas: em nenhuma circunstância se poderia formular estratégia ou táticas arbitrariamente *a priori*, mas apenas através de uma análise cuidadosa das regularidades da situação historicamente específica. Era sempre necessário trabalhar ‘de baixo para cima’ a partir dos factos, em vez de tentar impor um plano pré-determinado para a ação na realidade.” (Knight, 1983, p.30).

A metodologia da sinificação de Mao, envolve os seguintes passos: primeiro identificam-se as leis marxistas universais, depois identifica-se o correspondente fenómeno no contexto chinês, bem como as suas particularidades e finalmente descobre-se a lei específica para o caso chinês. Tal como o próprio Mao Tse-Tung (1965a) escreve no seu ensaio “*On Contradiction*”: “do particular para o geral, do geral para o particular”(p.321).

Mao entendia que o marxismo-leninismo apenas podia ser completado na sua totalidade enquanto sistema ideológico, quando os princípios e teorias universais fossem adaptados através da sua aplicação prática e contextualizada. É neste sentido que Mao (1965b) defendeu a necessidade de desenvolver a Sinificação do Marxismo: não para elevar as realidades chinesas acima da ideologia marxista-leninista, mas com o objetivo final de o completar enquanto sistema ideológico (Knight, 1983, p.30). Na metodologia maoista, não é possível desenvolver estratégias *a priori*: apenas por meio de uma análise cuidada das características específicas num dado momento histórico, é que é possível elaborar a resposta adequada (Knight, 1983, p.30). Na visão de Mao, o marxismo-leninismo era tanto uma visão geral para compreender o mundo e as suas mudanças, como era um manual e guia prático a ser aplicado em contextos e condições

concretas e específicas. Para Mao Tsé-Tung e os seus sucessores, qualquer tentativa de aplicação direta das leis gerais marxistas, sem ter em consideração as condições nacionais, está condenada ao fracasso. Fica assim estabelecido tanto o objetivo, natureza e motivos para o projeto da Sinificação do Marxismo iniciado por Mao Tsé-Tung e continuado pelos seus sucessores. No entanto, procederemos a uma análise mais detalhada desta metodologia que deu origem ao Pensamento de Xi Jinping para ser possível desvendar as suas consequências para a mais recente forma de marxismo sinificado.

2.3- A Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung:

Tal como foi referido, os princípios básicos da mundivisão do PCC são o materialismo histórico e dialético. Do ponto de vista marxista-leninista, todas as sociedades evoluem através das suas contradições materiais internas (base económica) que provocam as alterações das suas estruturas político-sociais (superestrutura). Este é o método de análise universal marxista, mas o Pensamento de Tsé-Tung detêm uma particularidade neste aspeto: a sua Teoria das Contradições (Mao Tse-Tung, 1965a). É esta teoria que constitui um dos se não mesmo o mais importante instrumento analítico do PCC e o método de análise dialética essencial da tradição marxista chinesa. O célebre filósofo esloveno Žižek (2007, p.5) sugere que este ensaio é provavelmente a maior contribuição que Mao alguma vez fez no seu estudo da filosofia marxista. Žižek (2007) está correto na sua observação e, com efeito, esta é das mais importantes contribuições de Mao Tse-Tung (1965a) no que toca à evolução ideológica do socialismo chinês. Schurmann (1968, p.53) defende que a Teoria das Contradições é a essência do Pensamento de Mao Tsé-Tung, o primeiro manual ideológico prático da doutrina socialista chinesa. A Teoria das Contradições não é apenas a essência do Pensamento de Mao Tsé-Tung, mas também de todas as contribuições ideológicas da Sinificação do Marxismo: constitui um

aspecto absolutamente central de toda a tradição socialista chinesa. Este método de análise dialética, é absolutamente central na ideologia do PCC e o método dialético e materialista de Mao é um elemento crucial tanto na tomada de decisões, como no delineamento das políticas governamentais do partido comunista desde que este foi introduzido na sua doutrina.

Tal como dita o materialismo dialético, Mao Tse-Tung (1965a, pp.315-318) estabelece que as contradições são um fenómeno universal, ou seja, que estas são a causa da evolução de todos os fenómenos e que se verificam em todos os seus estágios de evolução. Mao (1965a, p.315) classifica esta característica como a universalidade da contradição. Ou seja, as contradições verificam-se de forma universal e ao longo de todos os processos. No entanto, as contradições não assumem a mesma forma e essência em todas as suas manifestações particulares: todas as contradições são diferentes umas das outras e assumem características e naturezas específicas e heterogêneas. Tal como afirma Mao Tse-Tung (1965a):

“A essência particular de cada forma de movimento é determinada pela sua própria contradição particular. Isto é válido não só para a natureza, mas também para os fenómenos sociais e ideológicos. Cada forma de sociedade, cada forma de ideologia, tem a sua própria contradição particular e essência particular.” (Mao Tse-Tung, 1965a, p. 320).

Todas as contradições têm a sua natureza e essência particulares e consequentemente, não existe uma solução que possa ser aplicada universalmente todas as contradições nas suas manifestações concretas: todas requerem uma solução específica (Mao Tse-Tung, 1965a, pp.319-330). Esta característica é a particularidade da contradição (Mao Tse-tung, 1965a, p.319). Ambas as características são essenciais para entender todo o processo dialético chinês. Sem a sua universalidade, não saberíamos que contradição estaria em causa: por exemplo, sem a conceção universal e abstrata da contradição da luta de classes, seria impossível identificar esse fenómeno na sua forma abstrata. No entanto, sem tomar em consideração as suas

particularidades numa das suas manifestações específicas, seria impossível solucionar essas manifestações concretas e particulares. Caso não se considerem ambos os aspetos da universalidade e particularidade de uma dada contradição, estar-se-ia apenas a proceder a uma aplicação dogmática do marxismo-leninismo. Mao condena precisamente aqueles que entendiam o marxismo de forma estática, que Mao Tse-Tung (1965a, p.321) classificava como os “dogmáticos”, visto que não tomavam em consideração a particularidade das contradições, ou melhor dizendo, que não entendiam a distinção entre particularidade e universalidade. Outra distinção traçada por Mao Tse-Tung (1965a, pp.343-345), é entre contradições antagónicas e não antagónicas. As primeiras apenas podiam ser resolvidas através da destruição de um pelo outro, como a contradição entre proletariado e burguesia, ao passo que as segundas podiam e deviam ser resolvidas através da harmonização pacífica entre os dois elementos em contradição (Mao Tse-Tung, 1965a, pp.344-345).

2.4- A Contradição Principal:

A particularidade das contradições não termina com as variadas formas e características assumidas por um determinado fenómeno ao longo da sua evolução. Cada um desses fenómenos não tem apenas uma contradição, mas várias contradições, sendo que uma delas será dominante e determinará desproporcionalmente a sua evolução, constituindo assim a sua contradição principal (Mao Tse-Tung, 1965a, pp. 344-345). As contradições principais, tal como todas as outras, alteram-se em cada fase de desenvolvimento de um dado fenómeno. Por exemplo, quando Mao (1965a) escreveu o ensaio “*On Contradiction*”, concluiu que a contradição principal era entre o imperialismo e a nação chinesa, contradição essa que poderia ser resolvida mediante uma guerra de libertação nacional (Mao Tse-Tung, 1965a, p.331).

Consequentemente, caso a análise dialética consiga descobrir e resolver a contradição principal de uma determinada fase de desenvolvimento socioeconómico, todos os outros problemas presentes nessa fase serão resolvidos (Mao Tse-Tung, 1965, p.332). Ao conjugar os conceitos de contradição principal e de estágios de desenvolvimento faseados com características particulares, chega-se a uma das mais importantes premissas da tradição marxista chinesa. Ao aplicar esta teoria à sociedade chinesa, cada uma das fases de desenvolvimento da China tem uma contradição principal específica que domina o seu desenvolvimento. Ou seja, caso uma determinada contradição principal seja identificada e solucionada pelo PCC, todos os desafios dessa fase seriam eventualmente ultrapassados. Através desta análise, seria possível entender qual seria a direção de uma determinada fase de desenvolvimento da China. É importante salientar que, devido ao facto de Marx e Engels não terem definido de forma sistemática e detalhada o estágio do socialismo, os marxistas chineses elaboraram as suas próprias divisões do mesmo. No entanto, embora o PCC elabore as suas próprias divisões, estas não divergem muito das bases teóricas de Marx, Engels, Lenine ou Estaline. Por exemplo, a fase preliminar do socialismo, foi profundamente inspirada nos textos doutrinários originais de Marx, Engels e especialmente de Estaline (Mcarthy, 1985, p.143). Este conceito, que será posteriormente analisado, é utilizado para descrever a fase do socialismo na qual a China se encontra atualmente.

As conclusões da presente secção, devem ser integradas com o papel do secretário-geral como grande pensador e ideólogo mencionado por Boer (2021) e com a análise de Knight (1983). O secretário-geral, em conjunto com os principais dirigentes e teóricos do PCC, deve produzir uma nova contribuição ideológica de base marxista para cada fase de desenvolvimento socioeconómico da China (Boer, 2021, pp.7-8). Cada uma destas inovações deve ser capaz de direccionar o PCC na tarefa de superar os problemas e desafios que irá enfrentar ao longo da evolução do país. O conceito da contradição principal é particularmente importante neste tema,

visto que à medida que as condições nacionais da China evoluem, o mesmo acontece com a contradição principal e exigem novas soluções específicas. Boer (2021) refere que a necessidade de identificar a contradição principal, que vigora numa dada fase de desenvolvimento da China, guia as políticas do PCC e o desenvolvimento da China comunista até hoje: “...de facto, a característica determinante de toda a política governamental reside na identificação da contradição principal a que se referem todas as outras contradições secundárias.”(p.71). Senger (1985, p.183) refere que cada fase de desenvolvimento da China se distingue das fases anteriores e posteriores, através das suas respetivas contradições principais. Ou seja, em cada etapa de desenvolvimento socioeconómico da China, radica uma contradição principal distinta consoante a qual o PCC desenvolve as suas políticas sociais e económicas (Hu et al., 2021, p.21). Tal como aponta Moritz Rudolf (2023): “De acordo com a narrativa do PCC, a ‘contradição principal’ é o que define uma sociedade. Ela guia as ações dos oficiais do PCC.”(p.15).

Para entender a influência central da Teoria das Contradições e do conceito da contradição principal, analisaremos brevemente as variações das políticas gerais do PCC desde a sua tomada do poder em 1949. Esta análise não procura explorar os detalhes de todas as contradições principais declaradas pelo PCC, mas identificar a sua dinâmica comum. Esta análise permitirá também identificar as respetivas fases de desenvolvimento da China, que correspondem a um determinado período da história do PCC e da construção do sistema socialista chinês. No período de mais de sete décadas de governo comunista na China, o PCC declarou apenas três contradições principais. Yan et al. (2020, pp.637-678) entendem que existiram três contradições principais, ou três fases de desenvolvimento da contradição principal da sociedade chinesa: a primeira entre 1956 e 1978, a segunda entre 1978 e 2017 e a terceira de 2017 até ao presente . Boer (2021, p.76) esclarece que por maioria de razão entre os académicos marxistas do PCC, apenas foram declaradas três contradições ao longo de mais de sete décadas de governo

comunista: uma em 1957, outra em 1981 e outra em 2017. Xinghua Wei (2018, pp.6-8) refere a mesma tripartição. Sendo este o entendimento atual por parte do próprio PCC e da maioria da bibliografia recolhida na matéria, procederemos então com a presente tripartição. Os períodos compreendidos pelas três contradições principais, encontram-se profundamente interligados com outra tripartição da história da China comunista. Esta segunda tripartição consiste na seguinte periodização: Mao Tsé-Tung ergueu a China, Deng Xiaoping enriqueceu a China e Xi Jinping irá fazer da China um país forte (Cheng, 2018, p.300).

A primeira contradição foi identificada por Mao Tsé-Tung em 1957. Esta tinha por base a luta de classes e consistia na contradição entre a burguesia e o proletariado (Genshan, 2012, pp.77-78). Esta contradição principal focada na luta de classes diverge consideravelmente de todas as outras e foi uma obra largamente individual de Mao Tsé-Tung. As restantes contradições principais centram-se em aspetos que se encontram mais estritamente relacionados com a base económica, tais como o desenvolvimento das forças produtivas e outras condições materiais da sociedade chinesa. Ao contrário da contradição de 1957, as outras contribuições ideológicas dos vários líderes chineses tendem, em grande medida, a serem elaboradas mediante um processo de deliberação coletiva dentro do PCC e o mesmo ocorre no caso das contradições principais. Esta imposição individual por parte de Mao Tsé-Tung, é tida como um grande erro pelos marxistas chineses (Boer, 2021, p.77). Xi Jinping (2013, cit. por Boer, 2021) alertou num discurso durante a comemoração do 120º aniversário do nascimento de Mao Tsé-Tung que: “Os líderes revolucionários são seres humanos, não deuses... não podemos adorá-los como deuses ou recusar permitir que as pessoas apontem e corrijam os seus erros só porque são grandes; nem podemos repudiá-los completamente e apagar as suas façanhas históricas só porque cometeram erros.”(p.8). A posição de Xi é, na verdade, muito mais consistente com a tradição leninista de deliberação burocrática e coletiva: no 8.º Congresso Nacional do Partido

Comunista da China em 1956, a primeira contradição principal da sociedade chinesa tinha sido identificada através desse mesmo processo e consistia na seguinte contradição:

“a principal contradição enfrentada pela sociedade chinesa tornou-se aquela entre a necessidade de construir um país industrial moderno e a realidade de um país agrícola atrasado, e entre as necessidades do povo para um desenvolvimento económico e cultural rápido e a falha das atuais ofertas económicas e culturais em satisfazer as suas necessidades.”(CCP Central Committee, 1981, p.16, cit. por Boer, 2021, p.76).

Foi precisamente esta conclusão por parte 8.º Congresso do PCC que Mao ignorou unilateralmente. Esta decisão levou aos desastres da Revolução Cultural, que tiveram resultados extremamente negativos para o PCC, para a China e para o povo chinês. O erro prende-se com o foco da contradição principal: para Mao era uma questão da luta de classes, ao passo que para Deng e Xi era uma questão de desenvolvimento das forças produtivas. Deng estava firmemente focado na dinâmica entre forças e relações de produção, das necessidades do povo chinês e o nível de desenvolvimento material do país. Desta forma, Xi e Deng Xiaoping, defendem que o foco deve ser na relação entre forças e relações de produção, embora não implique de todo que a superestrutura deva ser descurada. Yan et al. (2020, p.637) também referem que Mao errou ao não seguir a decisão coletiva de 1956. Este é o consenso entre os líderes e teóricos marxistas chineses.

A segunda contradição principal foi declarada na Sexta Sessão Plenária do 11.º Comité Central do PCC em 1981 e consistia em:

“...a contradição principal dentro do país já não era mais a contradição entre a classe trabalhadora e a burguesia, mas sim entre a demanda do povo por um rápido desenvolvimento económico e cultural e o estado atual de nossa economia e cultura, que não atendia às necessidades do povo;

que a principal tarefa enfrentada por toda a nação era concentrar todos os esforços no desenvolvimento das forças produtivas...”(CCP Central Committee, 1981/2014, p.30).

Esta radicava claramente em aspetos estritamente relacionados com a base económica chinesa, tais como as forças produtivas e não na luta de classes. A contradição de 1981 tratava de um problema específico: as necessidades crescentes do povo chinês eram impossíveis de garantir com o estado de desenvolvimento das atuais forças produtivas. Ou seja, Deng seguia uma posição mais ortodoxa que Mao Tsé-Tung: se as forças produtivas constituem o principal fator do “motor da história”, estas devem constituir o foco central do PCC. Desta forma, o objetivo do mandato de Deng Xiaoping foi o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o desenvolvimento económico do país. Esta alteração criou a base ideológica para o sucesso de cerca de quatro décadas de fulgurante crescimento económico. Sem a declaração da contradição principal de 1981 e o consequente foco no desenvolvimento das forças produtivas; o PCC não teria encontrado uma fundamentação ideológica para justificar as suas reformas económicas. Resumindo, o período de 40 anos de abertura económica, visto na Europa e nos Estados Unidos da América como o abandono da tradição socialista pelo PCC, foi ideologicamente concebido através de princípios marxistas aplicados por Deng Xiaoping à realidade prática chinesa (Boer, 2021, pp.85-108).

A terceira e atual contradição principal foi declarada 36 anos depois, especificamente durante o 19.º Congresso do PCC em 2017 e é a contradição principal do Pensamento de Xi Jinping. Segundo Xi Jinping (2020a), esta consiste em:

“À medida que o socialismo com características chinesas entrou numa nova era, o principal desafio enfrentado pela sociedade chinesa evoluiu. O que enfrentamos agora é o fosso entre um desenvolvimento desigual e inadequado e a crescente expectativa das pessoas por uma vida melhor. A China viu as necessidades básicas de mais de um bilhão de pessoas satisfeitas,

possibilitou essencialmente que as pessoas vivam vidas decentes e em breve concluirá com sucesso a construção de uma sociedade moderadamente próspera.”(Xi Jinping, 2020a, pp.12-13).

Ao compararmos todas as três contradições principais declaradas até hoje, excluindo obviamente o desvio doutrinário de Mao Tsé-Tung, é possível desvendar a sua dinâmica comum. Tal como constata Boer (2021, pp.76-77), todas partilham duas dinâmicas dialéticas em comum. A primeira, é a contradição entre as forças produtivas e as necessidades do povo chinês. Além disso, à medida que cada contradição principal é declarada, os aspetos que as compõem evoluem de forma correspondente. Outro aspeto que se encontra incluído nas contradições principais, é a relação dialética entre relações de produção e forças produtivas (Boer, 2021, p.77). Estas são as duas características comuns a todas as contradições principais, embora cada uma das contradições principais contenha manifestações específicas e concretas das mesmas. Ambos estes aspetos serão abordados de forma detalhada na análise da terceira contradição principal, permitindo assim compreender a sua manifestação particular no contexto do Pensamento de Xi Jinping. Concluindo, a contradição principal é uma característica essencial da doutrina marxista chinesa que define as orientações gerais das políticas do PCC.

2.5- Ideologia Pura, Ideologia Prática e Ideologia Total:

A obra clássica de Shurmann (1968), *“Ideology and Organization in Communist China”* e a análise de Knight (1983), constituem bases académicas essenciais para que se possa entender a origem, evolução e elementos ideológicos do Pensamento de Xi Jinping e de qualquer outra contribuição ideológica. A análise de Schurmann (1968) é particularmente importante por uma série de motivos, mas em primeiro lugar porque desvenda o mecanismo de inovação ideológica do PCC. Um exemplo, é a criação da ideologia pessoal de Mao Tsé-Tung (Pensamento de Mao

Tsé-Tung), que é essencialmente uma análise prática e particular da realidade chinesa do século XX através dos princípios gerais e universais marxistas, combinando a teoria (princípios universais) com a realidade prática para produzir uma análise específica. Em segundo lugar, porque demonstra a lógica do PCC no que toca à construção do seu sistema ideológico. Desta forma, Schurmann (1968) proporciona as ferramentas e conhecimentos necessários para compreender a ideologia do PCC e consequentemente, a lógica e natureza do Pensamento de Xi Jinping.

Schurmann (1968, p.18) define ideologia como um conjunto sistematizado de ideias com consequências práticas destinado a criar e manusear uma estrutura política organizada. Cada organização política tem uma ideologia organizadora específica que a caracteriza de forma particular e no caso do Partido Comunista da China, essa ideologia expressasse na linguagem típica do marxismo-leninismo (Schurmann, 1968, p.19). No entanto, ideias abstratas por si sós não são capazes de revelar a forma de pensar característica de uma organização política: apenas nos revelam os princípios gerais e abstratos pelos quais esse partido político se rege. Apenas quando tais ideias são transformadas em ações práticas, é que tal tarefa se torna possível, ou seja, apenas é possível compreender a ideologia na sua totalidade na conjugação da teoria e da prática. O autor prossegue com uma abordagem semelhante à adotada nesta investigação: apenas é possível compreender o PCC e a sua ideologia nos seus próprios termos e lógica. Por estes motivos, Schurmann (1968) argumenta a favor de uma tripartição da ideologia do Partido Comunista da China: esta consiste na ideologia pura (teoria), na ideologia prática e finalmente na sua ideologia total. A ideologia pura é o marxismo-leninismo, composto por um conjunto conscientemente sistematizado de ideias abstratas que oferece aos membros da organização em questão uma mundivisão ideológica unificada e consciente: um “*weltanschauung*” (mundivisão) (Schurmann, 1968, p.21). No entanto, é também possível e aconselhável separar o elemento marxista do elemento leninista: o primeiro refere-se em termos restritos ao

“*weltanschauung*” do PCC, ao passo que o elemento leninista representa os seus princípios organizacionais (Schurmann, 1968, p.21). O segundo elemento da ideologia total é a ideologia prática, que consiste no Pensamento de Mao Tsé-Tung e contém as ideias e princípios capazes de munir os membros da organização com os instrumentos racionais para executar os seus objetivos (Schurmann, 1968, pp.21-23). A relação entre ideologia pura e prática é a seguinte: sem ideologia pura e uma visão unificada e consciente do mundo, o PCC não tem uma visão coesa e unificadora e sem a sua ideologia prática, não desfruta de propósito prática, mas sem a primeira, a segunda não tem legitimidade (Schurmann, 1968, p.23). Neste aspeto, o Pensamento de Mao Tsé-Tung e outras ideologias práticas dos seus sucessores são particularmente importantes: sem qualquer ideologia prática seria impossível ao PCC implementar a sua ideologia pura na realidade concreta (Schurmann, 1968, p.23). Quando conjugadas, ambas formam a ideologia total do Partido Comunista da China.

Para Schurmann (1968, p.22), cada organização tem a sua própria ideologia total e consequentemente, não existe uma ideologia total comum a todos os partidos comunistas. O que é comum a todos os movimentos e partidos comunistas, é o conjunto de teorias gerais e universais da sua ideologia pura (Schurmann, 1968, p.22). Ou seja, todos os partidos marxistas têm a mesma mundivisão geral e abstrata, mas não necessariamente a mesma ideologia total. Schurmann (1968, p.23) argumenta que nem todos os partidos comunistas ou movimentos políticos desenvolveram uma ideologia prática, resultando numa mundivisão comum a todos os movimentos comunistas, mas não na mesma ideologia prática ou total. O Pensamento de Mao Tsé-Tung constitui o produto final adaptado para dar respostas a problemas específicos (ideologia prática), ao passo que o marxismo-leninismo é a sua base universal teórica (ideologia pura). Embora Mao tenha criado uma ideologia prática, Schurmann (1968, p.23) argumenta que Mao não foi o primeiro marxista a empreender tal projeto: Lenine criou uma ideologia prática para os movimentos revolucionários comunistas, composta por uma série de princípios

organizacionais derivados da aplicação da teoria marxista aos problemas revolucionários da realidade prática. No entanto, o Pensamento de Mao Tsé-Tung foi ainda mais longe: criou uma ideologia prática baseada na experiência revolucionária chinesa (Schurmann, 1968, p.23), isto é, nas circunstâncias nacionais da China.

No caso do PCC, a sua ideologia pura seria constituída pelo marxismo-leninismo, e a sua ideologia prática pelo Pensamento de Mao Tsé-Tung (Schurmann, 1968, pp.23-24). A sua ideologia total seria a combinação dos dois elementos, oficialmente declarada pelo PCC como: “Marxismo-Leninismo e o Pensamento de Mao Zedong” (Schurmann, 1968, pp.23-24). O próprio PCC classifica o marxismo-leninismo como “teoria” ou “*lílùn*” (em mandarim simplificado: 理论) e o Pensamento de Tsé-Tung como “pensamento”, ou “*sīxiǎng*” (em mandarim simplificado: 思想) (Schurmann, 1968, pp.24-25). Estes correspondem à sua ideologia pura e prática respetivamente. Consequentemente, o PCC reclama o crédito de ter criado uma ideologia prática adaptada ao contexto chinês (Pensamento de Mao Tsé-Tung), derivada da ideologia pura universal comum a todos os partidos comunistas (marxismo-leninismo). Os marxistas chineses nunca criaram uma mundivisão, visto que o foco é nas circunstâncias nacionais chinesas. Schurmann (1968, p.36) aponta para a metodologia da análise de Mao sobre o tema das contradições internas para demonstrar que embora as teorias e princípios do marxismo-leninismo (“*lílùn*”) fossem universais, o pensamento (“*sīxiǎng*”) resultante da sua aplicação prática e específica podia perfeitamente ser não universal. No caso chinês, a ideologia prática é sempre não universal porque está adaptada às condições nacionais através da Sinificação do Marxismo. Ou seja, Mao utilizou os princípios universais adaptados para analisar a situação concreta da China do seu tempo e produzir uma ideologia prática especificamente dedicada a solucionar as contradições (problemas) particulares a esse contexto (Schurmann, 1968, p.36). O Pensamento de Mao Tsé-Tung não era, portanto, universal porque

tratava das contradições únicas à China durante um determinado período histórico. As teorias desenvolvidas por Marx e Engels eram universais e as suas análises das sociedades industriais europeias eram significativas, mas nenhuma das duas era vista por Mao como um dogma rígido a ser aplicado de forma dogmática a todos os contextos sociais, materiais e históricos. A inovação do Pensamento de Mao Tsé-Tung não foi ter criado qualquer tipo de visão geral ou “*weltanschauung*”, mas sim uma ideologia prática através da aplicação das verdades universais do marxismo-leninismo às condições nacionais chinesas, para levar a cabo uma revolução socialista num país rural (Schurmann, 1968, p.24). Consequentemente, o Pensamento de Mao Tsé-Tung, apenas podia ser aplicado diretamente na China, e o mesmo acontece com todas as outras formas de socialismo chinês.

Embora não seja de aplicabilidade universal, o Pensamento de Mao Tsé-Tung é universal enquanto exemplo metodológico e quanto à sua base (ideologia pura). Seguindo a crença de que os princípios universais marxistas-leninistas devem ser adaptados à realidade prática, conjugando de forma correta a teoria e prática para produzir pensamento (“*sīxiǎng*” / ideologia prática), outros líderes comunistas podem aprender a seguir o modelo metodológico de Mao Tsé-Tung e elaborar a sua própria ideologia prática (Schurmann, 1968, p.36). O resultado deste processo é o seguinte:

“...em primeiro lugar, existiam as verdades universais, em segundo lugar, havia a prática concreta que pode não ter tido qualquer relação com as verdades universais e, em terceiro lugar, havia a mente ativa de Mao Tse-tung a ligar as duas para produzir pensamento. Assim, a ideologia surge, não aplicando verdades a problemas reais, mas unindo teoria universal (que pode ou não ser relevante para problemas reais) e prática concreta (que pode ou não ser determinada pelas verdades). (...) A criação do pensamento de Mao é um processo contínuo sem qualquer conclusão previsível.” (Schurmann, 1968, p.29).

Por que motivo Schurmann (1968) defende que este processo não tem fim? A resposta encontra-se no materialismo dialético e histórico e nas condições nacionais chinesas. Ambos os princípios, ditam que nenhuma situação é estática e que todos os fenómenos se encontram em constante mudança. O mesmo ocorre com as condições nacionais e o contexto particular em que o Pensamento de Mao Tsé-Tung foi desenvolvido: se as condições nacionais mudarem, o que ocorre de forma certa e regular, um novo pensamento terá de ser criado através do mesmo mecanismo lógico para responder às novas particularidades e desafios. Sendo que a realidade prática se encontra em constante evolução, a criação de pensamento ou, mais concretamente, o processo da Sinificação do Marxismo, nunca terá uma conclusão definitiva. Xi Jinping (2020a) clarificou este ponto num discurso, no qual descreveu a atual ideologia total do PCC:

“...o nosso Partido tem sido orientado pelo marxismo-leninismo, pelo Pensamento de Mao Zedong, pela Teoria de Deng Xiaoping, pela Teoria das Três Representações e pela Visão Científica do Desenvolvimento. Tem continuado a libertar as nossas mentes, buscar a verdade a partir dos factos, mover-se com os tempos e aplicar uma abordagem realista e pragmática; tem considerado cuidadosamente as novas condições da era e as novas exigências da prática...”(Xi Jinping, 2020a, p.19).

Note-se o uso da frase “buscar a verdade a partir dos factos”. Esta expressão é utilizada desde os tempos de Mao Tsé-Tung, e é descrita como o princípio básico da metodologia marxista e do Socialismo com Caraterísticas Chinesas (Ma, 2019, p.161). É também descrita como a essência do processo da Sinificação do Marxismo e da integração da teoria com a realidade prática (Ma, 2019, p.160). Este é precisamente o mesmo processo ideológico que Schurmann (1968) descreve explicitamente, e ao qual Xi Jinping se refere pelo uso da expressão acima referida: o PCC procura sempre partir da realidade prática, ou das condições nacionais da China, para elaborar respostas ideológicas para diferentes condições nacionais.

Mao Tsé-Tung e os teóricos do PCC, vêem a teoria (“*lǐlùn*”) como a base doutrinária universal, estática, canonizada e imutável, enquanto o seu pensamento (“*sīxiǎng*”) evolui continuamente para se adaptar às alterações da realidade chinesa. Para as suas contrapartes soviéticas pós-estalinistas, não existia um equivalente filosófico de “*sīxiǎng*” e nunca desenvolveram metodologias capazes de criar algo semelhante ao Pensamento de Mao Tsé-Tung (Schurmann, 1968, pp.34-35). Esta distinção pode ter constituído um fator importante quanto à sobrevivência da ideologia marxista-leninista na China devido à sua capacidade adaptativa, ao passo que o comunismo soviético colapsou totalmente após 1989. Ao passo que os soviéticos permaneceram estáticos e não tinham um sistema de constante produção de ideologias práticas, os seus homólogos chineses detinham uma vantagem ideológica considerável através do processo da Sinificação do Marxismo criado por Mao Tsé-Tung. Esta diferença, o carácter não universal do Pensamento de Mao Tsé-Tung e as contribuições práticas dos seus sucessores, tiveram consequências diretas nas relações de Moscovo e Pequim com outros estados e movimentos comunistas. Enquanto os soviéticos tentaram impor a sua ortodoxia teórica aos seus parceiros em outros continentes, os chineses procuraram incentivar a criação de ideologias práticas adaptadas a esses mesmos contextos nacionais. A mensagem do PCC para outros comunistas é a seguinte: procurem desenvolver as vossas próprias adaptações nacionais através do exemplo metodológico do Pensamento de Mao Tsé-Tung. Embora o Pensamento de Mao Tsé-Tung e as suas conclusões, análises e princípios não fossem universais na sua aplicabilidade, as verdades universais marxistas-leninistas nas quais a ideologia prática de Mao se baseia, conservam indubitavelmente o seu carácter universal.

A grande contribuição de Schurmann (1968) revela a metodologia ideológica do PCC desde a sua vitória na Guerra Civil Chinesa em 1949, até ao Pensamento de Xi Jinping em 2017. A sua ideologia evolui mediante um processo particular (Sinificação do Marxismo) com uma metodologia específica. Baseando-se na obra de Schurmann (1968), Wei et al. (2023, pp. 29-

32) defendem que a ideologia do PCC exibe uma estrutura piramidal constituída por camadas. O marxismo-leninismo é a base desta pirâmide e a fundação teórica do PCC (Wei et al., 2023, pp.31-32). Sobre a base teórica marxista-leninista, assentam o Pensamento de Mao Tsé-Tung e todas as outras contribuições ideológicas até ao Pensamento de Xi Jinping (Wei et al., 2023, p.32). Ao passo que a ideologia pura consiste em abstrações teóricas, a ideologia prática não pode divergir muito da realidade objetiva da China (Wei et al., 2023, p.31). A razão pela qual a ideologia prática não pode divergir muito da realidade, prende-se precisamente com a evolução e alteração constante dessa mesma realidade. Visto que a realidade prática chinesa evolui constantemente, é necessário produzir constantes adaptações (ideologias práticas) para lidar com novas contradições e novas circunstâncias. Cada contribuição ideológica é criada para lidar com uma realidade específica, tal como demonstra a identificação de várias contradições principais ao longo da história do PCC: o Pensamento de Mao Tsé-Tung (contradição principal de 1957), a Teoria de Deng Xiaoping (contradição principal de 1981) e finalmente o Pensamento de Xi Jinping (contradição principal de 2017). Esta estrutura pressupõe uma ideia de continuidade não apenas entre as contribuições ideológicas de cada líder, mas principalmente entre qualquer uma destas e a sua base teórica. É importante recordar que sem ideologia pura, a ideologia prática não tem legitimidade. Este é o principal motivo pelo qual o PCC é extremamente cauteloso na elaboração das várias contribuições ideológicas: é vital manter uma ligação forte com a base teórica e reconhecer erros anteriores. Estas diferenças cruciais entre o PCC e as suas contrapartes moscovitas, provam precisamente a relação entre ideologia prática (pensamento, “*sīxiǎng*”) e ideologia pura (teoria, “*lǐlùn*”): o PCC entende que quando Nikita Khrushchev denunciou a ideologia (pura) de Estaline, o líder soviético tinha danificado gravemente a legitimidade do seu partido comunista porque rompeu com a teoria (Wei et al., 2023, p.31). Para o PCC, esta heresia colocaria em causa toda a sua mundivisão e base ideológica, sem a qual a sua ideologia prática não teria legitimidade. Esta é a razão pela qual o

PCC nunca realizou uma manobra equivalente à de Khrushchev: iria comprometer a sua integridade e continuidade ideológica. A mesma abordagem cautelosa foi aplicada ao pensamento de líderes posteriores. Deng Xiaoping criticou os erros de Mao Tsé-Tung no que toca à contradição principal de 1957 e à Revolução Cultural, mas que não era viável descartar o Pensamento de Mao Tsé-Tung. Concluindo, a estrutura do sistema ideológico socialista do PCC é composta por dois elementos centrais: o marxismo-leninismo, que constitui a sua ideologia pura, e as sucessivas contribuições ideológicas, que representam a sua ideologia prática e que tem de ser constantemente adaptada.

2.6- Teoria (“*lìlùn*”) VS Pensamento (“*sīxiǎng*”):

A distinção elaborada por Schurmann (1968) entre ideologia pura (teoria) e ideologia prática (pensamento), é essencial para compreender a evolução ideológica do Partido Comunista da China. Segundo a sua interpretação, embora o marxismo-leninismo constitua a ideologia pura (“*lìlùn*”), as inovações ideológicas ocorrem exclusivamente no campo de ideologia prática (“*sīxiǎng*”). A teoria permanece inalterada e a ideologia prática continua a ser produzida através da adaptação da teoria às circunstâncias particulares da China. No contexto da presente investigação, a distinção em causa não serve apenas para distinguir pensamento e teoria, mas também para sublinhar que todas as outras inovações ideológicas fazem parte de um processo contínuo de adaptação (Sinificação do Marxismo).

Embora a distinção entre ideologia prática e pura seja extremamente importante, o seu uso deve sempre ser acompanhado por uma série de ressalvas extremamente importantes. A primeira prende-se com a alteração dos significados e implicações dos respetivos termos “*lìlùn*” e “*sīxiǎng*” no seio do PCC. Quanto a esta distinção, é essencial manter em mente que o seu

significado evolui consideravelmente desde que Schurmann (1968) elaborou a sua obra. Esta evolução prede-se com problemas políticos dentro do PCC, com os conflitos ideológicos com os seus rivais soviéticos e a ascensão de Xi Jinping ao poder. Esta alteração do seu significado fica clara com o discurso de Xi Jinping (2020a) durante o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês em 18 de outubro de 2017: “...o nosso Partido tem-se orientado pelo marxismo-leninismo, pelo Pensamento de Mao Tsé-Tung, pela Teoria de Deng Xiaoping, pela Teoria dos Três representantes e pela Perspetiva Científica do Desenvolvimento.”(p.19). Segundo Holbig (2018, p.192), a fórmula chinesa “pensamento” (“*sīxiǎng*”) acarreta atualmente uma conotação muito mais prestigiada do que a fórmula “teoria” (“*lǐlùn*”), tendo em conta o estatuto de Mao enquanto fundador da República Popular da China. A classificação pensamento (“*sīxiǎng*”), permite também demonstrar que o autor de tal inovação prática, logrou dar o próximo passo da Sinificação do Marxismo porque integrou com sucesso a teoria e a prática, demonstrando assim que Xi é o arquiteto de um futuro glorioso (Holbig, 2018, pp.192-193). Ou seja, Xi conseguiu elaborar uma nova ideologia prática e alcançar altos níveis de prestígio ideológico. Até 2017, apenas a doutrina política de Mao Tsé-Tung desfrutava de tal prestígio, tendo em conta que a inovação de Deng é classificada como Teoria de Deng Xiaoping (“*Deng Xiaoping lǐlùn*”). A denominação “pensamento” (“*sīxiǎng*”) utilizada para classificar a doutrina política de Xi Jinping, é pelos motivos acima assinalados, extremamente significativa e não mera propaganda ou produto de considerações teóricas irrelevantes por parte dos intelectuais partidários.

A razão pela qual a contribuição de Deng Xiaoping é classificada como teoria (“*lǐlùn*”), deve-se precisamente à evolução dos significados de pensamento (“*sīxiǎng*”) e teoria (“*lǐlùn*”) na tradição marxista chinesa. O PCC não desejou elevar Deng ao mesmo nível de Mao, especialmente depois dos seus membros terem testemunhado os desastres maoistas da Revolução Cultural e de terem sofrido sucessivas purgas à mercê de um líder onipotente. Nas quatro décadas seguintes, o PCC tem demonstrado preocupação e cautela quanto à possibilidade

de conceder o mesmo estatuto e nível de controlo e poder a dirigentes posteriores. Estas distinções devem também ser colocadas no contexto político interno do PCC: em 1982, Deng e o partido implementaram uma série de limites internos quanto aos poderes dos seus líderes. Os limites mais importantes, encontram-se plasmados na Constituição da República Popular da China, e incluem o limite de dois mandatos consecutivos (cada um com 5 anos) (P. R. C., 1983, p.51, p.60, p.64) e um novo processo decisório conhecido como liderança coletiva, que consistia num sistema de partilha de poder entre a elite comunista (Hu, 2014, p.30). Logo, a classificação da contribuição de Deng não se prende com a sua elevação ao estatuto de teoria pura, mas sim em impedir que fosse comparável a Mao Tsé-Tung. Este ponto é facilmente comprovado por uma alteração feita à denominação da contribuição ideológica de Deng Xiaoping: em 1992, esta foi descrito como o “Pensamento de Deng Xiaoping”, mas no ano seguinte foi canonizada como a “Teoria de Deng Xiaoping” (Chang, 1996, pp.377-378). Ao contrário do que defende Cheng (1996, p.378), esta alteração não representa uma “elevação” de Deng, visto que o póstumo líder chinês nunca criou um *“weltanschauung”*, mas sim uma ideologia prática. A mundivisão de Deng era o marxismo-leninismo, que já se encontrava canonizada, solidificada e imutável aquando da criação da sua contribuição ideológica. Após esta alteração, a contribuição de Deng Xiaoping foi descrita pelo PCC como o mais recente produto da adaptação do marxismo-leninismo às circunstâncias chinesas (Chang, 1996, p.378). Ou seja, tal como refere Schurmann (1968), o objetivo não é criar uma mundivisão: está já se encontra canonizada e imutável e consequentemente, as inovações apenas ocorrem no campo da ideologia prática.

Este contexto torna a introdução do Pensamento de Xi Jinping particularmente significativa. Em primeiro lugar, porque a sua inovação é classificada como pensamento (*“sīxiǎng”*) para uma “nova era” ou seja, que Xi Jinping é o líder que elevará a China e o PCC a um estágio mais avançado de socialismo e da Sinificação do Marxismo (Holbig, 2018, p 194). Em segundo lugar, porque Xi aboliu os dois limites anteriormente mencionados e acumulou os três cargos

mais poderosos do sistema leninista chinês: Presidente da República Popular da China, Secretário-Geral do PCC e Presidente da Comissão Militar Central. Xi é um líder cuja concentração de poderes não encontra equivalente desde Mao, quer em acumulação de cargos, prestígio ideológico e importância para a história do PCC. No entanto, tal não significa que Xi esteja a emular Mao, muito pelo contrário: o partido sobre o qual preside é muito mais sofisticado, hierarquizado e resiliente do que aquele que Mao conseguiu dominar nas décadas de 1950 e 1960.

2.7- Sinificação do Marxismo:

Antes de procedermos, é essencial esclarecer um elemento-chave da presente investigação: em que consiste a “adaptação” das verdades universais e imutáveis do marxismo-leninismo às condições nacionais chinesas? Se os referidos princípios e conceitos basilares do marxismo-leninismo são universais, fixos e não foram alterados no seu conteúdo, em que consiste a sua “adaptação” às condições nacionais chinesas? O marxismo-leninismo possui os seus princípios e método de análise, através dos quais é possível compreender a evolução das sociedades humanas. No entanto, esse mesmo método de análise, não pode ser aplicado de forma abstrata sem tomar em consideração as particularidades económicas, históricas e culturais de um dado país (Boer, 2021, p.9). É por este motivo que o sistema ideológico do PCC é denominado “Socialismo com Características Chinesas”, ou seja, uma forma de socialismo marxista-leninista que tem em profunda consideração a era ou momento histórico no qual a China se encontra.

Para compreender a lógica do Sinificação do Marxismo que leva à constante necessidade de “adaptação”, recorreremos de novo à análise de Knight (1983). Mao via o materialismo dialético, materialismo histórico e luta de classes como princípios abstratos cujos fenómenos correspondentes se verificam em todas as sociedades, independentemente do tempo ou contexto

histórico (Knight, 1983, p.24). No entanto, este aspeto universal corresponde apenas a um aspeto da análise contraditória da Teoria das Contradições: a universalidade da contradição. É neste momento que a particularidade da contradição entra em ação: embora, por exemplo, a luta de classes se verifique em todas as sociedades, essa universalidade nada nos diz quanto às características particulares que esse fenómeno assume num dado estágio de desenvolvimento e num dado contexto histórico (Knight, 1983, p.24). Esta diferença foi o motivo para o conflito entre Mao e outros membros do PCC, que passaram a ser designados de forma derogatória como os “dogmáticos”. Tomemos de novo a luta de classes como exemplo. Os dogmáticos entendiam que as análises elaboradas por Marx e Engels tinham grande relevância para o caso chinês: para este grupo, estas análises de Marx e Engels de um contexto específico, a Europa do século XIX, eram de aplicabilidade universal (Knight, 1983, pp.24-25). A interpretação de Mao era totalmente contrária: as análises de Marx e Engels eram instâncias específicas (luta de classes na Europa do século XIX), que podiam e deviam ser separadas dos princípios e leis que descreviam esse fenómeno no seu contexto abstrato e geral (luta de classes existe em todas as sociedades) (Knight, 1983, p.25). Para Mao, uma coisa são as leis universais que descrevem um fenómeno ou processo na sua dimensão categórica total, independentemente de tempo, contexto histórico ou manifestação específica. Outra coisa totalmente distinta, eram as suas manifestações específicas. Tais universalidades são essenciais para conseguir identificar que fenómeno se encontra em causa: por exemplo, através da lei universal da luta de classes seria perfeitamente possível identificar este fenómeno em qualquer situação (universalidade da contradição).

Quando Mao refere que o marxismo-leninismo é universal, refere-se especificamente a esta dimensão que, no seu entendimento, constituía apenas o primeiro passo. Estes princípios universais são instrumentos de análise prática e não um fim: devem ser usados não apenas para analisar e investigar o fenómeno que descrevem de forma universal e abstrata, mas também

para analisar a sua manifestação numa instância específica e concreta (Knight, 1983, p.26). Caso o elemento abstrato e universal não fosse usado para produzir uma análise prática de dessa mesma manifestação, o marxismo-leninismo não estaria completo na sua totalidade e não teríamos uma ideologia total. Ou seja, sem a combinação da teoria com a realidade prática, o processo não estaria completo e apenas resultaria em erro. Tal como refere Knight (1983, p.27), Mao apenas podia conceber o marxismo-leninismo como um sistema ideológico completo na sua aplicação prática. Ou seja, a Sinificação do Marxismo não procura elevar a realidade chinesa acima da teoria, mas sim completar o marxismo enquanto sistema ideológico (Knight, 1983, p.27). Embora exista uma dimensão cultural importante na Sinificação do Marxismo, essa dimensão não se sobrepõe ao elemento marxista (Knight, 1983, pp.27-28). Mao Tse-Tung (1967, pp. 380-381, cit. por Knight, 1983) não deixa muita margem para dúvidas:

“...ao aplicar o marxismo à China, os comunistas chineses devem integrar plena e adequadamente a verdade universal do marxismo com a prática concreta da revolução chinesa, ou por outras palavras, a verdade universal do marxismo deve ser combinada com características nacionais específicas e adquirir uma forma nacional definida se pretende ser útil, e em nenhuma circunstância pode ser aplicado subjetivamente como uma mera fórmula.”(Knight, 1983, p.28).

Esta é a lógica da Sinificação do Marxismo e da “adaptação” das leis universais e imutáveis às condições nacionais chinesas: primeiro, identifica-se a lei geral e universal (1); através dessa lei universal, descobrimos a lei específica que nos oferece um manual de ação que permite a formação de respostas adequadas a essas condições (2); embora estas respostas sejam baseadas numa “adaptação” concreta, tal não significa que estejam totalmente corretas (3), visto que apenas quando se entra em contacto prático com o fenómeno concreto, é que se torna possível reconhecer erros e proceder a correções da ideologia prática(4) (Knight, 1983, p.28).

Este método – do geral para o particular, do particular para o geral – é essencial para compreender a fundamentação filosófica da Sinificação do Marxismo: a aplicação dos seus princípios universais tem sempre de ser elaborada consoante as particularidades e condições nacionais chinesas. No entanto, esta não é a única característica da Sinificação do Marxismo. Enquanto marxistas-leninistas, o PCC e os seus líderes entendem que nada é estático e tudo se encontra num processo de constante mudança no qual todos os fenómenos se formam, transformam e desaparecem. O mesmo processo ocorre com as contradições e circunstâncias presentes na sociedade chinesa. Se é verdade que o Pensamento de Mao Tsé-Tung era uma ideologia prática marxista formulada consoante as condições nacionais da China específicas à primeira metade do século XX; também é verdade que essa mesma ideologia prática não podia ser válida eternamente devido às alterações dessas mesmas condições nacionais. Tal como nota Zwick (1983, p.169), o Pensamento de Mao Tsé-Tung tornou-se obsoleto quando a revolução terminou e quando a ditadura do proletariado foi estabelecida. As novas circunstâncias nacionais e contradições particulares da China evoluíram e transformaram-se entre 1949 (data da vitória do PCC na Guerra Civil Chinesa) e 1978 (data da morte de Mao Tsé-Tung). Devido a essas alterações, a contribuição ideológica prática de Deng Xiaoping não se centrava em levar a cabo uma revolução, nem em estabelecer um estado socialista, mas sim em objetivos nacionais de desenvolvimento económico (Zwick, 1983, p.169). O resultado é a atual estrutura do sistema ideológico do PCC: Pensamento de Mao Tsé-Tung, Teoria de Deng Xiaoping e todas as outras contribuições ideológicas práticas adaptadas a um determinado período onde vigoravam determinadas características, fatores e acima de tudo, novas contradições principais. Cada vez que as condições nacionais e as contradições presentes na sociedade chinesa mudam, é necessária uma nova contribuição ideológica prática “adaptada” a essas novas circunstâncias. É precisamente por este motivo que Schurmann (1968) refere que o processo de criação de pensamento (“*sīxiǎng*”) de Mao não tem fim: se essa realidade prática se encontra em constante

mutação, é sempre necessário inovar na forma de novas ideologias práticas. Da mesma forma que Mao produziu a sua ideologia prática a partir da aplicação dos princípios universais marxistas às suas manifestações e condições nacionais particulares da sua época, todos os seus sucessores fizeram o mesmo. Resumindo, à medida que as condições e contexto nacional chinês evoluem e alteram-se, é necessário promover uma nova “adaptação” à realidade concreta e produzir uma nova ideologia prática adaptada às novas circunstâncias.

É essencial referir que a conclusão de que constantes “adaptações” são sempre necessárias, não resulta de mera dedução ou presunção. Schurmann (1968) conclui que a elaboração de ideologia prática é um processo sem fim, precisamente devido à mutabilidade das condições nacionais e contradições do contexto chinês. A declaração sucessiva de novas contradições principais suporta totalmente esta conclusão: cada vez que uma contradição principal foi declarada, um novo pensamento foi elaborado pelo líder chinês em questão. Como sabemos que esta constante “adaptação” ocorre? Não é através da extensão do argumento de Schurmann (1968) a toda a história ideológica do PCC, mas sim porque esse é o argumento repetido uma e outra vez, pelos próprios teóricos partidários. De acordo com um artigo publicado na revista *Qiushi*, a necessidade de elaborar novas “adaptações” é a principal razão para o sucesso do partido comunista:

“A razão fundamental pela qual o PCC tem sido capaz de alcançar grande sucesso e abrir novos horizontes no desenvolvimento do Marxismo nos 100 anos desde a sua fundação, é porque sempre seguiu a orientação das teorias científicas e procurou responder sinceramente às questões essenciais de interpretar o Marxismo, bem como em desenvolvê-lo durante períodos distintos e de acordo com diferentes condições nacionais.” (Wiguang, 2021, parágrafo.8).

Ou seja, o mecanismo de inovação ideológica descrito por Knight (1983) que foi inicialmente elaborado por Mao Tsé-Tung, é visto pelo próprio PCC como um aspeto fundamental do seu

sistema ideológico. Enfu Cheng (2018, pp.297-298), professor da *Chinese Academy of Social Sciences*, refere que esta adaptação foi contínua e ininterrupta desde a fundação do partido comunista até aos tempos modernos. Consequentemente, o Pensamento de Xi Jinping é a mais recente destas adaptações (Enfu Cheng, 2018, p.298). Resumindo, o processo da Sinificação do Marxismo não se limita de todo a Mao: é uma característica essencial e definidora do sistema ideológico do PCC. Passaremos agora para a segunda fase da Sinificação do Marxismo: a Teoria de Deng Xiaoping.

2.8- A Teoria de Deng Xiaoping:

Embora Mao Tsé-Tung tenha introduzido muitos dos elementos centrais da tradição socialista chinesa, foi Deng Xiaoping quem primeiro introduziu a fórmula “Socialismo Com Características Chinesas”. A visão tradicional da comparação de ambos os líderes, é de que Mao era visto como um revolucionário romântico guiado por uma ideologia radical, ao passo que Deng Xiaoping, é visto como um líder puramente pragmático que não via grande utilidade nas teorias marxistas. Tal como aponta William A. Joseph (2019, p.186), este entendimento é uma distorção que condiciona qualquer possibilidade de um estudo quer dos dois líderes, quer das suas ideologias e da tradição marxista chinesa em geral. Além disso, tal como ficou claro na análise prévia da Sinificação do Marxismo, Mao Tsé-Tung era um teórico marxista com capacidades consideráveis e não um mero revolucionário romântico. Tal como Mao era muito mais do que um mero revolucionário romântico, Deng Xiaoping era muito mais do que um mero líder pragmático. Ambos os líderes eram personalidades complexas e multifacetadas, sendo impossível reduzi-los a este tipo de descrições, que apenas limitam possíveis estudos acerca das suas doutrinas políticas.

Após a morte de Mao em 1978, Deng assumiu o poder na China e iniciou uma série de reformas políticas, sociais e económicas que assumiram características muito distintas do mandato de Mao. Na estimativa de Deng, Mao teve sucesso no seu método e ideologia prática quanto à libertação da China, ao período da Revolução Chinesa e Guerra Sino-Japonesa, atingindo todos os seus objetivos de libertar o país das forças imperialistas e capitalistas e de instaurar uma ditadura do proletariado. No entanto, Mao tinha incorrido num erro fatal quando declarou a contradição principal de 1957 diretamente contra os desejos coletivos do PCC. Ou seja, embora Mao tenha tido sucesso na libertação nacional e na revolução, falhou nos objetivos de desenvolvimento. Este erro resultou nos desastres da era maoista, com os penosos anos do Grande Salto em Frente e da Revolução Cultural e a consequente deterioração da estabilidade e credibilidade do governo do partido comunista. Após a morte de Mao em 1978, Deng Xiaoping ascendeu como o seu sucessor no comando do partido e da nação, alterando rapidamente o curso das políticas partidárias. A primeira alteração significativa, foi a declaração da contradição principal de 1981, alterando o foco da luta de classes para o desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, Deng alterou a orientação das políticas partidárias e concentrou-se na tarefa de desenvolver a economia do país, que se encontrava profundamente atrasada em 1978. Tal como aponta Williams (2019, pp.186-187), Deng não procurou começar onde Mao terminou, mas sim onde Mao errou, referindo-se precisamente a este erro e aos resultantes desastres. Para Deng Xiaoping (1985), o problema principal centrava-se assim na questão das forças e relações de produção:

“O que é o socialismo e o que é o marxismo? Não tínhamos uma ideia clara sobre isto antes. O marxismo atribui a maior importância ao desenvolvimento das forças produtivas. Nós defendemos o comunismo. Mas o que isto significa? Significa o princípio de cada um de acordo com as suas capacidades e a cada um de acordo com as suas necessidades, o que exige forças produtivas altamente desenvolvidas e uma riqueza material avassaladora. Portanto, a tarefa

fundamental para a fase socialista é desenvolver as forças produtivas.”(Deng Xiaoping, 1985, p.36).

Este foco no desenvolvimento das forças produtivas foi uma das bases essenciais para justificar a introdução de reformas de mercado durante o seu mandato.

O foco de Deng Xiaoping no desenvolvimento das forças produtivas, é de especial importância no que toca à justificação ideológica das suas reformas económicas. A resposta assenta na relação dialética entre desenvolver ou libertar as forças produtivas e a propriedade dos meios de produção (relações de produção). Esta questão foi tratada de formas muito distintas em países industrialmente desenvolvidos e países agrários e menos desenvolvidos como a China. Nos primeiros verificou-se um enorme foco nas relações de produção, mais concretamente na propriedade dos meios de produção (Boer, 2021, p.38). No entanto, a China era em grande medida uma sociedade feudal e não possuía o mesmo desenvolvimento das forças produtivas que os países industrializados. Em termos marxistas, Deng procurou reequilibrar a relação entre os dois conceitos e concentrou-se decisivamente no desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, esta reorientação não se prende apenas com as necessidades do momento: Deng defendia que a tarefa crucial do socialismo era desenvolver as forças produtivas, seguindo assim um entendimento mais ortodoxo que Mao. Tal como foi referido no capítulo anterior, é o desenvolvimento das forças produtivas que move a história humana, enquanto as relações de produção, embora importantes, se alteram com o avanço das forças produtivas. Neste aspeto, Deng seguiu uma interpretação mais próxima da de Lenine do que da de Mao Tsé-Tung.

Apesar do sucesso do programa económico de Deng Xiaoping, existe um perigo real se este tipo de reformas resultarem num foco excessivo no desenvolvimento das forças produtivas. Caso o seu desenvolvimento não fosse acompanhado por um avanço correspondente da propriedade social e coletiva, poderiam surgir novas contradições como corrupção,

descentralização excessiva e desigualdade entre ricos e pobres. Este fenómeno verificou-se justamente durante o mandato de Jiang Zemin na década de 1990, quando a China desfrutou das taxas de crescimento económico mais altas na sua história moderna (Boer, 2021, p.38). São precisamente estes problemas derivados da libertação e desenvolvimento excessivo das forças produtivas, sem o correspondente avanço das relações de produção e da superestrutura, que constituem uma prioridade central do Pensamento de Xi Jinping. Xi Jinping (2020a, pp.88-89) refere, constantemente, que é vital construir uma “sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos” para atingir “prosperidade comum”. No seu entendimento, a China enfrenta um conjunto significativo de desequilíbrios e problemas:

“Ao mesmo tempo, as forças produtivas globais da China melhoraram significativamente e, em muitas áreas, a nossa capacidade de produção lidera o mundo. O problema mais proeminente é que o nosso desenvolvimento é desequilibrado e inadequado. Isso tornou-se o principal fator limitante para atender à crescente expectativa do povo por uma vida melhor.”(Xi Jinping, 2020a, p.13).

2.9- A Etapa Primária do Socialismo:

O foco no desenvolvimento das forças produtivas deve ser combinado com o conceito central de “etapa primária do socialismo” ou “primeira fase do socialismo”, desenvolvido por Xue Muqiao (1986) na sua obra *“China’s Socialist Economy”*. Recorrendo à análise marxista que divide cada estágio de desenvolvimento em fases, Muqiao (1986, pp.13-14) menciona a tripartição da transição do capitalismo para o comunismo, elaborada por Lenine: a primeira é a fase de transição do capitalismo para o comunismo, seguida do estágio inferior do comunismo (socialismo) e finalmente o comunismo pleno. Para criar uma sociedade comunista, é necessário um determinado tipo de relações de produção, relações essas que apenas seriam possíveis com

um correspondente avanço das forças produtivas. Este era precisamente o problema da China na época em Muqiao (1986, pp.3-5) redigiu a sua obra: as forças produtivas chinesas eram demasiado atrasadas para realizar essa transição. Consequentemente, o PCC tinha de se focar no desenvolvimento das forças produtivas para criar as bases materiais necessárias (Muqiao, 1986, p.222). Muqiao (1986) refere ainda que nas duas décadas antes de redigir a sua obra em 1957, o PCC tinha seguido um entendimento errado da relação dialética entre forças e relações de produção. Ou seja, Muqiao (1986) faz uso de um raciocínio semelhante ao de Lenin (1973). Após a Guerra Civil Russa, Lenine promoveu a Nova Política Económica, um programa que permitia temporariamente uma forma de capitalismo limitado, regulado por controlo estatal e partidário. Lenin (1973, pp.186-196) caracterizou o seu programa como a introdução de uma forma de capitalismo de livre mercado sujeito a controlo estatal, onde empresas estatais operavam na base do lucro. A justificação de Lenin (1973) para a NPE baseava-se na decisão por parte do Partido Comunista da URSS, de tentar transitar diretamente de um estágio capitalista, para um sistema comunista. Segundo o fundador da União Soviética, esta tentativa resultou em desastre devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas russas:

“Ao tentarmos passar diretamente para o comunismo, na primavera de 1921, sofremos uma derrota mais grave na frente económica do que qualquer derrota infligida por Kolchak, Denikin ou Pilsudski. Esta derrota foi muito mais grave, significativa e perigosa. Expressou-se no isolamento dos administradores superiores da nossa política económica e na sua incapacidade de produzir o desenvolvimento das forças produtivas que o Programa do nosso Partido considera vital e urgente.” (Lenin, 1973, pp.63-64).

Para efetuar a transição para o modo de produção comunista, Lenin (1973) entendia que era necessário passar por uma fase de acumulação material, que permitia a existência de algumas formas de propriedade privada. Tal como Muqiao (1986), Lenin (1973) refere que uma

passagem direta para o comunismo pleno era impossível em circunstâncias como as da Rússia de 1917, que tal como a China, era marcada por uma economia subdesenvolvida:

“Tentámos resolver este problema de imediato, por assim dizer, com um ataque frontal, mas fomos derrotados. Estes erros ocorrem em todas as guerras, e nem sequer são considerados erros. Uma vez que o ataque frontal falhou, faremos um movimento de flanco e utilizaremos também o método de cerco e menagem.” (Lenin, 1973, p.69).

A fase preliminar do socialismo de Deng é semelhante à NPE de Lenin (1973): ambas entendem que o caminho para a construção de um sistema socialista (e eventualmente o comunismo) requerem a construção gradual da base material necessária, colocando o objetivo final do comunismo no futuro distante. Neste contexto, Deng Xiaoping (1994, p.174) constatou que o desenvolvimento das forças produtivas era o foco central do seu mandato e a principal tarefa do socialismo. No entanto, ao contrário da NPE russa, o programa de reforma económica de Deng Xiaoping (1994, pp. 358-359) foi concebido com uma duração muito mais longa, defendendo que o PCC teria de se concentrar nesta tarefa durante pelo menos 100 anos. Esta última constatação é particularmente relevante e importante para Deng Xiaoping (1994, pp.366-367), que acreditava que a China teria de enfrentar múltiplas gerações de desigualdade, contradições antagónicas e construção socialista, antes de poder considerar um salto para uma fase mais elevada de socialismo. Sendo que a China ainda se encontrava na fase inicial do socialismo, era necessário desenvolver as forças produtivas, que em 1981 ainda se encontravam profundamente subdesenvolvidas.

Lenine entendia que era necessário permitir alguma forma de capitalismo limitado para desenvolver as forças produtivas em países como a Rússia, e o mesmo ocorreu com os comunistas chineses: Muqiao (1986) sugeriu que a fase inicial do socialismo seria guiada pela máxima “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho ”(p.13), até

se criar o nível necessário de prosperidade material. Apenas com uma abundância geral e um nível de desenvolvimento avassalador das forças produtivas, é que a primeira máxima seria substituída pela seguinte: ““ de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades””(Muqiao, 1986, pp.72-73). As semelhanças com Lenine aprofundam-se, quando se toma em consideração que Muqiao (1986, p.281) desenvolveu este conceito devido à problemática de construir um sistema socialista num país onde não existia uma economia industrializada. Com efeito, Muqiao (1986, pp.281-282) observa que era muito mais difícil construir um sistema socialista num país como a China, do que em países capitalistas e industriais, o que exigia uma série de métodos especiais tal como a adoção de capitalismo limitado. Embora o conceito do estágio primário do socialismo tenha sido desenvolvido por Muqiao (1986), foi a sua introdução oficial no sistema ideológico do PCC por Zhao Ziyang que constituiu um dos principais argumentos em favor da introdução das reformas de mercado durante o mandato de Deng Xiaoping (Sun, 1995, pp.194-197). Tal como declarou Deng:

“Estamos a construir o socialismo há apenas algumas décadas e estamos ainda na fase primária. Será necessário um período histórico muito longo para consolidar e desenvolver o sistema socialista, e isso exigirá uma luta persistente de várias gerações, uma dúzia ou mesmo várias dezenas. Não podemos nunca descansar sobre os nossos remos.”(Deng Xiaoping, 1994, p.367).

Ou seja, a visão de Deng era que o estágio socialista, durante o qual vigora a ditadura do proletariado, iria durar séculos. Este conceito permitiu a Deng não apenas contrariar de forma eficaz as fações do PCC que tinham um entendimento marxista mais rígido da questão, como ofereceu uma justificação ideológica para a perpetuação do governo do PCC. No fundo, o programa de desenvolvimento das forças produtivas de Deng Xiaoping é uma NEP centenária e sinificada.

2.10- A Economia de Mercado Socialista Chinesa:

Esta é a natureza ideológica das reformas de Deng. A fase inicial do socialismo foi o conceito utilizado para racionalizar as suas reformas, criando uma “economia de mercado socialista” na qual convivem formas de propriedade pública e privada. No entanto, a exposição anterior não é suficiente para definir quais são as principais características da economia de mercado socialista chinesa. Que sistema é este? Qual a sua natureza? Em que consiste este sistema que constitui a base da orientação económica chinesa nos últimos 40 anos? Segundo os marxistas chineses, o traço definitivo da economia de mercado socialista, é a prevalência do setor público (Ding, 2009, pp.235-236). Este representa o elemento central e dominante na economia de mercado socialista, com o qual coexistem outras formas de propriedade e setores económicos, como o setor privado chinês (Ding, 2009, p.236). Este último é tido pelo PCC não como a característica principal do sistema como um todo, mas sim como um dos seus diversos elementos, como um instrumento do partido para atingir os objetivos de desenvolvimento do sistema socialista e para desenvolver as forças produtivas (Ding, 2009, p.237). Em termos práticos, a economia de mercado socialista é marcada pela prevalência do setor público (Ding, 2009, pp.235-236). O setor público representa o elemento central e dominante na economia de mercado socialista, com o qual coexistem outras formas de propriedade, como o setor privado chinês. Estas são as características que definem a economia de mercado socialista chinesa: uma prevalência do setor público, acompanhada por um setor privado controlado e dominado pelo partido comunista. No entanto, o principal objetivo deste capítulo é analisar a justificação ideológica para a existência deste sistema. Como é possível que um partido marxista-leninista como o PCC, possa defender que tal sistema é socialista quando a China possui um setor privado inovador e proeminente?

Esta análise não se destina a produzir uma discussão ou conclusão favorável, ou desfavorável às reformas de Deng Xiaoping, mas sim a detalhar as justificações dos próprios

marxistas chineses da forma mais objetiva e imparcial possível. Quando Deng Xiaoping (1995, p.239) abordou o tema, o argumento dos marxistas chineses, foi que uma economia de mercado não era exclusiva ou única ao modo de produção capitalista, tendo em conta que esta existia na sua forma embrionária no modo de produção feudalista. Desta forma, nada obstava que uma forma limitada de capitalismo pudesse existir na fase preliminar do socialismo e que a sua presença não tornaria a China numa sociedade capitalista (Boer, 2021, p.117). Desta forma, não existia uma contradição fundamental entre uma economia de planeamento central e uma economia de mercado: ambas podem coexistir (Boer, 2021). Para justificar esta posição, Deng fez uso de dois argumentos centrais: primeiro, tanto a economia de mercado quanto a economia de planeamento central, devem ser vistas como “métodos” ou “meios” para alcançar objetivos e em segundo lugar, estes “métodos” têm como finalidade desenvolver as forças produtivas (Boer, 2021, pp.117-118). Essencialmente, Deng fez uso do princípio de que cada modo de produção contém elementos e resquícios do modo de produção anterior, para justificar a economia de mercado socialista. Como vimos, existiam elementos capitalistas no modo de produção feudal. No entanto, estes elementos não definiam o sistema socioeconómico em questão como capitalista, visto que o seu propósito central não era a acumulação de capital (Boer, 2021, p.119). Ou seja, economias de mercado existiram em várias sociedades e em diferentes momentos da história humana, mas esse facto nunca foi utilizado para definir estes sistemas como capitalistas. Para Marx e Engels, o facto de o modo de produção feudalista conter algumas formas de capitalismo, não o definia como tal e o mesmo acontece com a economia de mercado socialista. De acordo com Boer (2021, p.117), esta lógica foi uma tentativa dos marxistas chineses de superar os dois dogmas da economia política clássica. Estes dogmas consistem na crença de que apenas existiam duas alternativas económicas: uma economia capitalista de mercado ou uma economia socialista, sendo encapsulada na máxima de Ludwig

von Mises (1932, p.142, cit. por Boer, 2021): “a alternativa é ainda entre socialismo ou uma economia de mercado”(p.116).

Conforme a posição de Deng Xiaoping, tal sistema é socialista porque não existe qualquer contradição inerente entre ambos os elementos, tendo em conta a fase de desenvolvimento em questão. A segunda justificação, prende-se com o facto de a economia de mercado não ser o elemento dominante, constituindo apenas um dos vários elementos do sistema, cuja finalidade é desenvolver as forças produtivas. Caso os marxistas chineses aderissem a uma posição segundo a qual ambos os elementos são mutuamente exclusivos, ou segundo a qual o elemento de livre mercado não dominante define o sistema económico na sua totalidade, estariam a cair na “armadilha” de von Mises. Esta posição revela o espírito pragmático de Deng Xiaoping e do PCC na era pós-Mao: uma economia de planeamento central e uma economia socialista, eram instrumentos e meios para desenvolver as forças produtivas e não sistemas estanques (Boer, 2021, p.118). Se numa dada ocasião um destes instrumentos é mais eficiente do que o outro em alcançar esse mesmo desenvolvimento, então esse instrumento deve ser usado pelo partido. De acordo com esta posição, o mero facto de o PCC permitir a existência de um setor privado limitado, não define o sistema como um todo, visto que a sua finalidade não é a acumulação de capital, mas sim o desenvolvimento das forças produtivas para promover a construção de um sistema socialista. Caso o partido adotasse a visão de que ambos os elementos são incompatíveis ou que exibem uma natureza e características fixas, estaria não apenas a cair na armadilha austríaca, como a enveredar pela via marxista dogmática (Boer, 2021, pp.119-120). Essa via dogmática, de um entendimento fossilizado das teorias universais de Marx e Engels, é precisamente a mesma via adotada pelos opositores da Sinificação do Marxismo. Se o sistema é dominado pelo setor público, se o seu propósito central não é a acumulação de capital, ou a preservação do lucro de uma classe dominante, então tal sistema não pode ser caracterizado como capitalista. Segundo a posição marxista chinesa, se o modo de produção feudalista e o

sistema criado pela NPE de Lenine não eram encarados como capitalistas apenas por possuírem elementos de uma economia de mercado, então não existem motivos pelos quais o mesmo não se aplica à economia de mercado socialista chinesa.

2.11- A Análise de Huang Nansen:

A análise da economia de mercado socialista não estaria completa sem o papel desempenhado pela Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung. Tal como foi mencionado, a tarefa crucial em qualquer análise dialética maoista, é identificar a contradição principal em causa. No caso da economia de mercado socialista, a contradição principal é entre forças produtivas e relações de produção (Boer, 2021, p.120). A relação entre ambos os aspetos da presente contradição principal, descrita por Boer (2021), é baseada nos trabalhos de Huang Nansen (1994, cit. por Boer, 2021, p.120), cuja obra é largamente vista pelos marxistas chineses como tendo colocado um ponto final na presente discussão. Segundo esta análise, a tradição marxista clássica desenvolvida por Estaline, entende que durante o estágio de desenvolvimento socialista, a contradição entre forças e relações de produção continua a existir (Nansen, 1994, cit. por Boer, 2021, p.120). No entanto, a questão-chave não é a existência ou não dessa contradição principal, mas sim na forma particular em que esta se manifesta (Boer, 2021, p.120). Mao Tsé-Tung entendeu que esta contradição seria resolvida através da total socialização dos meios e forças produtivas, mas segundo Nansen (1994, cit. por Boer, 2021, p.120), esta análise não é nem dialética, nem conforme à própria Teoria das Contradições. Nansen (1994, cit. por Boer, 2021, pp.120-121) justifica a sua crítica com base em dois argumentos: que a conclusão de Mao presume que após a resolução dessa contradição, não haveria mais contradições entre ambos os aspetos em questão (1); e que tal conclusão negava a base teórica imutável segundo a qual as contradições entre forças e relações de produção

continuariam a existir durante o socialismo. Tendo em conta que a contradição principal envolve relações e forças produtivas, ambas devem ser levadas em conta. Marx e Engels (1955, p.37) mencionam no Manifesto Comunista, que quando o proletariado toma o poder político, duas coisas devem acontecer: primeiro, o proletariado centraliza os meios de produção nas mãos do estado e segundo, deve procurar desenvolver as forças produtivas o mais depressa possível. Ou seja, após o estabelecimento da ditadura do proletariado, a relação é entre ambos os elementos e não pode consistir apenas num foco desequilibrado nas relações de produção. Além disso, a China não tinha forças produtivas desenvolvidas o suficiente para efetuar tal avanço nas relações de produção. No caso chinês, Mao incorreu no erro de apenas se focar num dos elementos da contradição principal ao descuidar gravemente as forças produtivas, o que resultou numa sucessão de desastres económicos e sociais (Boer, 2021, p.121). Ou seja, embora Mao tenha criado a sua própria forma de análise dialética, falhou na sua aplicação “correta” à relação entre forças e relações de produção.

De acordo com este entendimento, Nansen (1994 cit. por Boer, 2021) procede a uma análise “correta” da contradição entre forças e relações de produção. Mao entendia que essa contradição era entre as forças produtivas e a propriedade das mesmas, ou seja, entre a libertação das forças produtivas e as relações de produção (Boer, 2021, p.120). Nansen (1994, cit. por Boer, 2021, pp.121-122) contraria Mao, esclarecendo que a contradição principal deste fenómeno, se manifesta entre o “sistema económico básico” (em mandarim simplificado: 制度. em pīnyīn: “zhìdù”) e a “forma institucional da economia” (em simplificado mandarim: 体制. em pīnyīn: “tǐzhì”). Esta contradição é obrigatoriamente acompanhada por distinções terminológicas típicas da tradição marxista chinesa: no contexto da análise de Nansen (1994, cit. por Boer, 2021), “tǐzhì” designa especificamente uma forma institucional económica enquanto fenómeno universal. Este termo designa a economia de mercado (setor privado) e a economia de

planeamento central (setor público), na sua forma abstrata e universal, independentemente do seu contexto histórico ou do modo de produção no qual se encontram inseridos. Por outro lado, Nansen (1994, cit. por Boer, 2021) considera que o “sistema básico” (“*zhìdù*”), designa o sistema económico na sua forma particular e concreta. Ou seja, “*zhìdù*” designa um sistema económico ou modo de produção concreto e particular, tal como a economia de mercado socialista. Na análise de Nansen (1994, cit. por Boer, 2021) uma forma institucional económica de planeamento central ou de mercado, não pode ser usada de forma isolada para classificar um “sistema básico” (“*zhìdù*”) como capitalista ou socialista.

Como é que o sistema económico e as suas formas institucionais se relacionam entre si em termos dialéticos? É precisamente neste ponto que a particularidade e a universalidade da contradição entram em cena. Para os marxistas chineses, “*tǐzhì*” representa a universalidade, ou seja, formas institucionais que se verificam de modo universal ao longo da história (Nansen (1994, cit. por Boer, 2021, pp.122-123). A “*tǐzhì*” de mercado verificou-se ao longo da história, tal como aconteceu no modo de produção feudalista, capitalista, na economia de mercado socialista chinesa e na NPE de Lenine. No entanto, essa universalidade não demonstra a particularidade dessas formas institucionais em cada uma dessas instâncias, sendo apenas possível fazê-lo quando se encontram inseridas num sistema económico ou “*zhìdù*” concreto (Nansen, 1994, cit. por Boer, 2021). Quando o “*zhìdù*” particular através do qual uma forma institucional (“*tǐzhì*”) de mercado se manifesta é um sistema socialista básico, a natureza fundamental de como esse “*tǐzhì*” universal se manifesta e funciona, é totalmente distinta. Clarificando, a forma como a “*tǐzhì*” de mercado universal se manifesta através de um sistema ou sistema económico particular, é sempre diferente: a manifestação da forma de mercado capitalista através do sistema particular ou “*zhìdù*” feudalista, é diferente da forma como se manifesta através do “*zhìdù*” capitalista ou da economia de mercado socialista. Para os marxistas chineses, o mero facto de existir uma forma institucional de mercado num sistema

económico particular, não implica de todo que um determinado sistema económico seja capitalista; visto que não se pode usar o universal para classificar diretamente o particular. Este último apenas pode ser compreendido na sua forma concreta e mesmo acontece com o “*zhìdù*”, ou sistema socialista básico chinês. Segundo Nansen (1994, p.4, cit. por Boer, 2021) , a implicação é a seguinte: ““uma economia de mercado pode tornar-se o ponto comum [*gongxing*] da forma institucional económica capitalista [*tizhi*] e a forma institucional económica socialista [*tizhi*], e o capitalismo e o socialismo são as suas individualidades [*gexing*]””(p.124).

Confundir um sistema económico concreto e específico com as formas institucionais universais na sua conceção abstrata, é um claro erro de análise dialética. A consequência desta relação, é que a natureza de qualquer uma das formas institucionais é moldada pelo sistema económico na qual se encontram inseridas, ou seja, não existe qualquer forma institucional que seja independente do sistema económico geral vigente numa determinada sociedade. Tal como refere outro marxista chinês, Peng (1994, p.13, cit. por Boer, 2021, p.124) a diferença entre ambos os aspetos, não é a universalidade ou generalidade da forma institucional de mercado, mas sim a particularidade da sua combinação com o sistema socialista básico (economia de mercado socialista). Tal como Nansen (1994, p.5, cit. por Boer, 2021, p.124), não existe nenhuma forma institucional (“*tǐzhì*”) que possa ser separada e descontextualizada do sistema económico básico (“*zhìdù*”) no qual se encontra inserida.

É precisamente neste contexto que a “*tǐzhì*” de mercado e de planeamento central, constituem instrumentos e não entidades independentes, visto que a forma institucional nunca pode ser separada do sistema particular. Por outras palavras, é o sistema que molda a forma institucional e não o inverso. No entanto, esta exposição levanta outra questão fundamental: de que forma é que o sistema molda e define a natureza da forma institucional de mercado? Boer (2021, pp.124-125) refere três critérios para analisar qualquer forma institucional, no que toca à sua utilidade

para o sistema socialista chinês: se é capaz de desenvolver as forças produtivas, se é condutivo ao fortalecimento de uma sociedade socialista e se é capaz de melhorar o nível de vida dos cidadãos. Por sua vez, Nansen (1994, p.5, cit. por Boer, 2021, p.125) define cinco características fundamentais do sistema económico socialista chinês para as quais o setor privado deve contribuir. Primeiro, o sistema contém uma série de elementos, de entre os quais o setor público é o elemento dominante. Segundo, embora ambos os setores tenham de ser viáveis e sustentáveis, o seu objetivo é garantir o bem-estar social coletivo. Terceiro, o sistema rege-se pela máxima “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho” e procura limitar a exploração, disparidade económica e atingir uma sociedade mais igual. Quarto, o guia de ação é sempre o marxismo-leninismo, que representa a base irrevogável de todo o sistema. Quinto, o valor dominante do sistema é sempre o coletivismo socialista e nunca individualismo capitalista. Portanto, segundo os marxistas chineses, estamos perante um sistema socialista que usa instrumentos capitalistas para garantir o desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, tal como demonstram os critérios acima referidos, tal não significa de todo que os académicos marxistas chineses desconsiderem as relações de produção ou questões sociais, muito pelo contrário: são critérios essenciais para adoção de medidas políticas, económicas, sociais e para a adoção de uma determinada forma institucional económica (“*tǐzhì*”).

Quando muitos marxistas ocidentais acusam o PCC de ter traído os trabalhos de Marx e Engels e o projeto comunista, estes apontam para a adoção chinesa de elementos de livre mercado como prova evidente dessa traição. No entanto, para os marxistas chineses, esta acusação teria uma resposta surpreendentemente simples: o problema não é a suposta traição chinesa da mundivisão de Marx e Engels, mas sim o desconhecimento dos marxistas ocidentais do método adequado de análise dialética. Partindo de uma perspetiva marxista chinesa, o PCC responderia aos seus críticos ocidentais da seguinte forma: se tais indivíduos compreendessem

adequadamente a tradição de análise dialética de Hegel, Marx e Engels, não existiria qualquer desentendimento possível. Hegel (2010, p.640) menciona que conceitos universais são vazios caso não forem negados pelo seu aspecto particular ou forma concreta e determinada. Para o PCC, é precisamente o desconhecimento deste método, descrito por Mao (1965a) no seu ensaio “*On Contradiction*”, que constitui o “erro” dos marxistas ocidentais que criticam a economia de mercado socialista. É uma resposta que seria familiar a Mao Tsé-Tung no contexto da sua batalha contra os dogmáticos, que no seu entendimento também não compreendiam a distinção entre a particularidade e a universalidade da contradição.

2.12- Os Três Elementos Centrais do Marxismo-Leninismo:

Antes de procedermos, é necessário recapitular quais são os elementos centrais da filosofia marxista chinesa no entendimento do PCC. Os dois elementos básicos de qualquer ideologia marxista-leninista são o materialismo dialético e o materialismo histórico, que consiste na aplicação do materialismo dialético às sociedades humanas, cujo desenvolvimento é determinado pela evolução dialética das suas condições materiais. Estes são os dois elementos básicos da esmagadora maioria dos sistemas ideológicos marxistas-leninistas.

Quais são então os elementos centrais do marxismo-leninismo na tradição socialista chinesa? Jin Huiming (2017, p.152), professor e supervisor académico da *Academy of Marxism*, entende que os dois elementos centrais são o materialismo dialético e o materialismo histórico. No entanto, Huiming (2017, pp.161-168) aponta para a importância de identificar corretamente a contradição principal em cada fase de desenvolvimento da China. Em suma, Huiming (2017) trata a Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung como parte integrante do materialismo dialético aplicado à sociedade chinesa (materialismo histórico), visto que falar de análise dialética das contradições é uma forma de materialismo dialético e histórico (quando essa teoria

é aplicada às sociedades humanas). Boer (2021) conclui através de uma revisão de dois artigos de Xi Jinping, que no contexto chinês a filosofia marxista tem dois elementos essenciais: o materialismo dialético (Xi Jinping, 2019, cit. por Boer, 2021, p.2) e o materialismo histórico (Xi Jinping, 2020b, cit. por Boer, 2021, p.2). Boer (2021, pp.60-71) inclui a Teoria das Contradições dentro do elemento do materialismo dialético. A Teoria das Contradições é para todos os efeitos da presente investigação, uma forma específica de fazer referência à visão materialista marxista quando esta é aplicado ao contexto socioeconómico chinês. Kevin Rudd (2022a, pp.75-77) por seu lado, esclarece que para o PCC, o marxismo-leninismo consiste em três elementos fundamentais: a Teoria das Contradições (1), o materialismo dialético (2) e o materialismo histórico (3).

O materialismo dialético e o materialismo histórico, oferecem a base filosófica para o planeamento e organização económica e governamental do Pensamento de Xi Jinping, que se manifestam através da Teoria das Contradições. Esta última, tal como referia Schurmann (1968), era a essência central do Pensamento de Mao Tsé-Tung, cujas decisões provinham precisamente deste método de análise dialética. No entanto, essa mesma teoria não consiste apenas na essência do Pensamento de Mao Tsé-Tung, mas também na essência da Teoria de Deng Xiaoping e do Pensamento de Xi Jinping (Boer, 2021, pp.75-77). A justificação ideológica de Deng para as suas reformas, para além da “fase preliminar do socialismo”, é totalmente centrada na Teoria das Contradições, sobretudo no que toca à contradição principal de 1981 e à justificação da economia de mercado socialista. Foi precisamente estas teorias que justificaram a alteração das políticas do PCC, em favor de abertura e reforma económica ou, tal como Deng declarou, para o desenvolvimento das forças produtivas. Este fenómeno também se verifica no pensamento de Xi Jinping. Embora Boer (2021) e Huiming (2017) estejam corretos, prosseguiremos com a tripartição de Rudd (2022a) por razões de ordem prática quando procedermos à análise do Pensamento de Xi Jinping. Tendo em conta que a Teoria das

Contradições é um elemento crucial da doutrina socialista chinesa desde Mao a Xi Jinping, esta será analisada separadamente dos outros dois elementos.

CAPÍTULO 3: Nacionalismo e Filosofias Tradicionais Chinesas

3.1- Relação entre os elementos ideológicos:

A tradição ideológica do PCC produz uma constante adaptação dos princípios gerais e universais marxistas-leninistas às condições nacionais da China, resultando em sucessivas formas nacionais de socialismo. No entanto, o elemento marxista não é o único componente do sistema ideológico do PCC. A tradição ideológica do PCC como um todo, isto é, a ideologia desde Mao a Xi, é um sistema ideológico híbrido que inclui não apenas o elemento socialista, mas também outros elementos tais como nacionalismo, cultura e filosofia tradicional chinesa. Estes elementos não são estáticos e são recombinaados e reformulados num processo constante e sem fim aparente. Holbig (2013) descreve a ideologia do PCC nesses termos:

“No entanto, a (re)produção da ideologia do partido continua a ser um processo altamente fluido de enquadramento, em que os princípios tradicionais da ideologia socialista, como o marxismo-leninismo, são constantemente recombinaados com novos conceitos políticos, como o nacionalismo, o populismo, a revitalização da cultura tradicional...”(p.64).

Este processo é concretizado através da Sinificação do Marxismo:

“...Mao Zedong fez a sua principal contribuição para a ideologia do CCP: a ‘Sinificação do Marxismo’, ou, mais precisamente, a ‘integração’ da teoria universal do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução e construção na China. Até aos dias de hoje, a adaptação criativa e reformulação contínua da teoria marxista, de acordo com uma realidade em rápida transformação, tem permanecido uma característica básica do trabalho ideológico do partido.”(Holbig, 2013, p.65).

Esta é natureza do sistema ideológico do PCC, cujas características e elementos centrais são comuns a todas as contribuições ideológicas desde Mao Tsé-Tung a Xi Jinping. Tal como o elemento marxista-leninista, os outros componentes ideológicos assumem formas e contornos particulares em cada contribuição ideológica. Embora Holbig (2013) refira que os componentes ideológicos não socialistas são diversos e variados, os dois elementos com maior relevância, são o nacionalismo chinês e um grupo de conceitos e ideias provenientes das filosofias tradicionais chinesas. Desta forma, a Sinificação do Marxismo iniciada por Mao Tsé-Tung consiste não apenas na adaptação dos princípios marxistas às circunstâncias nacionais, mas também na integração e adaptação de outros elementos tipicamente chineses que serão abordados já a seguir.

3.2- O Nacionalismo do Pensamento de Mao Tsé-Tung:

O Pensamento de Mao Tsé-Tung foi fruto de um processo de adaptação dos princípios gerais marxistas à realidade concreta da China, não podendo, portanto, ser aplicado de forma universal. Nos termos de Schurmann (1968), é uma ideologia prática não universal baseada no marxismo-leninismo e adaptada às condições nacionais da China. No entanto, o caráter nacional do Pensamento de Mao Tsé-Tung não se restringe meramente à adaptação dos princípios universais ao contexto nacional chinês: é também marcado por uma forma particular de nacionalismo chinês.

O elemento nacionalista traça as suas origens ao mesmo contexto histórico que a Sinificação do Marxismo. Da mesma forma que existia uma preocupação geral em adaptar ideologias e conceitos ocidentais à China durante o início de século XX, Meisner (1986, pp.12-16) refere que existiam duas outras tendências universais na *intelligentzia* chinesa da época: nacionalismo chinês e uma iconoclastia contra tudo o que fosse representativo do antigo regime imperial. As

derrotas frente às potências coloniais e a perda de Taiwan para o Império Japonês em 1895, criaram entre os intelectuais chineses não apenas um enorme descontentamento com o regime imperial, mas também um nacionalismo chinês fervoroso e generalizado. Meisner (1986, p.12) refere que a partir do final do século XIX, existia uma preocupação geral em proteger a China no novo contexto internacional, composto por estados-nações e dominado por potências imperiais agressivas como a Grã-Bretanha e um Japão ascendente, imperial e militarista. O objetivo deste nacionalismo não era necessariamente preservar ou celebrar uma forma específica da cultura chinesa, mas sim construir um estado chinês forte o suficiente para proteger o país das depredações externas (Meisner, 1986, p.12). Os comunistas chineses emergiram precisamente neste contexto e como tal, partilhavam estas preocupações com outras correntes ideológicas. Neste contexto, o marxismo era uma das vias para atingir estes objetivos, tal como refere Meisner (1986): “Tornar-se marxista era uma forma de um intelectual chinês rejeitar tanto as tradições do passado chinês como a dominação ocidental do presente chinês.”(p.18). Existiam, portanto, duas grandes preocupações comuns às várias correntes intelectuais chinesas do período: derrubar a velha ordem imperial que falhou em proteger o país, e restaurar a independência e dignidade nacionais. O marxismo-leninismo oferecia soluções para ambas as questões, visto que a independência nacional podia ser justificada pela luta contra o imperialismo das potências capitalistas, ao passo que a deposição do regime imperial era uma consequência lógica das suas teorias revolucionárias. Para restaurar a independência chinesa, o regime imperial tinha de ser derrubado por ser incapaz de proteger o país e de manter a independência e Meisner (1986, p.30) refere que ambas as missões eram inseparáveis uma da outra.

A combinação entre marxismo-leninismo e nacionalismo chinês, não deixa de levantar uma série de questões problemáticas. Tradicionalmente, os marxistas-leninistas vêm movimentos nacionalistas como contrários aos seus princípios internacionalistas, considerando-os como

parte de tendências contrarrevolucionárias ou reacionárias. Este tipo de aversão ao nacionalismo do Pensamento de Mao Tsé-Tung, foi comum entre muitos marxistas ocidentais. Na sua visão, a forma de marxismo nacional produzida por Mao era uma traição da herança de Marx, Engels e Lenine. Com efeito, o marxismo-leninismo é originalmente uma ideologia marcada por fortes tendências internacionalistas: a revolução proletária socialista seria eventualmente um fenómeno global focado em interesses de classe e não nas nacionalidades que esses mesmos interesses supostamente transcendem. No entanto, a relação entre nacionalismo chinês e marxismo-leninismo transcende este suposto antagonismo irreconciliável. Neste ponto, a conclusão de Schurmann (1968, p.36) de que as ideologias práticas chinesas podiam perfeitamente ser não universais é particularmente importante. A ideologia prática de Mao partilha este carácter não universal como o Pensamento de Xi Jinping. Tal como Mao, Xi não procura estender o seu modelo socialista diretamente a outros países, ao contrário do que ocorreu com as suas contrapartes soviéticas, visto que todos os seus objetivos são nacionais. Mesmo o “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” com todas as suas implicações internacionais, é um objetivo estritamente nacional. Ao contrário de anteriores líderes socialistas não chineses, que pregavam abertamente a implantação global do marxismo-leninismo, Xi declarou que não importaria modelos de outros países e não exportaria o modelo da China (Reuters, 2017) .

Peter Zwick (1983) refere que a interação entre a ideologia marxista-leninista do PCC e o nacionalismo chinês, é evidente desde o Pensamento de Mao Tsé-Tung. Zwick (1983, pp.11-13) aponta na sua obra que nacionalismo e comunismo não constituem metodologias de governo, mas sim “*weltanschauungs*” com várias características semelhantes: são coletivistas, colocam o interesse coletivo da nação e da classe acima do interesse individual e são “quase religiosos”, prometendo uma salvação secular na forma de um futuro idílico. No entanto, a relação entre os dois não se limita a mundivisões com elementos semelhantes e paralelos. Marx

não promoveu uma teoria de revolução nacionalista, sendo que a fonte da revolução seria classe e não nacionalidade. Contudo, Marx reconheceu que existiam variações significativas no que toca às circunstâncias nacionais, no sentido de que o proletariado de cada nação teria de usar métodos diferentes consoante as suas circunstâncias nacionais (Zwick, 1983, p.21). Outro aspeto nacional do marxismo, é que o processo de transição do capitalismo para o estágio socialista, passaria por uma fase inicial na qual os proletariados de cada nação iniciariam revoluções à escala nacional. Ou seja, embora a visão final fosse internacional e focada na dinâmica de classes, a fase revolucionária e de transição teria de levar em conta as diferenças regionais, ou tal como Zwick (1983) conclui: “A variação nacional era, portanto, a condição *sine qua non* de uma revolução marxista bem-sucedida.”(p.21). Independentemente do que acontecesse às nações nas fases mais avançadas do comunismo, um proletariado que se identificasse com uma determinada nação, poderia desempenhar um papel positivo no processo revolucionário (Zwick, 1983, p.21). Resumindo, o marxismo original de Marx e Engels aceitava certas formas de luta nacional caso estas auxiliassem a causa proletária.

Contudo, surge de novo o mesmo problema: se Mao Tsé-Tung e os seus sucessores eram nacionalistas chineses, então não podiam ser marxistas-leninistas. No entanto, Zwick (1983, p.156) defende que no contexto chinês, ao contrário do ocidental, Mao logrou o que nenhum líder comunista europeu conseguiu: uma integração bem-sucedida entre a luta de classes e a luta pela libertação nacional da China por meio de uma revolução camponesa. Ao passo que Marx não aceitava o valor de movimentos nacionais fora das suas consequências para a luta internacional, Mao recusou reconhecer o valor da luta internacional caso esta se encontrasse descontextualizada dos movimentos nacionais (Zwick, 1983, p.156). Como foi referido, Marx e Engels mencionam no Manifesto Comunista, que pelo menos na fase inicial da revolução proletária, o proletariado de cada nação iriam iniciar uma luta nacional contra a burguesia dos seus países. Com efeito, Mao entendia que o marxismo-leninismo tinha de ser adaptado às

condições chinesas para libertar a China da exploração colonial. Este contexto colonial é de especial importância, porque constituía uma forma de combater o imperialismo, a fase mais avançada do capitalismo. Seguindo esta lógica, qualquer guerra de libertação por parte de uma nação colonizada pelos imperialistas, deveria ser vista favoravelmente por outros marxistas nas nações industrializadas. Tal como explica Zwick (1983):

“Na opinião de Mao, o que era especificamente diferente no caso chinês era o facto de os problemas da China poderem ser atribuídos diretamente à exploração colonial, sendo o último exemplo a ocupação japonesa. Em suma, a ‘sinificação do marxismo’ era, na sua essência, a transformação maoista da revolução comunista numa luta de libertação nacional.”(p.161).

Neste sentido, o Pensamento de Mao Tsé-Tung era efetivamente uma forma de “comunismo nacional” focada na libertação da China do jugo japonês e ocidental e na luta de classes. Foi desta forma que o nacionalismo chinês foi integrado na ideologia socialista do PCC mesmo antes de este assumir o poder.

Esta forma chinesa de “comunismo nacional” não desapareceu com Mao, muito pelo contrário. Zwick (1983), constata que após o mandato de Mao Tsé-Tung, a China transitou de uma fase de libertação nacional revolucionária para uma fase de desenvolvimento nacional: “O maoismo tornou-se contraproducente porque a China passou da fase de libertação nacional para a de desenvolvimento nacional...”(p.169). Ou seja, através da adaptação dos princípios universais do marxismo-leninismo à realidade chinesa do seu período histórico, Deng transformou o “comunismo nacional” de Mao centrado na libertação nacional num “comunismo nacional” e nacionalista direcionado para o desenvolvimento nacional (Zwick, 1983, p.169). Quer o Pensamento de Mao Tsé-Tung que a Teoria de Deng Xiaoping, são formas específicas de “comunismo nacional”: “O comunismo nacional chinês mudou porque as condições na China mudaram, mas o maoismo continuará a ser um modelo viável quando as condições e

percepções atuais coincidirem com as da China pré-revolucionária.”(Zwick, 1983, p.171). A tese de Zwick (1983) acerca do socialismo chinês é semelhante à análise de Schurmann (1968) numa série de pontos fulcrais. Schurmann (1968) argumentam que o Pensamento de Mao Tsé-Tung não era universal na sua aplicação direta; embora fosse universal enquanto exemplo metodológico para outros marxistas-leninistas criarem as suas próprias adaptações. Embora Zwick (1983) não o afirma expressamente, o caráter não universal dos pensamentos marxistas chineses é uma consequência evidente da sua abordagem, visto que são especificamente adaptados às condições nacionais chinesas. A criação de sucessivas formas de socialismo sinificado, ou “comunismos nacionais” chineses, não terminou com Deng Xiaoping e continuou com Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping. Ao produzirem formas nacionais, não universais e sinificadas de marxismo-leninismo, O Pensamento de Mao Tsé-Tung usou uma forma de nacionalismo chinês para levar a cabo a sua luta pela libertação nacional chinesa através de uma revolução socialista. Deng produziu uma forma de socialismo chinês ou “comunismo nacional” que também usou o nacionalismo chinês para atingir os seus objetivos de desenvolvimento económico.

3.3- “Nacionalismo Centrado no Partido”:

Recordando Zwick (1983, p.171), a forma de nacionalismo revolucionário de Mao perdeu a sua importância com a alteração das condições nacionais chinesas, especificamente com a transição para um período focado em desenvolvimento económico. O elemento nacionalista da ideologia marxista chinesa, assumiu uma nova forma em 1989 após o massacre de Tiananmen. Esta nova forma de nacionalismo chinês é centrada no partido comunista, nas suas credenciais patrióticas, na capacidade do partido em atingir objetivos de modernização e de fomentar crescimento económico. Tsang e Cheung (2022, pp.232-233) e Zhao (1998, pp.288-289)

defendem que o nacionalismo chinês assumiu o papel de principal elemento ideológico do PCC, empregado especificamente como substituto da ideologia socialista. Embora Zhao (1998, p.288) entenda que o marxismo perdeu credibilidade enquanto ideologia viável do PCC após 1989, a sua análise captura perfeitamente o contexto no qual o nacionalismo chinês foi utilizado pelo partido comunista no período após os eventos de Tiananmen e o da queda do Muro de Berlim. No rescaldo da onda de descontentamento contra o PCC em 1989, os comunistas chineses necessitavam urgentemente de um meio para recuperar o apoio popular, visto que a ideologia marxista não era um instrumento eficaz para levar a cabo essa tarefa (Zhao, 1998, pp.289-290). Foi precisamente neste contexto que o nacionalismo chinês foi reformulado e reutilizado pelo PCC após Tiananmen e durante todo o período de crescimento económico.

Este processo de transformação foi iniciado por Deng Xiaoping, embora Deng sempre tenha exibido tendências nacionalistas. Tal como refere Hsia Chang (1996, p.384), Deng era um robusto nacionalista chinês que recordava constantemente os desastres do “século de humilhação”. A expressão chinesa “século de humilhação” é uma referência, constantemente utilizada pelo PCC para se referir ao período de grande instabilidade entre 1839 e 1949 iniciado pelas Guerras do Ópio, durante o qual a China sofreu as imposições comerciais e políticas das potências ocidentais (Kaufman, 2010, p.2). Antes deste período, a China era o estado mais poderoso e proeminente da região e não enfrentava desafios externos ao seu domínio, até à chegada dos exércitos ocidentais. O discurso de Deng representava uma continuidade com o discurso patriótico e nacionalista de Mao Tsé-Tung, embora a forma de nacionalismo pós-1989 apresentasse características diferentes. Para Deng, a restauração da prosperidade e dignidade da nação chinesa era uma missão declarada do partido comunista. Este discurso nacionalista era uma característica essencial do seu mandato, refletindo o seu carácter fortemente nacionalista (Weiwei, 1996, p.49). Hsia Chang (1996, p.379), apresenta um argumento semelhante ao de Zwick (1983) na sua análise da Teoria de Deng Xiaoping: através do foco no desenvolvimento

das forças produtivas chinesas, Deng Xiaoping transformou o socialismo chinês numa ideologia de desenvolvimento nacional. Zwick (1983, p.171) chega à mesma conclusão, referindo que Deng criou um “comunismo nacional” orientado para o desenvolvimento económico da China.

O nacionalismo de Deng Xiaoping traduzia-se no seu desejo de ver uma China forte, capaz de dissuadir os seus adversários e detentora de uma economia pujante. Nesta época, os amigos da China foram separados em duas categorias: aqueles que desejavam ver uma China forte e aqueles que apenas queriam expandir a sua atividade comercial com o país (Zhang Weiwei, pp.50-51). Zhang Weiwei (1996, p.51) aponta para que embora tenha incentivado o investimento ocidental na economia chinesa com o seu projeto de abertura económica, Deng nunca abraçou totalmente o Ocidente porque temia uma possível perda da identidade nacional. O foco do seu discurso político no “Socialismo com Caraterísticas Chinesas” servia não apenas propósitos de inovação ideológica, como servia também para sublinhar o seu caráter nacional e ideológico distintivamente chinês, em contraste com o modelo ocidental e soviético (Zhang Weiwei, 1996, p.51). Yahuda (1993, p.555) também entende que o elemento de “caraterísticas chinesas” implica que a ideologia marxista de Deng Xiaoping era uma forma de “comunismo nacional”. Contudo, Deng nunca elaborou muito o tema da definição concreta do “Socialismo com Caraterísticas Chinesas”. O caráter indeterminado do conceito não foi apenas devido à sua falta de desenvolvimento por parte dos teóricos do PCC ou pelo próprio Deng Xiaoping. Ao manter o conceito vago, geral e aberto, Deng foi capaz de reconciliar o conflito (ou termos marxistas, a contradição) entre as facções reformistas e ortodoxas do partido para que todos aceitassem a sua fórmula ideológica (Weiwei, 1996, p.51). Por outro lado, o conceito era sólido o suficiente para permitir que os seus sucessores acrescentassem futuras inovações ideológicas e novas medidas sob a bandeira de “caraterísticas chinesas” (Weiwei, 1996, p.51). Embora fosse distinto do Pensamento de Mao Tsé-Tung que o precedeu, a fórmula “Socialismo com Caraterísticas Chinesas” era em grande medida uma continuidade da filosofia de Mao,

integrando o universal (“Socialismo”) com o particular (“Caraterísticas Chinesas”) (Boer, 2021, p.9).

Tal como refere Zhao (1998, p.289), Deng Xiaoping e os seus sucessores começaram a promover uma forma específica de nacionalismo chinês que coloca enorme importância no papel do partido comunista como grande força patriótica da China e defensor e guardião absoluto da honra nacional. Tal como declarou Jiang Zemin (1991, cit. por Wang, 2014): ““O nosso Partido fez o *maior* sacrifício e a *maior* contribuição na luta pela independência nacional e na salvaguarda da soberania nacional. O Partido Comunista Chinês é o mais *firme*, o mais consumado patriota.””(p.5). Este novo nacionalismo foi essencial para o PCC reter a sua autoridade e poder no período após Tiananmen, durante a qual o marxismo-leninismo já não era por si só suficiente para assegurar a legitimidade do PCC junto da população. As reformas económicas de Deng Xiaoping, a queda da Cortina de Ferro e o Massacre de Tiananmen tinham danificado severamente a legitimidade da base ideológica marxista-leninista do PCC aos olhos da população. Este novo nacionalismo chinês, centrado no partido comunista, foi uma inovação particularmente importante: ao conjugar a China enquanto nação e o partido como o seu supremo representante e paladino da honra nacional, qualquer crítica ao PCC e às suas políticas poderia ser interpretada como um ato antipatriótico (Zhao, 1998, p.289). No entanto, o PCC nunca se referiu a esta forma de nacionalismo como “nacionalismo”, descrevendo-o como “patriotismo” (Zhao, 1998, p.290). Em mandarim, o termo “patriotismo” é traduzido para “*àiguózhǔyì*” (pīnyīn) (em mandarim simplificado: 爱国主义). Esta terminologia particular tem um significado muito mais específico do que mero “patriotismo” da sua forma ocidental: em mandarim, o termo “*àiguózhǔyì*” usado pelo PCC neste contexto, significa literalmente “amar o estado” (Zhao, 1998, p.290). Tal como refere Zhao (1998), “nacionalismo” é um termo usado até hoje pelo PCC para fazer referência ao oposto de “patriotismo”: “No

discurso oficial do PCC, os termos ‘nacionalismo’ e ‘chauvinismo’ referem-se a ligações paroquiais e reacionárias às nacionalidades, enquanto ‘patriotismo’ é o amor e o apoio à China, sempre indistinto do Estado chinês e do Partido Comunista”(p.290).

Segundo Zhao (1998, pp.290-291), o “patriotismo” chinês enquadra-se no conceito de “nacionalismo de estado” de Charles Tilly (1994). Segundo Tilly (1994, p.133), quando existe “nacionalismo de estado” os governantes apresentam-se como a voz da nação e conseguem que os cidadãos se identifiquem com a mesma e subordinem os seus interesses aos do estado, neste caso aos interesses do PCC. Este “patriotismo” apresenta o partido comunista, como a corporização da vontade nacional, e procura adquirir a mesma lealdade que a nação em si exige dos cidadãos. Esta conceção particular de nacionalismo foi descrita no jornal *People's Daily* (1996, cit. por Zhao, 1998), o jornal mediático oficial do Comité Central do Partido Comunista da China: ““O patriotismo é específico... O patriotismo exige que amemos o sistema socialista e o caminho escolhido por todas as nacionalidades na China sob a liderança do Partido Comunista.””(p.291). A primeira grande campanha propagandística para lecionar o povo chinês neste novo “patriotismo”, ocorreu na década de 1990. Segundo Zhao (2005, p.135), no centro dessa mesma campanha encontrava-se a necessidade de educar a população quanto às “condições nacionais” da China. Esta conceptualização foi utilizada para demonstrar que as condições nacionais chinesas eram inadequadas para uma possível transplantação do modelo democrático ocidental para o país (Zhao, 2005, p.135). De acordo com esta premissa, a perpetuação do atual sistema leninista liderado pelo PCC é um pré-requisito para a estabilidade política, social e económica do país, bem como todos os futuros êxitos nacionais. É efetivamente uma forma de patriotismo socialista, que exige da população o seu apoio incondicional em manter o sistema socialista chinês, o governo e autoridade absoluta do partido comunista e a aceitação de que os interesses partidários são os mesmos que os interesses

nacionais (Zhao, 2004, p.28). Em suma, exige que os cidadãos amem o estado, o sistema socialista chinês, o PCC e o seu líder.

Seguindo a posição de Zhao (1998), Tsang (2020, pp.312-314) caracteriza a forma de nacionalismo promovida pelo PCC desde 1989 como “nacionalismo centrado no partido”. Esta forma de nacionalismo caracteriza-se por incutir nos cidadãos, a crença de que a China apenas pode encontrar sucesso sobre a tutela e direção do PCC (Tsang, 2020, p.312). Segundo o seu argumento, “nacionalismo centrado no partido” é a forma de nacionalismo adotada pelo Pensamento de Xi Jinping, embora numa versão modificada mais intensa e agressiva (Tsang & Cheung, 2022, pp.232-233). Mesmo que Tsang & Cheung (2022, p.232) entendam que o marxismo-leninismo colapsou após 1989, fazem uma contribuição extremamente importante: que o Pensamento de Xi Jinping é uma forma nacionalista de marxismo-leninismo sinificado (Tsang & Cheung, 2022, pp.227-228). Esta caracterização do Pensamento de Xi Jinping é correta, mas deve ser conjugada com os estudos de Zwick (1983) e Meisner (1986) para que se possa entender o enquadramento geral de todas as contribuições ideológicas no processo da Sinificação do Marxismo. Desde o Pensamento de Mao Tsé-Tung até ao Pensamento de Xi Jinping, todas as formas de socialismo chinês são uma combinação de adaptações do marxismo-leninismo às condições nacionais chinesas, com conceitos filosóficos tradicionais e várias formas de nacionalismo chinês. Como veremos adiante, o Pensamento de Xi Jinping não é exceção a esta regra.

Todas as contribuições ideológicas de Deng a Xi adotaram esta forma instrumental de nacionalismo para assegurar a posição do PCC numa época de rápida modernização, crise ideológica e mudança. Instrumental, no sentido de que o PCC procura mobilizar sentimentos nacionalistas para garantir o apoio da população e para assegurar a sua própria legitimidade. O “nacionalismo centrado no partido” traduz-se essencialmente na ideia de que sem o PCC, a

China nunca teria recuperado a sua independência em 1949, não se teria desenvolvido economicamente e nunca alcançará glórias futuras. É uma forma do que muitos marxistas classificam como “patriotismo socialista”, um fenómeno supostamente oposto ao nacionalismo burguês que coloca os proletariados nacionais uns contra os outros (Zhao, 2004, p.28). Concluindo, esta é a forma de nacionalismo adotada pelo Pensamento de Xi Jinping, embora tenha características particulares extremamente importantes neste contexto que diferem em grande medida dos seus antecessores. Estas características serão analisadas detalhadamente no capítulo do Pensamento de Xi Jinping.

3.4- Filosofias Tradicionais Chinesas:

Outro elemento particular do pensamento marxista chinês, é a influência de conceitos e ideias provenientes das várias filosofias tradicionais chinesas. Durante o mandato de Mao Tsé-Tung, a cultura e filosofia chinesa tradicional foram primeiro vistas como uma herança a ser celebrada:

“Uma esplêndida cultura antiga foi criada durante o longo período da sociedade feudal chinesa. Estudar o desenvolvimento desta velha cultura, rejeitar a sua escória feudal e assimilar a sua essência democrática é uma condição necessária para desenvolver a nossa nova cultura nacional e aumentar a nossa autoconfiança nacional, mas nunca devemos engolir nada e tudo acriticamente. É imperativo separar a bela e velha cultura do povo, que tinha um carácter mais ou menos democrático e revolucionário, de toda a decadência da velha classe dominante feudal. A atual nova política e a nova economia da China desenvolveram-se a partir da sua velha política e da sua velha economia, e a sua atual nova cultura também se desenvolveu a partir da sua velha cultura; por conseguinte, temos de respeitar a nossa própria história e não devemos desvalorizá-la. No entanto, respeitar a história significa dar-lhe o seu devido lugar como ciência, respeitar o

seu desenvolvimento dialético e não elogiar o passado à custa do presente ou louvar cada gota de veneno feudal.” (Mao Tse-Tung, 1965b, p.381).

Embora Mao Tse-Tung (1965b) tenha sido inicialmente favorável a certos elementos tradicionais, tal como o confucionismo, estes foram rapidamente transformados em inimigos durante a Revolução Cultural. No entanto, esta aversão não perdurou no tempo e desapareceu progressivamente após a morte de Mao em 1978.

Segundo Shufang Wu (2014, pp.971-972), as filosofias tradicionais chinesas ganharam nova proeminência no mesmo período e circunstâncias que o nacionalismo chinês. A fragilização do marxismo-leninismo após as reformas económicas de Deng e do Massacre de Tiananmen em 1989 levaram ao surgimento não apenas da atual forma de nacionalismo, mas também à promoção das filosofias tradicionais. Com efeito, a filosofia de Confúcio foi um elemento importante na campanha de propaganda “patriótica” do PCC durante a década de 1990 (Zhao, 1998, p.297). Este processo foi acelerado no mandato de Jiang Zemin, com a introdução do Pensamento dos Três Representantes. Ziang Zemin entendia que a construção de uma cultura socialista avançada, era uma tarefa essencial, e que o material para a construção de tal cultura, consistia precisamente na filosofia de Confúcio (Wu, 2014, p.973).

As razões para a promoção de vários aspetos da filosofia tradicional chinesa por parte do PCC são múltiplas e complexas. No entanto, a principal característica do uso das filosofias tradicionais chinesas pelo PCC, é o seu carácter instrumental, tal como argumentam Pye (1993, p.129), Zhao (1998, pp.295-297) e Wu (2015, p.304) e todos os autores referem que este uso se destina a manter o PCC no poder. Wu (2015, pp.304-305) entende que a filosofia tradicional chinesa, em especial o confucionismo, foi reinterpretada e moldada de forma que os seus ideais e princípios filosóficos possam ser integrados no marxismo-leninismo e no pensamento dos vários líderes comunistas. O aspeto mais importante da promoção do confucionismo pelo PCC,

é a relação entre esta nova forma de confucionismo e o marxismo-leninismo chinês. Através da sua análise de vários artigos académicos chineses, Wu (2015, p.310) conclui que o PCC procura empreender uma “modernização” do confucionismo consoante as suas necessidades, resultando numa forma de confucionismo seletiva. Esta readaptação e “modernização” tem dois aspetos centrais: o primeiro, é que este processo deve ser guiado pelo marxismo-leninismo e pelos pensamentos dos vários líderes do PCC (Wu, 2015, pp.310-311). O segundo, é que esta modernização procura que o confucionismo sirva os propósitos modernos da China e acima de tudo, os propósitos do partido comunista (Wu, 2015, p.311). Desta forma, qualquer conteúdo, ideias ou princípios filosóficos que não sejam “harmoniosos”, ou seja, que não sirvam estes objetivos, devem ser descartados (Wu, 2015, p.311). Tendo em conta que esta “modernização” deve ser promovida sobre a dominância da ideologia socialista, o confucionismo nunca constituirá o elemento ideológico dominante, mas sim uma importante ferramenta de suporte para o PCC implementar e justificar as suas políticas (Wu, 2015, p.319). Ou seja, o que importa é criar uma forma de confucionismo capaz de promover os objetivos e interesses partidários. Este confucionismo “modernizado” é instrumental, auxilia o PCC quer em assegurar a sua legitimidade, quer em promover a sua liderança cultural; procurando demonstrar ao povo chinês que o partido comunista é o herdeiro legítimo do espírito civilizacional chinês (Wu, 2015, p.320). Permite ainda ao PCC aumentar o seu *soft power* no palco internacional, apresentando a China como uma grande potência ancestral e ressurgente, mas harmoniosa e pacífica na sua ascensão (Wu, 2015, p.320).

A relação entre o PCC e o confucionismo é complexa e marcada pela instrumentalização dos conceitos e princípios filosóficos tradicionais. De especial interesse e importância, é a relação entre o confucionismo e o marxismo-leninismo. Tal como observa Wu (2015, p.320) na sua análise de numerosos artigos académicos chineses sobre esta matéria, a “modernização” do confucionismo deve ser realizada conforme a ideologia marxista-leninista. Ou seja, é a filosofia

tradicional chinesa que se adapta ao marxismo-leninismo e não o inverso. A relação entre os dois, tal como é concebida pelo PCC e pelos académicos chineses, é descrita por Yang Yao (2022) da seguinte forma: “Para eles, o marxismo é o cesto, e o pensamento chinês é algo que esse cesto pode conter.”(p.54). Embora esta análise geral seja adequada para compreender como o PCC usa conceitos confucionistas para promover os seus objetivos, não demonstra as suas manifestações concretas. Seria impossível conduzir tal análise mediante um estudo de todos os casos nos quais se verifica o uso do confucionismo. No entanto, esta tarefa é possível mediante a análise dos dois termos confucionistas mais importantes e mais utilizados pelo PCC: “*xiǎokāng*” (mandarim simplificado: 小康社会) e “*dàtóng*” (em mandarim simplificado: 大同). Cada um destes conceitos, designa uma fase de desenvolvimento da sociedade chinesa e são conceitos centrais na filosofia de Confúcio.

3.5- “*Dàtóng*” e “*Xiǎokāng*”:

Os conceitos de “*xiǎokāng*” e “*dàtóng*” têm origem na filosofia tradicional chinesa, sendo mencionados e descritos pela primeira vez na obra “O Clássico dos Ritos” (em pīnyīn: “*Lǐjì*”, em mandarim simplificado: “礼记”), uma obra chinesa clássica cuja autoria é atribuída a Confúcio e que descreve as normas sociais, políticas e morais vigentes durante o período da Dinastia Zhou (1050-256 A.C) (Boer, 2021, p.144). Estes conceitos, descrevem modelos sociais com características particulares que Confúcio e outros filósofos, viam como positivas e desejáveis. “*Dàtóng*”, ou “Grande Harmonia”, seria a sociedade ideal na qual todos os cidadãos se dedicam ao bem comum, sendo descrita no “*Book of Rites*” da seguinte forma:

“Quando o Grande Caminho [dadao] foi praticado, tudo debaixo do céu era tão comum [tianxia wei gong]. Escolheram homens de valor e capacidade [para cargos públicos]; praticavam a boa-

fé e cultivavam a boa vontade [xiumu]. Portanto, as pessoas não destacavam apenas os seus pais para amar, nem destacavam apenas os seus filhos para cuidar. Eles tomaram cuidado para que os idosos fossem providos até o fim, que os deficientes tivessem emprego e que os jovens fossem bem-educados.” (Nylan, 2001, p.196, cit. por Boer, 2021, p.144).

Tal como defende Boer (2021, p.145), o texto é claramente dirigido aos governantes, indicando que tipo de sociedade um bom líder deve promover. Como demonstra a citação, uma sociedade “*dàtóng*” não coloca a família ou o bem-estar pessoal em primeiro lugar, mas sim a sociedade no seu todo dentro da qual a família apenas constitui uma unidade particular (Boer, 2021, p.145).

Uma sociedade “*dàtóng*” exige que o bem comum de todos seja a prioridade máxima, na qual a sociedade é concebida como uma família estendida que inclui todos os seus membros (Chen, 2013, pp.86-88). O modelo social de “*xiǎokāng*” por seu lado, é igualmente positivo, embora seja inferior a “*dàtóng*” (Chen, 2013, pp.86-87). Num modelo social de “*xiǎokāng*”, os ensinamentos de Confúcio são praticados pelos seus membros, mas de forma limitada e ainda existe competição entre os cidadãos, causando níveis indesejáveis de conflito (Chen, 2013, p.87). Numa sociedade “*dàtóng*”, todos os seus membros devem tratar os seus cidadãos como uma família estendida, ao passo que numa sociedade “*xiǎokāng*” a prioridade das pessoas é a sua própria família com a qual praticam as virtudes de Confúcio (Boer, 2021, pp.144-145). A terceira grande diferença é que no estágio de “*xiǎokāng*”, as pessoas usam a sua propriedade e trabalho para seu benefício e para o bem e das suas famílias, ao passo que numa situação de “*dàtóng*” as pessoas preocupam-se com todos os membros da sociedade (Chen, 2013, pp.87-89). A família serve como ponto de partida para a prática das virtudes confucionistas, como um centro a partir do qual estas podem ser expandidas a todas as esferas da sociedade. Este seria precisamente o ponto de partida pelo qual se poderia eventualmente alcançar sociedade

“*dàtóng*”, na qual as virtudes seriam praticadas por todos os membros da sociedade, criando uma grande família humana.

3.6- A Influência de Kang Youwei:

Kang Youwei foi um intelectual chinês e adversário político de Sun Ya Tsen durante a revolução chinesa de 1911. Ao contrário de Sun Ya Tsen, Kang rejeitava o modelo revolucionário e republicano, argumentando a favor de uma reforma do sistema imperial. Esta reforma tinha por objetivo transformar a autocracia tradicional chinesa, numa monarquia constitucional capaz de modernizar o país (Chen, 2013, pp.88-89). Kang foi crucial na reinterpretação de conceitos confucionistas na China contemporânea e embora não pertencesse a um movimento marxista, a sua reinterpretação moderna da filosofia confucionista foi crucial para a sua adoção pelo PCC. Ao reinterpretar os princípios e conceitos filosóficos do Confucionismo no contexto da China contemporânea, Kang Youwei transplantou-os para a era moderna do século XX.

Kang adotou a visão histórica de He Xiu, um intelectual do período imperial chinês. Através da sua análise da história chinesa, He Xiu concluiu que o progresso social ocorre de forma gradual e continua, ou seja, que a sociedade humana evolui ao longo do tempo em estágios ou fases que exibem características particulares (Boer, 2021, pp.146-147). He Xiu defende que existem três eras ao longo da história: “A Era da Desordem”, “A Era da Paz Ascendente” (“*xiǎokāng*”) e finalmente a “Era da Paz Universal” (“*dàtóng*”) (Li X. & Ma, 1999, pp.25-26, cit. por Boer, 2021, p.146). Kang adota a visão faseada da história humana de He Xiu, no decurso da qual as virtudes são progressivamente praticadas de forma mais ampla e plena. A fase na qual as virtudes eram praticadas de forma plena, era correspondente a uma sociedade “*dàtóng*” e à “Era da Paz Universal” de He Xiu (Boer, 2021, p.148). Este processo de ascensão

da sociedade chinesa deveria começar pela identificação e classificação dos tipos ou formas de sofrimento no mundo, bem como das suas causas e fontes e finalmente, encontrar soluções para esses problemas (Boer, 2021, pp.148-149). Cada era caracteriza-se por diversos limites e problemas específicos, que impedem a concretização de uma sociedade ideal. Neste processo, Kang identificou seis categorias de sofrimento na sociedade, que resultam da existência de nove “limites” ou “distinções”, tais como as distinções entre nações, classes sociais, etnias e níveis de prosperidade (Chen, 2013, pp.92-94). No entanto, tal não significa que as todas as diferenças desapareceriam numa sociedade “*dàtóng*” e Kang admitia que algumas diferenças não podiam ser apagadas(Boer, 2021, pp.149). Para Kang, todos os nove limites principais seriam totalmente dissolvidos numa sociedade “*dàtóng*”, uma sociedade na qual a família, propriedade privada, o estado e as classes sociais desapareceriam (Chen, 2013, pp.94-95).

Surgem desde logo paralelos evidentes entre a visão de Kang e de Marx: “*dàtóng*” apresenta parecenças com o estágio do comunismo pleno, que viria depois da fase intermédia do socialismo. Apesar dessas semelhanças, ambas as visões apresentam diferenças cruciais. Marx acreditava que as pessoas se regiam primariamente por interesses materiais e económicos, ao passo que Kang acreditava que todos os seres humanos tinham dentro de si compaixão, uma natureza boa e que agiam mediante deliberações morais (Chen, 2013, pp.95-97). Outra diferença pode reside na questão das divisões sociais: enquanto Marx entendia que as barreiras entre classes eram da mais alta importância, Kang identificou as mesmas como apenas mais um problema entre muitos outros (Chen, 2013, pp.96-98). Finalmente, Kang entendia que era o método gradual, moderado e não revolucionário que constituía a via adequada para alcançar “*dàtóng*”, ao passo que Marx entendia que estes problemas apenas seriam resolvidos, por meio de uma revolução violenta (Chen, 2013, pp.96-98).

Apesar destas divergências, a relação entre as ideias de Kang Youwei e a ideologia do PCC é extremamente importante. Tal como observa Lee (2022, p.68), as teorias de Kang permitiram o desenvolvimento de uma forma de confucionismo compatível com a ideologia marxista do PCC. Por exemplo, a sua segmentação do desenvolvimento da sociedade chinesa, de um estado menos avançado, seguido de uma sociedade “*xiǎokāng*” (sociedade moderadamente próspera) e finalmente de uma sociedade “*dàtóng*”, é compatível com a mundivisão marxista do partido comunista (Lee, 2022, p.66).

3.7- “*Xiǎokāng*”, “*Dàtóng*” e o Partido Comunista Chinês:

Tal como foi referido anteriormente, existia entre os intelectuais chineses uma preocupação em adaptar ideias ocidentais ao contexto chinês durante o início do século XX. No entanto, existia igualmente uma vontade de conjugar conceitos e filosofias tradicionais chinesas com ideologias ocidentais, o que também ocorreu no processo da Sinificação do Marxismo. Uma das demonstrações mais interessantes deste fenómeno ocorreu em 1925, quando o escritor comunista Guo Moruo (1951/1999) escreveu uma peça literária intitulada “*Marx Enters the Confucian Temple*”. Nesta pequena obra, Marx entra num templo de Confúcio e encontra o venerável pensador chinês, que o recebe cordialmente e com grande curiosidade. Marx e Confúcio questionam-se se reciprocamente acerca das suas doutrinas filosóficas. Marx começa por descrever a sua visão de uma sociedade comunista, fundada no princípio de ““de cada um de acordo com as suas capacidades para cada um de acordo com as suas necessidades”” (Muruo, 1951/1991, p.81). Ao escutar atentamente os argumentos de Marx, Confúcio aplaude vigorosamente e exclama: ““ah sim! (...) Este teu mundo ideal e a minha Grande Harmonia coincidem inesperadamente.””(Muruo, 1951/1991, p.81). Após Confúcio descrever o seu modelo de uma sociedade ideal, Marx exclama: ““Ah, tens razão! (...) Nunca imaginei que há

dois mil anos, no longínquo Oriente, já existisse um velho camarada como tu!”(Muruo, 1951/1991, p.84).

O desejo de conjugar os ideais de Marx e Confúcio, não se restringiu a meras peças de teatro. Mao (1926, p.144, cit. por Boer, 2021, pp.150-151) fez uso extensivo de termos clássicos como “*dàtóng*”, mesmo após ingressar no PCC, declarando que esta sociedade ideal era um aspeto central da revolução de 1911 e que apenas poderia ser atingido através da autodeterminação nacional de todos os países asiáticos afetados pelo colonialismo. Mao (1949, p.1471, cit. por Boer, 2021, p.151) mencionou explicitamente a obra de Kang Youwei e a relação entre a fase de “*dàtóng*” e o comunismo pleno. Mao (1949, p.1469, cit. por Boer, 2021, p.151) define “*dàtóng*” como uma sociedade na qual as classes, o estado e os partidos políticos, desaparecem naturalmente e as contradições passam a ser apenas não antagónicas. No entanto, para atingir o comunismo pleno, Mao Tsé-Tung sabia que teria de passar pela fase intermédia do socialismo, na qual vigora a ditadura do proletariado. Para a China atingir o comunismo pleno, ou “*dàtóng*”, teria de passar por uma fase marcada pela luta de classes e por grande mudança. Apenas quando tais obstáculos e contradições fossem ultrapassadas, é que a China e a humanidade no geral poderiam contemplar a possibilidade de atingir um estado de “*dàtóng*”. O problema deste processo era o seguinte: na fase intermédia existiriam problemas como a competição entre as pessoas e outras contradições geradas pelo processo dialético de evolução que ocorre com todos os fenómenos. Caso tais problemas não fossem resolvidos, sobretudo no caso da competição entre cidadãos, com a qual Kang se preocupava de forma particular, a sociedade arriscava cair novamente na anarquia e poderia mesmo regredir para uma “Era de Desordem” (Boer, 2021, p.151). No entanto, o problema é saber qual seria o papel das contradições numa era de “*dàtóng*”. Para Mao (1949, cit. por Boer, 2021, pp.151-152), as contradições não se esgotam no estágio de “*dàtóng*”, mas seriam menos prevalentes e de carácter não antagónico, podendo assim ser solucionadas de forma harmoniosa.

Para que “*dàtóng*”, ou comunismo, fosse atingido, era necessário passar por um processo preparatório meticuloso. As modernizações de Deng Xiaoping consistiam precisamente em criar a base necessária para efetuar essa transição. Para atingir “*dàtóng*”, do qual a China de 1979 estava muito distante, era necessário passar pelo estágio inferior e ascendente de “*xiǎokāng*” (Boer, 2021, p.152). Para Deng, este estágio intermédio representava uma melhoria considerável relativamente ao estado debilitado, atrasado e pobre da China de 1979. Deng fez uso do termo “*xiǎokāng*” de várias formas, tais como família com recursos económicos moderados, sociedade com recursos económicos moderados e país com recursos económicos moderados (Boer, 2021, p.155). Este é precisamente o estágio intermédio que levaria ao comunismo pleno, surgindo desde logo, paralelos claros entre “*xiǎokāng*” e o estágio intermédio do socialismo. A fórmula específica de “*xiǎokāng*”, que se estabeleceu como objetivo do PCC, consiste numa sociedade chinesa moderadamente prospera onde as necessidades básicas da população estão asseguradas e a pobreza foi eliminada. Boer (2021, pp.152-153) conclui que embora estes conceitos sejam provenientes da filosofia clássica chinesa, foram reinterpretados em termos totalmente marxistas. Simultaneamente, a longa estrada que leva ao comunismo pleno, foi reelaborada pelo PCC em termos exclusivamente chineses.

Embora Mao tenha ocasionalmente utilizado “*dàtóng*” e “*xiǎokāng*”, foi Deng Xiaoping quem realmente reinterpretou estes conceitos num contexto ideológico marxista-leninista. Tal como aponta Smith (2019, pp.64-65), o conceito de “*xiǎokāng*” tornou-se um elemento essencial da doutrina de Socialismo com Características Chinesas. O uso de terminologia clássica por parte do PCC é uma forma eficaz de promover e transmitir uma mensagem nacionalista e de confiança cultural à sua população. Indica que a modernização promovida desde 1979, é uma conquista unicamente chinesa que não tem equivalentes históricos comparáveis, sendo apresentada como uma das grandes inovações civilizacionais da China

(Smith, 2019, p.66). Finalmente, “*xiǎokāng*” representa uma sociedade que, embora desejável, é imperfeita e afetada pelo egoísmo e competição entre as pessoas e por outras vicissitudes. No entanto, a principal característica de “*xiǎokāng*” é precisamente a sua natureza intermédia, antecedente e subordinada a uma sociedade superior (“*dàtóng*”). Esta subordinação demonstra que a visão a longo prazo de um processo de ascensão em direção ao comunismo pleno, ainda constitui o horizonte ideológico do PCC. No entanto, tendo em conta que a tarefa atual é desenvolver as forças produtivas, a sociedade ideal ainda não é um objetivo imediato dos marxistas chineses. A tarefa essencial do PCC na atual fase de desenvolvimento da China, é criar a base material necessária para uma futura transição para “*dàtóng*”. A importância da ideologia e terminologia marxista-leninista no século XXI é clara e prevalente, tal como ficou demonstrado no discurso de Xi Jinping (2020a) no 19.º Congresso do PCC:

“Esta nova era será uma era de construção sobre os sucessos passados para fazer avançar ainda mais a nossa causa, e de continuar a lutar pelo sucesso do socialismo com características chinesas num novo contexto histórico. Será uma era de assegurar uma vitória decisiva na construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos e de avançar com todos os esforços para construir um grande país socialista moderno. Será necessário que o povo chinês de todos os grupos étnicos trabalhe arduamente e em conjunto para criar uma vida melhor para si e, em última análise, alcançar uma prosperidade comum para todos. Será uma era para todos nós, filhos e filhas da nação chinesa, empenhados com um só coração em realizar o sonho chinês de rejuvenescimento nacional.”(Xi Jinping, 2020a, p.12).

Quando Xi declara que a China deve alcançar uma “sociedade moderadamente próspera”, está a referir-se precisamente a uma sociedade “*xiǎokāng*”, que como veremos mais adiante, é um dos principais objetivos do Pensamento de Xi Jinping.

3.8- O que é o Socialismo com Caraterísticas Chinesa?

O que é o Socialismo com Caraterísticas Chinesas? É uma tradição ideológica híbrida de base marxista-leninista, centrada em torno dos princípios do materialismo histórico, materialismo dialético e da Teoria das Contradições. É composto pela base teórica do marxismo-leninismo e por uma série de adaptações dessa mundivisão às condições materiais e sociais de um determinado período de desenvolvimento da China. Ou seja, é composto pelas diversas etapas da Sinificação do Marxismo. A obra de Schurmann (1968) na qual se encontra a divisão entre teoria (“*lilùn*”) e “pensamento” (“*sīxiǎng*”) é especialmente importante neste aspeto. Cada inovação ideológica é uma ideologia prática que lida com as caraterísticas e contradições principais de um dado período de desenvolvimento da China. Por exemplo, a inovação de Deng Xiaoping seria a ideologia prática para o período de intensa reforma económica após 1978. Por sua vez, o Pensamento de Xi Jinping consiste na ideologia prática para o atual período de desenvolvimento da China comunista.

No entanto, o sistema ideológico do PCC também exhibe uma série de caraterísticas específicas que vão para além da adaptação constante dos princípios marxistas-leninistas às circunstâncias nacionais da China. Integra várias formas de nacionalismo, primeiro revolucionário e conceitos provenientes da filosofia tradicional chinesa, especialmente os conceitos de “*dàtóng*” e “*xiǎokāng*”. Estes conceitos foram reinterpretados consoante a base ideológica marxista e o seu uso nos discursos oficiais do PCC é seletivo e subordinado a essa base ideológica. Finalmente, a tradição marxista chinesa atual integra uma forma particular de nacionalismo chinês (“nacionalismo centrado no partido” ou “patriotismo”). Todos estes elementos, desde os princípios basilares do marxismo-leninismo, aos elementos filosóficos chineses e ao nacionalismo, constituem os principais componentes da tradição ideológica do PCC em geral, e do Pensamento de Xi Jinping em específico. Resumindo, o formato ideológico

dentro do qual o Pensamento de Xi Jinping se enquadra é o de uma ideologia híbrida criada pelo processo da Sinificação do Marxismo. Neste sistema híbrido, o elemento dominante é claramente o elemento marxista-leninista. Consequentemente, estes constituem os principais elementos ideológicos analisados no Pensamento de Xi Jinping. Embora o Pensamento de Xi Jinping partilhe estes elementos com outras contribuições ideológicas anteriores, estes exibem manifestações específicas próprias a esta contribuição ideológica.

CAPÍTULO 4: Nacionalismo Versus Marxismo-Leninismo

4.1- A Queda da União Soviética, o Massacre de Tiananmen e o “Fim da História”:

Depois da queda da União Soviética e dos eventos do Massacre de Tiananmen em 1989, muitos académicos concluíram que o marxismo-leninismo tinha perdido importância e peso para o PCC, ou mesmo desaparecido enquanto fator ideológico. Teorias como as elaboradas por Fukuyama (1989) na sua obra *“The End of History and the Last Man”*, foram particularmente influentes neste contexto. O próprio Fukuyama (1989, pp.34-35) entendia que o mundo pós-Guerra Fria veria a ideologia reduzida a um papel muito limitado e estendeu esse argumento ao PCC, que segundo o autor se encontrava desprovido de uma ideologia coesa e passou a ser apenas mais um estado asiático autoritário. Outros autores, como FlorCruz (1994, p.170), defendem que desde 1989 o PCC continuou a governar a China, mas com o seu poder central reduzido e uma ideologia defunta. O marxismo-leninismo encontrava-se desacreditado devido aos fracassos da era de Mao Tsé-Tung e às reformas económicas de Deng Xiaoping. Devido a estes eventos, o PCC encontrava-se totalmente desprovido de qualquer ideologia viável a longo prazo (FlorCruz, 1994, p.170). Consequentemente, o PCC sofria de uma crise ideológica profunda para a qual não tinha soluções permanentes (FlorCruz, 1994, pp.171-172). O marxismo-leninismo passaria a ser meramente “vestigial” e a China enfrentava um futuro pós-marxista no qual o espectro ideológico de Engels, Marx e Mao Tsé-Tung seria largamente irrelevante (FlorCruz, 1994, pp.172-173). Chen (1995, pp.25-26) adotou uma posição semelhante: as reformas de Deng Xiaoping teriam levado à falência da ideologia oficial do PCC, tornando-a praticamente obsoleta.

Tal como FlorCruz (1994), Chen (1995, p.27) concluiu que o PCC enfrentou uma crise de fé na sua ideologia. Embora Deng Xiaoping tenha supostamente logrado ultrapassar os

obstáculos ideológicos maoístas ao desenvolvimento económico chinês, tinha fracassado na frente ideológica. Para Chen (1995, pp.29-31) terminologias como “Socialismo com Caraterísticas Chinesas”, não passariam de manchetes superficiais e de anestésicos temporários para amenizar os sintomas de uma grave crise ideológica. Desta forma, o PCC manteve a sua posição na China por meio de outros fatores, tais como a sua capacidade de garantir crescimento económico, e a criação um vasto e eficiente aparato repressivo na forma da sua polícia política e sistema de censura (Chen, 1995, p.29). Embora Deng Xiaoping tenha introduzido uma nova ideologia denominada “Socialismo com Caraterísticas Chinesas”, esta nunca foi desenvolvida o suficiente e permaneceu lata e ambígua (Chen, 1995, pp.29-30). O termo em questão seria apenas um conceito utilizado pelo PCC cuja amplitude justificava todo o tipo de iniciativas políticas, ideológicas, económicas e sociais futuras (Chen, 1995, pp.29-30). A sua ambiguidade também permitiu introduzir novas medidas sem o risco de uma rutura total com a sua ideologia oficial (Chen, 1995, pp.29-30). Chen (1995) não se limita a argumentar a favor da irrelevância do marxismo-leninismo, acrescentando que os seus novos pilares de legitimidade, como o crescimento económico, não seriam suficientes para garantir a longevidade do regime. Chen (1995, p.31) cita uma teoria de Samuel Huntington (1987) para fundamentar a sua posição. Seguindo este argumento, Chen (1995, pp.31-32) conclui que o crescimento económico fulgurante não reforça a sustentabilidade do regime ditatorial do PCC. Segundo Huntington (1987), regimes ditatoriais de países em desenvolvimento que não desfrutem de níveis estáveis de legitimidade, tendem a entrar num círculo vicioso quando conseguem fomentar altas taxas de crescimento económico:

“...supressão da participação política, depois rápido crescimento económico e, em seguida, aumento da desigualdade socioeconómica, acaba por conduzir a um crescente descontentamento popular e, finalmente, a uma ‘explosão’ de participação contra o regime.”(Huntington, 1987, pp.20-21).

Desta forma, o crescimento económico da China ao longo dos últimos quarenta anos, não seria suficiente para garantir a legitimidade e estabilidade do regime, ou para impedir instabilidade social e descontentamento popular. A consequência final dos argumentos de Chen (1995), é que o PCC está destinado a colapsar.

Steve Tsang & Olivia Cheung (2022) tomam uma posição distinta das anteriores. Os autores referem que o marxismo-leninismo, efetivamente colapsou enquanto ideologia do PCC após os eventos de Tiananmen (Tsang & Cheung, 2022, p.232). No entanto, encontra-se implícito no seu argumento que o PCC entende perfeitamente os riscos de um vazio ideológico. Consequentemente, o PCC substituiu rapidamente a sua ideologia socialista por uma forma específica de nacionalismo: o “nacionalismo centrado no partido”(Tsang , 2020, pp.312-314). Zhao (2005, p.134) adere a uma posição muito semelhante: o nacionalismo foi escolhido como substituto ideológico pelo PCC porque era a melhor forma de garantir a lealdade do povo chinês e a única ideologia que era de importância comum para o regime e para os seus críticos. Enquanto nova fonte de legitimidade, o nacionalismo é acompanhado por outro pilar: o sucesso económico dos últimos 40 anos e a subida da qualidade de vida dos cidadãos. Para Tsang & Cheung (2022, p.228) a introdução do Pensamento de Xi Jinping representa uma mudança extremamente importante: Xi deseja que a sua contribuição ideológica desempenhe as mesmas funções que o Pensamento de Mao Tsé-Tung desempenhava. Ou seja, que desempenhe o papel de ideologia legitimadora. Ambos os autores concluem que Xi está focado em restaurar a supremacia ideológica do marxismo-leninismo na sua forma sinificada mais recente: o Pensamento de Xi Jinping (Tsang & Cheung, 2022, pp.228-229). Ambos os autores mencionam que embora Xi tenha reintroduzido uma versão mais rígida de marxismo-leninismo, tal não reduz de todo a proeminência do nacionalismo. De acordo com Tsang & Cheung (2022, pp.242-234), o Pensamento de Xi Jinping integra quer uma forma sinificada e mais ortodoxa de marxismo-leninismo, quer uma versão mais intensa de “nacionalismo centrado no partido”.

4.2- Crise e Ressurgimento:

Brown & Čerenkova (2018, p.324) entendem que de 1949 a 1976 a China era uma sociedade profundamente ideológica, invocando o extenso estudo de Schurmann (1968) para o efeito. Existia um dogma ideológico forte no Pensamento de Mao Tsé-Tung, baseado em atingir objetivos sociais utópicos por meio de métodos revolucionários, com especial destaque para a luta de classes (Brown & Čerenkova, 2018, p.324). No entanto, desde 1978 que o Pensamento de Mao Tsé-Tung começou a perder a sua proeminência e foi substituído por Socialismo com Caraterísticas Chinesas. Os autores atribuem a legitimidade do PCC nesta época ao desempenho do governo de Deng e às reformas económicas: “O pragmatismo dengista manteve o PCC no poder.”(Brown & Čerenkova, 2018, p.325). Embora apontem para o pragmatismo de Deng, no sentido de a sua abordagem ter permitido a eliminação dos obstáculos ideológicos às suas reformas económicas; Brown & Čerenkova (2018, p.325) defendem que a tese segundo a qual a China pós-1978 era e é uma sociedade “não ideológica”, é profundamente errada. A ideologia marxista não desapareceu: tornou-se mais dissimulada e flexível, mas sem perder a sua importância para o PCC no que toca à sua perpetuação no poder (Brown & Čerenkova, 2018, p.325). Embora a ideologia do PCC após 1978 não recolhesse o mesmo apoio entre a população chinesa que o Pensamento de Mao Tsé-Tung, detinha e detém enorme importância para as elites políticas chinesas. A noção que a ideologia não tem relevância atual para o PCC, tem também origem numa aparente contradição entre um partido de vocação marxista-leninista e as características da sociedade que governa. Embora o partido continue a reafirmar veementemente as suas credenciais marxistas, governa uma sociedade caracterizada por investimento privado, consumo, livre iniciativa e abertura económica ao exterior. Baseando-se neste paradoxo, autores como Perry Link (2013, pp.283-284) defendem que os líderes chineses não acreditam em qualquer ideologia específica e que apenas tomam em consideração se

conceitos e ideais particulares podem ou não servir eficazmente os seus objetivos políticos. Brown & Čerenkova (2018, pp.325-326) contrariam este entendimento: o PCC e as elites políticas chinesas aderem ao marxismo-leninismo, não necessariamente porque acreditam nas suas premissas teóricas, mas porque essa ideologia cria consenso, unidade e estabelece uma continuidade entre os líderes atuais e o passado. Com efeito, Deng não aplicou os preceitos de Marx, Engels ou Lenine de forma dogmática: os princípios marxistas eram e são importantes devido ao seu valor prático (Brown & Čerenkova, 2018, p.326). Tal como esclarecem Brown & Čerenkova (2018):

“A ideologia era, portanto, um conjunto de afirmações sobre a realidade do mundo vista do ponto de vista da China, que servia, pelo menos, para forjar a unidade do Partido, para responder às questões difíceis com que o Partido se confrontava, para reforçar a narrativa principal do ‘espírito de partido’ (*dangxing*) e para obter consenso.”(Brown & Čerenkova, 2018, p.326).

A ideologia é também essencial porque oferece uma cultura política comum aos mais de 88 milhões de membros do PCC (Brown & Čerenkova, 2018, p.326). Brown & Čerenkova (2018) descrevem o PCC da seguinte forma: “De certa forma, o CPC é uma comunidade de fé, onde os princípios do marxismo-leninismo são aceites intuitivamente e sem reflexão, porque continuam a fazer parte integrante da visão do mundo e das práticas do PCC”(p.327).

Todas as alterações significativas, como as reformas profundas de Deng, não poderiam ter sido realizadas sem uma justificação ideológica adequada (Brown, 2012, pp.54-57). Com efeito, o processo centenário da Sinificação do Marxismo, que constitui o motor de inovação teórica e ideológica do regime comunista chinês, é um elemento crucial para este se manter no poder, de se adaptar a novas circunstâncias e justificar eventuais alterações políticas, sociais e económicas. A introdução das reformas económicas Deng Xiaoping são um exemplo disso mesmo: se Deng não tivesse seguido o entendimento da segunda contradição principal, as

reformas não teriam sido possíveis. Neste âmbito, a obra de Schurmann (1968, p.1) é especialmente importante, sobretudo a sua conclusão de que o que mantém a China comunista unida, enquanto entidade política e estatal, é a sua organização e ideologia. Autores como Brødsgaard & Gang (2018, p.2) defendem que a ideologia sempre foi extremamente importante para o PCC e que o argumento de Schurmann (1968) “é mais verdadeiro do que nunca.”.

Segundo as teses de FlorCruz (1994), Chen (1995) e Pan (2008, p.323), o PCC mantém a sua legitimidade por meio de dois elementos principais: crescimento económico constante e nacionalismo. Heike Holbig (2010) defende que embora estas teorias ofereçam contribuições importantes para os estudos políticos chineses, incorrem no erro de excluir outros fatores igualmente importantes. Para a autora, não existem dúvidas de que a legitimidade baseada em crescimento económico e governo eficaz e o nacionalismo chinês sejam importantes para manter a legitimidade do regime (Holbig, 2010, pp.396-397). No entanto, a importância destes fatores não implica a inexistência de outras fontes de legitimidade igualmente relevantes, ou que a ideologia marxista-leninista e os valores sociais coletivos que suporta tenham perdido a sua importância (Holbig, 2010, p.396). As contribuições académicas de autores como Zhao (1998) e Tsang & Cheung (2022), oferecem argumentos e explicações essenciais, no que toca à forma como o PCC se manteve no poder após as crises do final do século XX. Contudo, tais teses limitam desnecessariamente tanto o elenco dos fatores que sustentam o governo do PCC, como impedem um entendimento profundo da importância do marxismo-leninismo no contexto chinês. Além disso, não tomam em consideração uma distinção crucial entre regimes democráticos e regimes ditatoriais socialistas. Nos últimos, a solução para o problema da ausência de outras fontes de legitimidade, como o mandato popular por meio de sufrágio universal, é a sua substituição por uma ideologia unificadora (Holbig, 2010, pp.405-406). Tal como aponta Beetham (2001, pp.107-116), em estados comunistas com governos de partido único a ideologia é a base normativa e a fonte “correta” da autoridade política, dos critérios de

desempenho do estado, do interesse comum da sociedade, como esse interesse deve ser prosseguido e é crucial enquanto instrumento de mobilização do consentimento popular.

Os eventos de Tiananmen foram inegavelmente desastrosos para a legitimidade do PCC, tendo danificado severamente a sua posição política e legitimidade (Holbig, 2010, p.397). A referida crise de legitimidade foi aliviada pelo “pragmatismo” de Deng Xiaoping, corporizado na sua famosa frase “‘Não importa se é um gato branco ou um gato preto. Desde que apanhe ratos, é um bom gato.’”(Xiaoping, cit. por Rees, 1993, p.315). Embora Deng Xiaoping fosse definitivamente um líder “pragmático”, esse pragmatismo caracteriza-se mais pela constante renovação ideológica e das políticas públicas e económicas do governo, do que o seu suposto abandono da ideologia na sua totalidade (Holbig, 2010, p.405). No entanto, isso não implica que o partido não tenha enfrentado uma crise ideológica. Académicos chineses associados ao PCC, tal como Jiang Shigong (2018/2019, p.13), admitem abertamente que o Socialismo com Características Chinesas de Deng Xiaoping não colhia nem colhe apoio significativo entre a população chinesa. A ideologia socialista perdeu apoio popular e importância enquanto fator de legitimidade, mas continuou a ser a base para o planeamento político, social e económico. Tal como foi referido anteriormente por Brown (2012), nenhuma alteração das políticas do PCC ocorre sem justificações e alterações ideológicas. Ou seja, o que mais pesa nesta questão não são as causas da referida crise ideológica, mas sim a resposta do PCC a esses desafios. A sua resposta radicou não no abandono da ideologia marxista-leninista, mas sim na continuação do processo da Sinificação do Marxismo para a revitalizar e inovar conforme a alteração de circunstâncias (Holbig, 2010, pp.405-406). Ao contrário dos mandatos de Mao Tsé-Tung, o PCC já não reclama a sua legitimidade através da sua história revolucionária ou da sua vitória na Guerra Civil Chinesa, mas sim da sua capacidade de reforma económica e inovação através de processos internos (Holbig, 2010, p.406). Holbig (2010, pp.407-408) reforça o seu argumento por meio de uma revisão extensiva de mais de 200 artigos oficiais das escolas

teóricas do PCC publicados entre 2004 e 2008. A sua análise revela que a maioria dos autores foca-se na importância da adaptabilidade ideológica, especificamente como forma de perpetuar o sistema ditatorial leninista. Outro artigo datado de 2008 e proveniente da principal revista científica do PCC, *Qiushi*, argumenta que na China, tal como em outras partes do mundo, a ideologia serve como um instrumento de coesão, de mobilização e de apoio popular a favor das causas e objetivos dos partidos políticos (Pingping & Hu, 2008, pp.19-22 cit. por Holbig, 2010, p.408). É precisamente neste aspeto que a ideologia do PCC e o processo da Sinificação do Marxismo prova a sua importância. Ao contrário do que Chen (1995) e outros autores defendem, a longevidade do PCC deve-se não ao abandono total da ideologia, mas sim à sua reformulação e adaptação. Neste aspeto, a ideologia oficial não representa apenas um mero ideal abstrato e remoto: é um guia para solucionar problemas práticos e delinear as linhas políticas gerais do partido (Holbig, 2010, p.407). Por outras palavras, a ideologia total do PCC composta pela ideologia pura e pelas ideologias práticas dos vários líderes, permanece como o guia de ação do PCC mesmo após os eventos de Tiananmen.

4.3- Marxismo-Leninismo e Nacionalismo Após Tiananmen:

Tsang & Cheung (2022) e Zhao (1998) estão totalmente corretos ao constatarem que o marxismo-leninismo sofreu uma crise ideológica no final do século XX, perdendo a capacidade de servir enquanto pilar de legitimidade significativo. No entanto, tal como é demonstrado por Holbig (2010), Brown & Čerenkova, (2018) e outros autores, tal não significa que a base ideológica socialista tenha desaparecido, perdido a sua importância e muito menos colapsado. Outros autores centram a sua atenção na dicotomia antagónica entre nacionalismo e marxismo-leninismo, como se ambos fossem incompatíveis. No entanto, tal como prova Zwick (1983, pp.221-230), o marxismo-leninismo não é de todo incompatível com o conceito de

nacionalismo e é precisamente nas suas várias interpretações nacionais que este encontra a sua maior força. Tal como refere o autor no início da sua obra, a única forma de comunismo ou de marxismo-leninismo capaz de sobreviver no mundo contemporâneo são formas de “comunismo nacional” (Zwick, 1983, pp.151-168). O decorrer dos anos provou que Zwick (1983) estava correto na sua previsão: os universalistas soviéticos e o estado que fundaram estão extintos, ao passo que o PCC e o Pensamento de Xi Jinping ainda detêm enorme vitalidade e a República Popular da China se encontra em fulgurante ascensão internacional.

Esta constatação não deve ser interpretada como uma insinuação de que todo o sucesso do PCC se deve à sua ideologia, muito pelo contrário. Tal como refere Holbig (2010), as fontes desse sucesso são variadas e multifacetadas e não podem ser reduzidas a um só fator. O papel do nacionalismo tornou-se mais proeminente na época após o Massacre de Tiananmen, mas isso não significa de todo que o marxismo-leninismo na sua forma sinificada tenha desaparecido: os dois não são antagónicos, mas sim complementares e simbióticos no caso chinês. É uma combinação poderosa desde os tempos de Mao Tsé-Tung e embora o marxismo-leninismo tenha sofrido grave erosão durante os últimos 40 anos, essa combinação ainda detém muita da sua antiga potência. Caso esta tradição ideológica não tivesse mantido considerável vitalidade e importância dentro da China e das elites do PCC, não se verificaria uma sucessão ininterrupta de contribuições ideológicas. Estas mesmas contribuições têm consequências práticas e reais em várias áreas, incluindo planeamento económico, organização partidária, funcionamento do estado chinês e mesmo ao nível da política externa chinesa. O sistema ideológico do PCC não deve ser reduzido a uma peça teatral com o mero propósito de manter aparências ou de prestar homenagem a uma ideologia e terminologia defunta. O contrário é verdade: continua a existir precisamente porque desempenha um papel vital para o PCC em vários aspetos. Por estas razões, o sistema ideológico do PCC como um todo e o Pensamento de Xi Jinping, não devem ser ignorados.

4.4- A Importância do Marxismo-Leninismo no Pensamento de Xi Jinping:

Em termos ideológicos, o Pensamento de Xi Jinping representa uma mudança de curso extremamente importante. Durante os mandatos de Jiang Zemin e Hu Jintao, a mobilização ideológica do partido foi primariamente direcionada às elites políticas e os vários setores da administração chinesa, exército e outras hierarquias do estado e do PCC (Holbig, 2010, 408). Xi manteve o foco nos mesmos setores do estado e da sociedade que os seus predecessores, mas com a diferença crucial: expandiu exponencialmente essa mesma mobilização ideológica a toda a população chinesa. O primeiro passo, consiste nos doze “valores socialistas fundamentais” que quer os membros do partido, quer o povo chinês são coagidos a praticar (Brown & Čerenkova, 2018, p.337). Lance Gore (2022, p.48) refere que no mandato de Xi Jinping, o elemento ideológico é essencial para reforçar e manter o vínculo entre as massas e o PCC e para unificar um país extremamente heterogêneo (Gore, 2023, p.48). Durante o mandato de Xi, a relevância do fator ideológico aumentou significativamente: o nível de investimento e a importância colocada no Pensamento de Xi Jinping é de uma magnitude e intensidade sem precedente desde a era de Mao Tsé-Tung. De acordo com um artigo publicado em 2021 no *Global Times*, o jornal oficial de língua inglesa do PCC, o estudo da ideologia de Xi Jinping foi introduzido no currículo escolar obrigatório do ensino chinês, incluindo nas escolas primárias cujos alunos serão encorajados a “...cultivar o amor pelo país, pelo Partido Comunista da China e pelo socialismo.”(Cong, W & Jei, T., 2021). O seu estudo foi igualmente estabelecido no ensino superior chinês através da criação de numerosos centros de investigação, incluindo a prestigiada Universidade de Tsinghua, onde Xi Jinping obteve a sua formação académica.

Outra área na qual a ideologia socialista é vital para o PCC, é na organização e coesão partidária. Este é o elemento estritamente leninista do PCC, que se encontra em vigor desde 1921. A sua organização partidária, processos deliberativos e o papel do partido na vida nacional

chinesa são uma herança de Lenine, embora assumam formas peculiares. Tal como veremos mais adiante, os conceitos leninistas de centralismo democrático, a “linha do partido” e o PCC enquanto vanguarda do projeto socialista, são essenciais para manter a sua unidade e longevidade enquanto organização política. Estes princípios sempre foram importantes desde a fundação do PCC, mas são particularmente importantes e proeminentes no Pensamento de Xi Jinping. Xi defende um modelo leninista de grande rigidez e severidade, com foco num sistema de centralismo democrático rígido e em dura disciplina partidária. Ambos estes elementos, bem como o conceito de partido de vanguarda, serão abordados detalhadamente na análise do Pensamento de Xi Jinping.

Seguindo o entendimento de Holbig (2010), a ideologia sempre foi um fator de importância central para o PCC, mais concretamente uma forma sinificada de marxismo-leninismo. Tsang & Cheung (2022) fazem uma contribuição igualmente importante em três aspetos particulares. O primeiro, é que o Pensamento de Xi Jinping foi introduzido para desempenhar o mesmo papel que o Pensamento de Mao Tsé-Tung. Nesta missão, o Pensamento de Xi Jinping tem dois instrumentos essenciais: a promessa do “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” e os “Dois Objetivos Centenários”. O segundo, é que o pensamento político de Xi representa uma forma sinificada de marxismo-leninismo mais rígida e ortodoxa. O terceiro, é que Xi procura integrar uma forma particular de nacionalismo chinês no seu pensamento político, combinando marxismo sinificado com nacionalismo chinês. Por um lado, essa integração segue os passos traçados por líderes anteriores, mas também representa uma nova etapa deste processo com consequências extremamente importantes. Resumindo, a ideologia marxista chinesa nunca desapareceu: apenas assumiu um papel menos proeminente, mais dissimulado e flexível, focado sobretudo em manter a unidade da elite política chinesa. Tal como veremos no próximo capítulo, o papel da ideologia marxista-leninista é bastante proeminente no mandato de Xi

Jinping. Tal como refere Kevin Rudd (2022b): “Na China de Xi, é a ideologia que comanda a política, mais do que o contrário.”(p.1).

CAPÍTULO 5: O Pensamento de Xi Jinping

5.1- O Pensamento de Xi Jinping e a Terceira Fase da Sinização do Marxismo:

O Pensamento de Xi Jinping representa o mais recente avanço no processo da Sinificação do Marxismo, ou seja, a mais recente adaptação dos princípios marxistas às condições nacionais chinesas. Segundo os académicos marxistas chineses, o processo da Sinificação do Marxismo divide-se em três grandes fases. A primeira fase foi dirigida por Mao Tsé-Tung, durante a qual a China recuperou a sua independência e expulsou os invasores estrangeiros. Esta foi a fase na qual a China se “ergueu” de novo após 100 anos de humilhação, culminando na vitória do PCC em 1949 e na instauração da sua ditadura do proletariado. A segunda fase foi iniciada por Deng Xiaoping compreende ao período de crescimento económico dos últimos 40. Esta corresponde à fase durante a qual a China enriqueceu e iniciou a sua ascensão internacional. A terceira fase, refere-se à “nova era” de Xi Jinping, na qual a China será poderosa e totalmente desenvolvida. Ou seja, a fase na qual a China irá completar a sua modernização e ascenderá ao estatuto de potência internacional. Embora nenhuma destas fases tenha datas exatas definidas pelos académicos marxistas, é perfeitamente possível usar as três contradições principais declarada até hoje pelo PCC para obtermos uma periodização detalhada. A primeira fase deve ser considerada entre 1949 e 1978, durante a qual Mao restaurou a independência nacional. A segunda vai desde a segunda contradição principal de 19081 até 2017, correspondendo à época em que Deng Xiaoping e os seus dois sucessores desenvolveram a economia. Finalmente, a terceira fase começou em 2017 com a declaração da contradição principal de Xi Jinping. Esta é a terceira fase da Sinificação do Marxismo, durante a qual Xi Jinping fará da China um país forte, poderoso e moderno. Jiang Shigong (2018/2019), oferece uma análise extremamente importante quanto a este tema, permitindo contextualizar a terceira fase da Sinificação do

Marxismo dirigida por Xi Jinping, bem como explorar as suas implicações. Ao contrário de autores chineses que escrevem na maioria dos jornais oficiais do PCC, Shigong (2018/2019) é um académico de grande renome nacional e internacional, um professor da Universidade de Direito de Pequim e especialista em Direito Constitucional Chinês e não um mero propagandista partidário que regurgita a doutrina do partido. É um profundo conhecedor da ideologia e sistema político do PCC e a sua análise é consistente com as fontes académicas chinesas. Procederemos então à análise do artigo de Jiang Shigong (2018/2019).

De acordo com Shigong (2018/2019, p.6), a Sinificação do Marxismo divide-se em três fases de desenvolvimento: a primeira fase do processo foi conduzida por Mao Tsé-Tung, ficando marcada pela China se ter erguido como país independente e soberano. A segunda fase foi conduzida por Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao e foi a era na qual a China se tornou rica. A terceira fase será conduzida por Xi Jinping e corresponde a uma era durante a qual a China se tornará forte e poderosa. Este objetivo, de tornar a China poderosa, será atingido através da implementação da contribuição ideológica de Xi Jinping e do cumprimento dos seus objetivos. Esta tripartição é defendida por Yuanyuan Zhou (2022, p.146), defende que o PCC liderou o povo chinês na concretização de três grandes transformações, correspondentes à periodização delineada por Shigong (2018/2019). Enfu Cheng (2018) divide o processo da seguinte forma: “... Mao Zedong fez-nos levantar, Deng Xiaoping tornou-nos ricos e Xi Jinping tornou-nos fortes.”(p.300). Em termos de periodização concreta, a primeira fase corresponde ao mandato de Mao Tsé-Tung de 1949 a 1976, a segunda fase compreende o período entre 1978 e 2012 e a terceira fase começou em 2017. Esta exposição torna evidente que as diferentes fases do processo da Sinificação do Marxismo tratam de diferentes tarefas e objetivos. No caso do Pensamento de Tsé-Tung, o principal objetivo era realizar uma revolução socialista numa China pobre, atrasada e ocupada pelo invasor japonês. Consequentemente, o Pensamento de Mao Tsé-Tung consiste num conjunto de teorias revolucionárias e de métodos para construir um estado

socialista (Shigong, 2018/2019, p.29). A segunda fase da Sinificação do Marxismo, foi iniciada e conduzida por Deng Xiaoping e corresponde aos últimos 40 anos durante os quais a China enriqueceu e desenvolveu-se. A Teoria de Deng Xiaoping é muito diferente do Pensamento de Mao Tsé-Tung quanto às suas prioridades, visto que se foca no avanço e desenvolvimento das forças produtivas e em metas de desenvolvimento económico (Shigong, 2018/2019, p.29). O Pensamento de Xi Jinping é muito diferente de ambos os seus antecessores. Embora não descure de todo questões económicas, a contribuição de Xi tem objetivos que representam uma novidade no processo da Sinificação do Marxismo. Questões como a construção de uma superestrutura adequada e de uma ideologia coesa e sustentável a longo prazo, são fatores cruciais na terceira fase de evolução do marxismo chinês.

As teorias de Marx e Engels dividiam as sociedades humanas em dois elementos principais: superestrutura e base económica. A superestrutura surge da base económica e justifica o seu funcionamento, ou seja, justifica as relações de produção, o modo de produção e os outros elementos da base. De entre os dois, o elemento dominante é a base económica que determina o desenvolvimento da sociedade humana. No entanto, embora os aspetos económicos sejam dominantes, a superestrutura não é de todo um elemento passivo ou irrelevante. Esta não apenas justifica a organização da base económica em termos de relações de produção e modo de produção, como pode ocasionalmente afetar e influenciar a base económica. Os dois pontos-chave a retirar desta breve exposição da relação entre a base económica e a superestrutura são os seguintes: as alterações na base económica levam à mutação ou mesmo destruição de uma superestrutura e que alterações na superestrutura podem por vezes causar alterações na base económica. A primeira constitui a regra geral, ao passo que a segunda constitui a exceção. Esta relação bidirecional implica que para um determinado sistema ou modelo socioeconómico ser sustentável a longo prazo, as relações entre a base económica e a superestrutura devem ser

equilibradas e sustentáveis. Por outras palavras, a base económica deve ser justificada pela superestrutura adequada e vice-versa.

A relação entre a superestrutura e a base económica é particularmente importante no Pensamento de Xi Jinping e essencial para compreender o seu papel na terceira fase da Sinificação do Marxismo. Shigong (2018/2019, pp.28-31) afirma que embora Deng Xiaoping tenha desenvolvido com sucesso as forças produtivas, também criou um desequilíbrio na relação entre a base económica e a superestrutura da sociedade chinesa. Deng Xiaoping e o seu pensamento político criaram a base económica necessária para atingir o objetivo de desenvolver as forças produtivas, mas também tentou modernizar a superestrutura para dar resposta às rápidas alterações da economia e sociedade chinesa. À medida que o sistema socioeconómico chinês assumiu um carácter cada vez mais complexo e logo, mais difícil de gerir, Deng e os seus sucessores procuraram responder aos novos desafios. No entanto, estas reformas superestruturais, como a construção de uma cultura socialista avançada e de um novo aparato estatal, não foram suficientes:

“Podemos dizer que a economia de mercado base do Socialismo com Características Chinesas, construído desde a instituição da Reforma e Abertura, desligou-se da superestrutura do Partido liderado pelo Estado em algumas áreas. O sistema de socialismo com características chinesas na Nova Era deve resolver este problema, construindo uma superestrutura que corresponda à economia de mercado do Socialismo com Características Chinesas.” (Shigong, 2018/2019, p.30).

Um dos principais objetivos do Pensamento de Xi Jinping é solucionar este problema e construir a superestrutura necessária para apoiar e justificar a nova base económica chinesa criada por Deng Xiaoping (Shigong, 2018/2019, p.29). Por outras palavras, Xi Jinping procura resolver a contradição entre o crescimento exponencial da economia chinesa e uma superestrutura

desadequada em termos da estrutura estatal e principalmente em termos ideológicos. Através da sua análise do discurso de Xi Jinping no 19.º Congresso do PCC e da evolução do processo da Sinificação do Marxismo, Shigong (2018/2019) desvenda um dos principais focos do Pensamento de Xi Jinping. Este prende-se com a modernização do sistema de governo chinês, da estrutura partidária e o reforço da centralidade absoluta do PCC enquanto líder incontestado da nação (Shigong, 2018/2019, pp.28-32).

Shigong (2018/2019, p.31) refere que todos os sistemas de governo necessitam de ser apoiados por um conjunto de valores sólidos e sustentáveis, e que o PCC enfrenta esses mesmos problemas superestruturais em duas áreas específicas: cultura e ideologia. As democracias liberais ocidentais são suportadas pelos valores pluralistas do liberalismo, permitindo assim a perpetuação desse sistema. Da mesma forma, o sistema partidário chinês e o aparato estatal leninista, têm de ser apoiados pelos valores centrais do Socialismo com Características Chinesas (Shigong, 2018/2019, p.31). Esta comparação elaborada por Shigong (2018/2019), serve o propósito de demonstrar a lógica marxista do Pensamento de Xi Jinping, e não para legitimar o sistema leninista, ditatorial e autocrático do PCC. O problema superestrutural não passa apenas pela construção de um estado chinês forte e resiliente, mas também pela implementação de uma ideologia e valores culturais e sociais capazes de reforçar e sustentar a presente base económica. Com efeito, verificaram-se múltiplas contradições e problemas criados pelo desenvolvimento económico dos últimos 40 anos. Estas contradições e problemas emergiram sobretudo durante os dois mandatos de Jiang Zemin na década de 1990, incluindo contradições entre as forças de produção e as relações de produção (Boer, 2021, p.93). No entanto, uma das contradições mais importantes ao nível da superestrutura chinesa, foi a crescente diversidade ideológica da sociedade (Shigong, 2018/2019, p.31; Boer, 2021, pp.93-97). Durante este período, surgiu a crença de que socialismo havia falhado e que o marxismo-leninismo era uma teoria política desatualizada e incapaz de oferecer uma visão coerente do futuro. Obviamente, tais tendências

são vistas como inerentemente subversivas pelos teóricos marxistas, que as classificam como uma forma “niilismo histórico” que levou ao enfraquecimento ideológico e à queda da URSS (Enfu Cheng, 2018, pp.300-301; Boer, 2021, p.10). Em suma, o problema ideológico manifesta-se através da emergência de uma série de ideologias alternativas em alguns setores da sociedade chinesa, que desafiam a ideologia oficial do PCC e a sua perpetuação no poder. Ideias como “direitos humanos”, “valores universais”, “socialismo democrático” ou “democracia liberal” constituem formas proeminentes de niilismo histórico chinês (Boer, 2021, p.94). Tal como Boer (2021, pp. 93-97), Shigong (2018/2019) esclarece que o período de reforma e crescimento económico levou a uma heterogeneidade de valores e ideologias na sociedade chinesa: “Desde a Reforma e a Abertura, a economia de mercado e as divisões sociais deram origem a muitos sistemas de valores diferentes, e parece que a China entrou numa era de valores pluralistas.”(p.31).

Antes de procedermos, é necessário fazer uma ressalva relativamente ao papel desempenhado por estas ideologias subversivas, visto que sem este ponto, a sua menção pode resultar em conclusões precipitadas. Será que o surgimento de várias ideologias divergentes do socialismo chinês não resultaria no fim do sistema? É importante referir, que esta situação não é equivalente a pluralismo intelectual aberto. Tal seria absolutamente intolerável num sistema leninista altamente repressivo e ditatorial, que não tolera quaisquer alternativas. Significa, sim, que a abertura económica da China ao exterior, não resultou apenas em investimento estrangeiro e crescimento económico; mas também na introdução de novas ideologias. A chegada dos europeus no século XIX não levou apenas à introdução de novas tecnologias, mas também à chegada de novas ideologias tais como o marxismo-leninismo. Este processo o repetiu-se com a abertura ao exterior iniciada por Deng Xiaoping, resultando na disseminação de conceitos democráticos ocidentais e outras ideologias alternativas entre a população. Este perigo ideológico manifestou-se abertamente em 1989, quando os estudantes de Pequim realizaram

um enorme protesto em Tiananmen. Durante as manifestações, esses mesmos estudantes não protestaram contra o PCC empunhando cópias do livrete ideológico de Mao, ou imagens de Confúcio: construíram uma estátua da Deusa da Democracia, claramente inspirada na escultura que saúda a baía de Nova Iorque. No entanto, os protestos fracassaram, resultando no massacre dos estudantes pelo Exército da Libertação Popular. Este episódio, provou que o PCC se encontra profundamente entrincheirado no poder e as ideologias “subversivas” que surgiram na China, principalmente na década de 1990, não adquiriram ainda o acolhimento, disseminação e projeção necessárias para derrubar o sistema leninista chinês. No entanto, tal como demonstra a crise de 1989, é evidente que o partido comunista não se pode dar ao luxo de ignorar este tipo de desenvolvimentos. Devido a esta preocupação e para prevenir o aprofundamento da crise de valores, Xi Jinping (2020a) entende que a China e o PCC apenas podem aderir a uma ideologia unificadora e dominante:

“Só com o socialismo podemos salvar a China; só com a reforma e abertura podemos desenvolver a China, desenvolver o socialismo e desenvolver o Marxismo. Temos de defender e melhorar o sistema do socialismo com características chinesas e continuar a modernizar o sistema e a capacidade de governação da China. Temos de ter a determinação de nos livrarmos de todos os pensamentos e ideias ultrapassadas e de todas as doenças institucionais, e romper os bloqueios dos interesses instalados.”(Xi Jinping, 2020a, p.22).

A solução de Xi Jinping para este problema, é a implementação de uma nova ortodoxia socialista na forma da sua contribuição ideológica, que não tolera qualquer tipo de concorrência.

Xi Jinping entende que sem valores coerentes e sólidos que tenham acolhimento entre maioria da população e o partido, o PCC incorre sérios riscos de enfrentar não apenas desafios ideológicos, mas também conflitos sociais. Com efeito, Xi está extremamente preocupado em manter o monopólio do poder político e em recuperar a supremacia ideológica do marxismo-

leninismo. Neste aspeto, o argumento de Tsang & Cheung (2022), segundo o qual o Pensamento de Xi Jinping pretende desempenhar uma função semelhante à do Pensamento de Mao Tsé-Tung, é particularmente pertinente. O objetivo é recuperar o monopólio ideológico da época de Mao Tsé-Tung e pôr fim ao problema da pluralidade de valores. É evidente que no entendimento de Xi Jinping, a promoção do nacionalismo, da cultura tradicional chinesa, de bons resultados económicos e governo eficaz já não são por si sós suficientes para assegurar a perpetuação do PCC no poder ou para manter a sua legitimidade. Xi acredita que para atingir esse objetivo, o partido deve reconquistar a sua total supremacia e dominância sobre todos os aspetos sociais, económicos e intelectuais da China. Shigong (2018/2019) refere que embora a teoria de Socialismo com Caraterísticas Chinesas, tenha sido extremamente importante no que toca à implementação das reformas económicas, nunca recolheu o mesmo apoio entre o povo chinês que o Pensamento de Mao Tsé-Tung: “No entanto, como as pessoas em geral não tinham uma verdadeira crença espiritual nesta teoria, os valores do capitalismo ocidental aproveitaram-se da situação e rapidamente dominaram a sociedade, o que provocou uma tempestade política.”(p.13). Para assegurar a perpetuação do regime marxista-leninista chinês, Xi deseja terminar com décadas de limitado, mas crescente pluralismo intelectual na sociedade chinesa, através da introdução de uma nova ortodoxia marxista. As medidas de unificação e coesão ideológica de Xi Jinping refletem a tese de Beetham (2001), segundo a qual os regimes ditatoriais marxistas, necessitam sempre de uma ideologia unificadora e coerente. Com efeito, Xi esta a tentar recuperar exatamente isso: um total monopólio ideológico no qual apenas o socialismo chinês, mais especificamente o Pensamento de Xi Jinping, domina toda a narrativa. A construção de um sistema de valores e ideologia coesa é identificada por Shigong (2018/2019, pp.31-32) como a tarefa mais importante da terceira fase da Sinificação do Marxismo. Ao implementar o seu pensamento político, Xi Jinping pretende solucionar os problemas superestruturais chineses em esferas como organização, estrutura e capacidade governativa,

mas sobretudo no que toca à ideologia e valores sociais. O Pensamento de Xi Jinping constitui a terceira fase da Sinificação do Marxismo, uma fase onde a China se fortalecerá. Segundo esta perspetiva, a China não será capaz de se fortalecer sem uma ideologia unificadora, coerente e sólida. O seu objetivo é por fim ao pluralismo de valores e ideologias políticas na China e unificar a nação em torno do PCC e da sua figura pessoal para alcançar os objetivos delineados no seu pensamento político.

No entanto, a construção de uma superestrutura adequada para a nova base económica, não é a única característica da terceira fase da Sinificação do Marxismo. O Pensamento de Xi Jinping também exibe uma importante dimensão socioeconómica. Neste ponto, é essencial recordar as características da economia de mercado socialista. Tal como foi mencionado anteriormente, a economia de mercado socialista chinesa é caracterizada pelo domínio do setor público da economia e por empresas estatais controladas pelo estado e pelo partido comunista. Durante os mandatos de Jiang Zemin e Hu Jintao, a economia chinesa experienciou altas taxas de crescimento económico acompanhadas do surgimento de grandes conglomerados empresariais no setor privado. Este período resultou na erosão do papel do setor público no sistema económico, da posição do PCC e em novas contradições entre as forças e relações de produção (Boer, 2021, p.93). Estes problemas constituem o foco socioeconómico do Pensamento de Xi Jinping, que procura dar respostas às contradições criadas por 40 anos de desenvolvimento económico e restaurar o papel do setor público na economia de mercado socialista. Este tema será analisado detalhadamente na abordagem da contradição principal de 2017.

Concluindo, o Pensamento de Xi Jinping pretende a construção de superestrutura ideológica, cultural e estatal adequada para justificar a base económica criada por 40 anos de modernização socialista. Embora o argumento de Tsang & Cheung (2022), segundo o qual o Pensamento de Xi Jinping se destina a desempenhar a mesma função ideológica que o Pensamento de Mao

Tsé-Tung seja importante, não se traduz na reimplantação das políticas maoistas. As condições nacionais da China são diferentes em cada fase do desenvolvimento, o que implica variações consideráveis entre os pensamentos de cada líder. Significa sim, que o Pensamento de Xi Jinping procura construir, entre várias coisas, uma superestrutura ideológica para a base material criada por quarenta anos de desenvolvimento económico. Xi Jinping não é uma espécie de Mao Tsé-Tung do século XXI: o seu pensamento representa um novo desenvolvimento no contexto chinês e não uma repetição da era de Mao Tsé-Tung.

5.2- O Pensamento de Xi Jinping e o Marxismo-Leninismo:

O primeiro elemento ideológico do Pensamento de Xi Jinping e de todas as outras contribuições ideológicas marxistas que o antecederam, é a base ideologia marxista-leninista. Veremos agora como Xi interpreta os conceitos marxistas fundamentais, nomeadamente o materialismo dialético e o materialismo histórico. Para Xi Jinping (2020a, pp.96-98), o marxismo-leninismo é a ideologia que guia a China, o PCC e todos os seus membros. O entendimento de Xi acerca do marxismo-leninismo não se limita ao seu uso para consolidar a unidade do PCC. Xi Jinping (2020a) vê o marxismo-leninismo com a mundivisão e manual prático do PCC em todos os aspetos:

“Temos de defender e aplicar as mundivisões e metodologias do materialismo dialético e do materialismo histórico. Temos de defender e aplicar a posição, o ponto de vista e a metodologia marxista. Temos de defender e aplicar as perspetivas marxistas sobre a materialidade do mundo...”(p.97).

5.3- Os Três Elementos Centrais do Marxismo-Leninismo na Tradição Socialista Chinesa:

Antes de procedermos à análise da interpretação feita por Xi Jinping do marxismo-leninismo, é necessário recuperar as conclusões do Capítulo II e enumerar os componentes essenciais do marxismo-leninismo para os comunistas chineses e para Xi Jinping em específico. Xi Jinping (2020a, p.97) revelou precisamente quais são os dois elementos essenciais do marxismo-leninismo: “Precisamos de defender e aplicar as mundivisões e as metodologias do materialismo dialético e histórico.”. Seguindo o entendimento de Boer (2021), Huiming (2017) e Rudd (2022a) a filosofia marxista-leninista consiste em materialismo dialético (incluindo a Teoria das Contradições) e materialismo histórico. No entanto, adotaremos a tripartição de Rudd (2022a) por motivos práticos e sistemáticos.

5.4- Materialismo Dialético:

Em julho de 2019, um artigo da autoria de Xi Jinping foi publicado na revista teórica *Qiushi*, que trata especificamente deste princípio. Para Xi Jinping (2019, cit. por Boer, 2021, p.2), o materialismo dialético é tanto a mundivisão como a metodologia dos comunistas chineses e envolve quatro pontos-chave. Em primeiro lugar, o mundo é dominado pelos seus aspetos materiais que determinam o desenvolvimento das ideias vigentes e da consciência humana numa determinada época. Este entendimento espelha a distinção entre a dialética idealista e a dialética materialista, tal como foi apresentada por Mao Tsé-Tung (1965a) no seu ensaio “*On Contradiction*”. Consequentemente, todas as medidas e políticas do PCC devem ser desenvolvidas com base na realidade prática ou, mais concretamente, nas circunstâncias

materiais de um dado período de desenvolvimento da China (1). Segundo, todos os processos evoluem através da relação dialética entre as suas contradições internas e é necessário aprofundar o conhecimento acerca dessas contradições e procurar a sua resolução da forma mais eficiente possível (2). Terceiro, o instrumento fundamental do materialismo dialético é a aplicação do método de análise dialética para desenvolver a capacidade de lidar com problemas complexos (3). Finalmente, a relação entre teoria e prática é fulcral: a primeira deve sempre partir da segunda (4).

5.5- Materialismo Histórico:

A interpretação de Xi do materialismo histórico foi exposta num artigo da sua autoria pessoal publicado na revista *Qiushi*. No referido artigo, Xi Jinping (2020b, cit. por Boer, 2021, p.3) aponta as três implicações básicas do materialismo histórico. A primeira, é a necessidade de entender e dominar o método de análise dialética das contradições sociais, cuja resolução é uma prioridade urgente (1). Ou seja, a Teoria das Contradições de Mao é a forma correta de identificar quer os problemas, quer as suas soluções, sobretudo quanto à relação dialética entre relações e forças produtivas e entre a base económica e a superestrutura. O segundo princípio, é que a produção material é a fundação de toda a vida social e económica. Consequentemente, o principal objetivo do socialismo chinês é desenvolver as forças produtivas. No entanto, este princípio tem de ser conjugado com as relações dialéticas entre relações e forças produtivas, e entre base económica e superestrutura (2). Ou seja, o referido artigo está a alertar para as contradições criadas por 40 anos de libertação e desenvolvimento das forças produtivas. O terceiro princípio do materialismo histórico, é que o povo é o criador da história (3), o que não implica a negação das leis materialistas da história. Apenas significa, que embora a verdade

objetiva e material determine a evolução da sociedade, a vontade do povo e o seu espírito de inovação, também podem influenciar essa realidade objetiva. Esta forma de consulta da “sabedoria popular” por parte do partido comunista, é concretizada através do conceito da “linha de massa”. A linha de massa é um método político criado por Mao Tsé-Tung, cujo objetivo é consultar as massas com o objetivo de implementar políticas em linha com o interesse popular (Chun, 2019, p.121). A linha de massa opera do seguinte modo: o PCC dirige-se às massas e recolhe a sua “sabedoria” na forma das opiniões dos cidadãos, que por sua vez são transformadas pelo PCC em políticas coerentes e devolvidas ao povo na forma de medidas práticas (Chun, 2019, pp.121-122). Este método é encapsulado na máxima “para as massas, das massas, para as massas” (Chun, 2019, p.121). É essencialmente uma fórmula maoista para impor os princípios do centralismo democrático e do partido de vanguarda, ou seja, é um método leninista chinês. A mundivisão de Xi é claramente baseada no marxismo-leninismo, no entanto, esta representa apenas o seu “*weltanschauung*” e não a sua manifestação prática e particular na forma do Pensamento de Xi Jinping. Para identificar a sua particularidade, é necessária uma análise da contradição principal de 2017 e das suas implicações práticas para a sociedade chinesa. Outro elemento vital, é combinar a mundivisão de Xi com as atuais condições nacionais da China como veremos com a análise da contradição principal de 2017.

5.6- O “Estágio Primário do Socialismo” no Pensamento de Xi Jinping:

Tal como foi referido, o conceito do estágio primário do socialismo foi utilizado por Deng Xiaoping para justificar as reformas económicas do seu mandato. O conceito foi igualmente identificado como o ponto de partida para a construção gradual de um sistema socialista, no qual a principal tarefa era desenvolver as forças produtivas. Não existe um manual universal prático para construir um sistema socialista e Deng acreditava que tal processo variava de

acordo com circunstâncias concretas. Num episódio curioso, Deng alertou o vice-presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, para os perigos de adotar um modelo de desenvolvimento socialista sem ter em conta as condições nacionais do seu país (Taylor, 1998, p.367). Para os marxistas chineses, não existe um manual prático universal para a implementação de um sistema socialista. No entanto, Deng Xiaoping (1994) não via o estágio de desenvolvimento socialista apenas como uma fase transitória que variava de caso para caso consoante condições específicas: era também uma fase transitória de longa duração, que levaria gerações a completar. Consequentemente, o comunismo pleno é uma visão distante que apenas seria alcançada num futuro longínquo. Efetivamente, Deng Xiaoping (1994) entendia que a China iria provavelmente enfrentar séculos de desigualdade económica, antes de transitar para uma fase mais elevada de socialismo. Apenas quando um nível de desenvolvimento avassalador fosse alcançado, é que seria possível considerar a transição para comunismo pleno ou “*dàtóng*”. Tal como Deng Xiaoping (1994) afirmou:

“Estamos a construir o socialismo há apenas algumas décadas e estamos ainda na fase primária. Será necessário um período histórico muito longo para consolidar e desenvolver o sistema socialista, e isso exigirá uma luta persistente de várias gerações, uma dúzia ou mesmo várias dezenas. Não podemos nunca descansar sobre os nossos remos.” (Deng Xiaoping, 1994, p.367).

Durante o 19º Congresso do Partido Comunista em 2017, Xi Jinping (2020a) esclareceu que apesar de a contradição principal ter evoluído, a China ainda se encontra no estágio primário do socialismo:

“Temos de reconhecer que a evolução do principal desafio que a sociedade chinesa enfrenta não altera a nossa avaliação da atual fase do socialismo na China. A dimensão básica do contexto chinês - o facto de o nosso país ainda se encontrar e permanecer por muito tempo na fase primária do socialismo - não mudou.” (Xi Jinping, 2020a, p.13).

Neste aspeto, Xi Jinping (2020a) esteira o caminho traçado por Deng Xiaoping (1994) quanto à atual fase de desenvolvimento do país. No entanto, num artigo publicado na revista oficial do PCC, *Qiushi*, Xi Jinping (2021) abordou o tema novamente. Embora reitere o entendimento faseado herdado de Deng Xiaoping (1994), na prática, Xi Jinping (202) desafiou a proposta segundo a qual a fase preliminar do socialismo duraria séculos. Tal como refere Xi Jinping (2021): “A nova fase de desenvolvimento em que nos encontramos atualmente é apenas uma parte da fase primária do socialismo, mas, graças a muitas décadas de trabalho árduo, é um período que marca um novo ponto de partida para nós.”(parágrafo.6). Xi Jinping (2021) acredita que a China atual disfruta de uma “sólida fundação material”(parágrafo.6) para realizar a transformação para um país socialista moderno. Tal como aponta Kevin Rudd (2022b, p.3), Xi Jinping (2021) efetivamente desafiou a conceção centenária dengista, entendendo que a transição pode e deve ser feita, de forma mais acelerada para uma fase mais avançada do socialismo chinês.

A influência desta nova interpretação não se tardou em manifestar. Durante o seu mandato, os académicos chineses reinterpretaram o conceito como um processo histórico com um século de duração, que consiste na transição de um país como uma base material pobre, para um grande país socialista e moderno (Hu et al., 2021, p.32). Este objetivo consiste essencialmente em transformar a China num país totalmente desenvolvido. A referida fase, é divide-se em duas partes: a primeira é descrita como o período de construção socialista, com o referido desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização da China (Hu et al., 2021, pp.31-39). A segunda parte representa os 20 anos de rápido crescimento económico, bem como os próximos trinta anos de menor, mas constante crescimento económico. Durante os primeiros 20 anos, a China alcançaria uma “sociedade moderadamente próspera” (“*xiǎokāng*”) e nas três décadas seguintes, cumpriria o objetivo da modernização socialista (Hu et al., 2021, p.31). De acordo com Ding Lu (2020, pp. 203-207), os “Dois Objetivos Centenários” encontram-se no

centro do planeamento económico chinês a longo prazo, bem como na sua agenda macroeconómica. O primeiro objetivo, atingir uma sociedade “*xiǎokāng*”, será alcançado no centenário da fundação do PCC em 2021. Efetivamente, Xi Jinping declarou oficialmente em 2021 que o referido modelo de uma sociedade “*xiǎokāng*”, tinha sido alcançado (Cong, W & Jei, T., 2021). O segundo objetivo é completar o processo da modernização socialista, através do qual a China ascenderá ao estatuto de um país desenvolvido por volta do ano 2049 (Ding Lu, 2020, pp. 203-207). Nesta matéria, Xi alterou o consenso que vigorava desde 1987 e propõe uma evolução mais acelerada do socialismo chinês. Esta visão de uma transição mais acelerada ficou clara com estas declarações de Xi em 2021. Tendo completado o primeiro objetivo centenário, Xi procede em direção ao segundo: a construção de um “grande país socialista” em 2049 (Hu et al., 2021, p.45). Isto não significa que Xi pretende alcançar o comunismo pleno ou “*dàtóng*”, visto que este modelo social ainda se encontra num futuro distante e não constitui um objetivo do seu mandato. Xi fala sobretudo de “*xiǎokāng*” e não de “*dàtóng*”, precisamente por este motivo. Concluindo, Xi deseja uma transição mais acelerada, mas mantém a visão gradual e faseada de Deng Xiaoping.

CAPÍTULO 6: A Contradição Principal do Pensamento de Xi Jinping

6.1- A Contradição Principal de 2017:

A Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung postula que o desenvolvimento de todos os fenómenos e processos observáveis, é determinado pelas contradições internas desses processos e especialmente pela respetiva contradição principal. A identificação de uma nova contradição principal é sempre um evento de particular importância para o PCC, marcando o início de uma nova fase de desenvolvimento socioeconómico da China (Boer, 2021, p.77). Xi Jinping (2020a, p.1) Jinping esclareceu no 19.º Congresso em 2017, no qual anunciou a atual contradição principal, que a China entrou numa “nova era”. Shigong (2018/2019, pp.8-9) refere que cada uma das três fases de desenvolvimento da China foram marcadas por uma contradição principal específica e por prioridades distintas. A primeira fase ocorreu com Mao Tsé-Tung, durante a qual China se tornou independente. Com Deng Xiaoping, a China passou para uma fase de enriquecimento e com Xi Jinping passará a ser um país forte e poderoso. Esta segmentação da história da China comunista é um tema comum entre os académicos marxistas chineses e é uma consequência direta da sua mundivisão coletiva baseada no materialismo dialético, materialismo histórico, e na separação da história em diferentes estágios de desenvolvimento. A evolução das contradições principais e o seu papel determinante no que toca ao rumo das políticas do partido comunista, é uma prova evidente de que a filosofia marxista ainda é extremamente relevante no mandato de Xi Jinping (Boer, 2021, pp.77-79). Uma nova contradição principal sinaliza não apenas uma nova fase, mas também uma correspondente alteração das prioridades políticas, económicas e sociais chinesas. Este ponto é facilmente provado mediante uma breve análise das prioridades da segunda contradição principal de 1981: elevar o nível de vida da população através do desenvolvimento e libertação das forças

produtivas. Na nova contradição principal de Xi, estas são distintas: resolver os problemas de 40 anos de crescimento económico, satisfazer as crescentes necessidades do povo chinês e resolver a contradição entre relações de produção e forças produtivas.

Foi em 2017, durante o 19.º Congresso do PCC, que Xi Jinping revelou quais seriam as principais características, desafios e a contradição principal da “nova era”. Num discurso durante o referido congresso, Xi Jinping (2020a) declarou que a contradição principal da China evoluiu: “O que enfrentamos atualmente é o fosso entre um desenvolvimento desequilibrado e inadequado e a expectativa cada vez maior das pessoas por uma vida melhor.”(p.12). Ao analisarmos as declarações de Xi Jinping, é essencial recordar a estrutura comum a todas as contradições principais: todas partilham um foco nas forças de produção e nas necessidades do povo chinês, na relação entre forças e relações de produção e uma correspondente alteração das prioridades socioeconómicas do PCC (Boer, 2021, p.76). Em termos das forças produtivas, estas progrediram da ausência de forças produtivas em 1956, para forças produtivas atrasadas em 1981 e finalmente para um desenvolvimento inadequado e desequilibrado em 2017. No que toca às necessidades do povo, estas evoluíram de necessidades materiais e culturais em 1981, para a necessidade de uma vida melhor em 2017, que engloba necessidades políticas, materiais, públicas, culturais e ambientais. Tendo em conta a importância do conceito de contradição principal para a tradição marxista chinesa, é necessário analisar o conteúdo, significado e implicações da contradição principal da “nova era” de Xi Jinping. Por outras palavras, é necessário descodificar o entendimento de Xi da contradição principal de 2017. Tendo em conta que o foco das contradições principais é sempre nos aspetos económicos e materiais da China, a primeira alteração é necessariamente elaborada nesses termos. De entre as alterações introduzidas pela nova contradição principal, existem duas que devem ser consideradas como essenciais. A primeira é a contradição entre as forças produtivas e as necessidades do povo chinês e a segunda, é a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

6.2- Forças Produtivas e as Necessidades do Povo Chinês:

A primeira alteração prende-se com a relação entre as necessidades do povo chinês e o atual estado das forças produtivas. No que toca às necessidades do povo chinês, estas evoluíram das suas necessidades culturais e materiais (básicas) na era de Deng, para a necessidade de uma vida melhor. No que toca às forças produtivas, estas evoluíram de forças produtivas atrasadas na contradição de 1981, para desenvolvimento desequilibrado e inadequado na contradição de 2017. Ou seja, durante a era de Deng Xiaoping, a prioridade era assegurar as necessidades básicas da população através do desenvolvimento das forças produtivas (Zhou, 2022, p.147). O PCC obteve enorme sucesso nessa missão: a economia cresceu mais de 9% ao ano entre 1978 e 2010 e levantou centenas de milhões de pessoas da pobreza (The World Bank & Council, D. R. C. S. 2022, p.1). Esta subida do nível de vida assegurou as necessidades básicas da população, garantindo habitação, emprego, alimentação e outras necessidades (Wei, 2018, p.9). No fim deste processo, a China entrou numa fase de transição de uma economia baseada em manufatura e indústria exportadora, para uma economia de consumo modernizada baseada em serviços (Wei, 2018, pp.9-10). No entanto, o rápido crescimento económico criou também outras contradições e desafios como corrupção, desigualdade económica, falta de confiança no sistema socialista e no PCC por parte da população e profundas disparidades regionais (Boer, 2021, p.93). Em termos marxistas, o foco das últimas quatro décadas no desenvolvimento das forças produtivas acabou por criar contradições entre estas e as relações de produção.

Os novos desafios, combinados com a satisfação generalizada das necessidades básicas da população, bem como o seu enriquecimento, criaram uma sociedade mais exigente e com desejos mais complexos e variados. Em suma, vendo as suas necessidades materiais básicas largamente asseguradas, os cidadãos da República Popular da China começaram a dar

importância a outros aspetos das suas vidas e a necessidades materiais mais sofisticadas, como o desejo por produtos não essenciais e bens de luxo. A melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento das contradições acima referidas, conduziram a uma alteração das necessidades do povo chinês. Estas não envolvem apenas necessidades básicas, mas também outros confortos e bens de luxo que se encontravam além do seu poder de compra nas décadas anteriores. A contradição entre as necessidades do povo e as forças produtivas traduz-se no seguinte problema: o atual estado das forças produtivas chinesas não consegue satisfazer as crescentes necessidades do povo (Boer, 2021, p.93). Embora a produtividade nacional tenha aumentado consideravelmente, esta não é capaz de acompanhar as novas necessidades do povo para uma vida melhor. Tal análise poder parecer vaga, mas serve para ilustrar o problema em termos gerais. No entanto, não oferece uma descrição detalhada da questão em causa. Em que consiste concretamente a disparidade entre estes dois elementos?

A subida do nível de vida assegurou largamente as necessidades básicas da população (roupa, comida, alojamento, energia, etc.) e resolveu a escassez dos bens essenciais (Wei, 2018, p.8). Durante este período, a China tornou-se o maior país em desenvolvimento do mundo e no maior fabricante global. No entanto, o país encontra-se na transição de uma economia industrial de exportação, focada na venda massiva de produtos acessíveis, para uma economia consumidora, inovadora e desenvolvida (Wei, 2018, pp.8-12). Esta transição é descrita por académicos marxistas chineses como a transição de “crescimento de alta velocidade para um desenvolvimento de alta qualidade” (Bei, 2018, pp.10-12). Ou seja, uma transição para uma economia baseada em taxas de crescimento menores, consumo interno e inovação tecnológica (Heng, 2018, pp.177-179). Os cidadãos chineses estão mais ricos do que nunca e desejam bens mais sofisticados, de luxo e de alta patente que provêm de mercados estrangeiros, resultando no desvio do poder de compra desses cidadãos para outros mercados. Essencialmente, Xi quer que a nova classe média e alta da China consuma produtos chineses. Esta orientação, pode ser

vista como uma espécie de consumismo nacionalista: os cidadãos chineses devem apoiar o crescimento do mercado nacional e a sua inovação, através da compra de produtos de luxo nacionais. Isto significa que os bens de luxo e serviços chineses, não são de quantidade ou qualidade suficientes para satisfazer as novas necessidades do povo, criando um desequilíbrio entre oferta e procura destes bens no mercado nacional (Wei, 2018, p.11). Xi Jinping (2020^a, p.219) e o PCC querem redirecionar esse poder de compra para o mercado interno, sendo esse o motivo para promover “desenvolvimento de alta qualidade”.

Em que consiste o “desenvolvimento de alta qualidade” desejado por Xi Jinping (2020a)? A resposta pode ser encontrada no 14.º Plano Quinquenal para 2025 promulgado pelo PCC e que será analisado através de um relatório do *Asian Development Bank* (A. D. B. 2021). Em primeiro lugar, o PCC não delineou qualquer meta para o crescimento do PIB chinês, ao contrário de planos quinquenais anteriores (A. D. B. 2021, p.2). Ou seja, é evidente que para Xi puro crescimento já não é a mesma prioridade que antes, o foco deve ser a inovação tecnológica e industrial da China. O plano coloca grande importância em medidas de incentivo e promoção da inovação do setor tecnológico chinês, especialmente em indústrias de tecnologias de ponta, tais como engenharia aeroespacial, inteligência artificial e semicondutores (A. D. B. 2021, p.3). Xi entende que a China deve desenvolver indústrias de luxo e da produção de bens não essenciais para satisfazer as novas necessidades da população e que a China se deve converter numa potência tecnológica. O seu plano económico não se foca em expandir a antiga indústria massiva e exportadora, mas sim em desenvolver as indústrias de alta qualidade. O plano quinquenal para 2015, também introduz um novo paradigma de desenvolvimento: “o paradigma da dupla circulação”(A. D. B. 2021, pp-3-6). Este envolve a expansão da procura interna através do fortalecimento das cadeias de fornecimento e oferta, apoiadas por inovação tecnológica nacional, políticas de apoio industrial e estímulos ao aumento do consumo interno (A. D. B. 2021, pp.5-6). Xi deseja que o novo modelo de

desenvolvimento se baseie menos em indústrias pesadas, estabelecendo um objetivo de aumento da percentagem do PIB detida por indústrias de alta patente e de tecnologias emergentes (carros elétricos, manufatura avançada, artigos eletrônicos de alta qualidade) de 11.5% do PIB em 2019, para mais de 17% em 2025 (A. D. B. 2021, p.3). Uma das grandes prioridades do 14.º Plano Quinquenal é o desenvolvimento sustentável e verde, fixando 8 metas a serem atingidas nesta matéria (A. D. B. 2021, p.6). Estas incluem a redução de emissões de carbono, medidas de controlo da qualidade da água e do ar e dos níveis de poluição. O plano foca-se ainda nas desigualdades entre os centros urbanos e rurais, no desenvolvimento de um setor agrícola sustentável, ecológico e modernizado e sistemas de apoio a migrantes rurais internos que procuram trabalho nos centros urbanos (A. D. B. 2021, p.4). Finalmente, o plano fixa uma série de metas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Estas incluem: crescimento dos salários, fomento das oportunidades de emprego, construção de um sistema nacional de educação de saúde universais de alta qualidade (A. D. B. 2021, p.7).

Estas são as características do “crescimento de alta qualidade” de Xi, cujo propósito é responder às necessidades de uma população muito mais afluyente, sofisticada e exigente. O desejo do povo chinês por bens materiais não essenciais e sofisticados é um dos principais componentes do seu desejo por uma vida melhor. Ao passo que os seus avós em 1979 apenas desejavam casas decentes, trabalho e a satisfação das suas necessidades básicas, os chineses da “nova era” desejam carros elétricos, televisões sofisticadas, computadores e outros bens. Como líder supremo do PCC e da China, Xi tem a obrigação de concretizar estas expectativas. No entanto, estas devem ser realizadas através do “desenvolvimento de alta qualidade” chinês e não pela constante importação de bens estrangeiros. Desta forma, Xi deseja que os chineses comprem carros topo de gama produzidos no mercado nacional e não os importados dos Estados Unidos da América ou da Alemanha. Esta evolução é a essência da nova relação dialética entre as novas necessidades do povo chinês e o atual estado das forças produtivas. É óbvio que um

dos objetivos de Xi, é desenvolver as forças produtivas, mas este desenvolvimento é bastante distinto do Deng Xiaoping, que promoveu uma industrialização rápida do país. Em contraste, Xi procura transformar a China numa grande potência de inovação tecnológica e num líder mundial em indústrias de alta qualidade e tecnologia. Ou seja, embora um dos principais focos seja o desenvolvimento das forças produtivas, este tem objetivos, características e particularidades distintas. Concluindo, embora a contradição principal de 2017 possa parecer semelhante à de Deng, apenas o é no sentido estrito da sua universalidade: em termos abstratos da relação dialética entre forças produtivas e as necessidades do povo chinês. No que toca à sua particularidade, a sua manifestação específica e concreta é bastante distinta do seu equivalente na contradição principal de 1981.

Antes de iniciar a análise da contradição entre forças e relações de produção, é necessário aprofundar a análise da alteração das necessidades do povo chinês. O motivo para tal análise são as enormes mudanças verificadas na sociedade chinesa nas últimas décadas, que alteraram consideravelmente as prioridades socioeconómicas do PCC. Os cidadãos chineses não desejam apenas uma vida melhor e termos estritamente materiais, mas também o desejo por “democracia, estado de direito, equidade, justiça, segurança e ambiente”(Xi Jinping, 2020, p.13). Anteriormente os objetivos económicos e em especial o aumento do PIB *per capita*, eram colocados como prioridade absoluta, devido à pobreza generalizada do povo chinês (Zhou, 2022, pp.146-149). Esta orientação, focada em crescimento económico e desenvolvimento das forças produtivas, foi uma consequência direta da contradição principal de 1981; cujo objetivo era elevar o nível de vida através da libertação e desenvolvimento das forças produtivas. Como foi referido, o PCC teve grande sucesso nas suas reformas, no entanto, os altos níveis de crescimento nas últimas décadas envolveram elevados custos sociais, ambientais e políticos. Entre os principais desafios encontram-se: a falta de condições de trabalho em numerosos setores da economia, corrupção endémica, a falta de segurança e de serviços de saúde pública,

a falta de confiança por parte da população, um distanciamento crescente entre o PCC e o povo chinês, elevados níveis de poluição, altos níveis de desigualdade económica e graves disparidades regionais (Boer, 2021, p.93). Em termos marxistas, o foco nas forças produtivas acabou por criar contradições entre as forças produtivas e as relações de produção (Boer, 2021, pp.93-97). Estes novos desafios, combinados com a satisfação generalizada das necessidades básicas da população e o seu enriquecimento material, levaram à multiplicação das necessidades das suas necessidades. Vendo as suas necessidades materiais largamente asseguradas, os cidadãos da República Popular começaram a dar importância a outros aspetos não materiais das suas vidas. Atualmente, o povo chinês é significativamente mais rico e próspero do que em qualquer período da sua história, mas enfrenta problemas como corrupção estatal, poluição ambiental, desigualdades económicas e sociais. Logo, é natural que tais questões sejam abordadas com relativa urgência para que as expectativas dos cidadãos sejam cumpridas pelo PCC e por Xi Jinping. É um desenvolvimento muito comum em países que atingem um certo nível de riqueza: tendo em conta que as suas necessidades básicas se encontram largamente asseguradas, as pessoas começam a prestar atenção e a dar valor a outros temas.

As novas exigências da população chinesa refletem uma sociedade muito diferente de décadas passadas. A sociedade chinesa é muito mais complexa, desenvolvida, heterogénea do que em décadas anteriores, com uma classe média de centenas de milhões de pessoas. Consequentemente, Xi Jinping alterou as suas prioridades com a nova contradição principal, quer para solucionar os novos desafios, quer para cumprir as expectativas da população chinesa quanto aos problemas em questão. Esta é a alteração no que toca às necessidades do povo chinês; necessidades essas que cresceram e multiplicaram-se consideravelmente desde 1981. Procederemos agora à análise dos desafios enfrentados por Xi no que toca às necessidades do povo chinês.

O primeiro destes desafios, são as profundas desigualdades económicas e sociais da China moderna. Ao longo de quarenta anos de crescimento económico, nem todos os cidadãos chineses beneficiaram igualmente do desenvolvimento do país. Este problema é uma das manifestações do desenvolvimento desequilibrado e inadequado da China. Por exemplo, entre 1978 e 2015 a percentagem da riqueza total concentrada nos 10% mais ricos subiu de 27% em 1978, para 41% em 2015 (Piketty, et al., 2019, p.2484). Por outro lado, a percentagem da riqueza nacional total concentrada nos 50% mais pobres da população desceu de 27% em 1978, para 15% em 2015 (Piketty, et al., 2019, p.2484). Tal como nota Yinxing Hong (2020, pp.260-261), os cidadãos chineses são mais ricos do que nunca, mas à medida que enriquecem as disparidades económicas e sociais aumentam de forma correspondente. A China é uma exceção em termos de desigualdade de rendimento em comparação com os seus vizinhos asiáticos: a Coreia do Sul e o Japão, desfrutaram de níveis relativamente altos de equidade, mas no caso chinês verifica-se o inverso (Wong, 2013, pp.46-48). O povo chinês vê essas desigualdades de forma extremamente negativa. Num país onde não vigoram instituições democráticas como imprensa livre, é muito difícil de obter dados científicos e objetivos acerca da opinião pública chinesa. No entanto, foi possível obter um vislumbre da dimensão deste descontentamento por meio de uma rara sondagem pelo jornal partidário *People's Daily* em 2010. Esta sondagem revelou que 91% de todos os envolvidos no inquérito, acreditavam que todas as famílias ricas tinham um passado político, ou seja, ligações ao PCC (Anderlini, 2010). Desta forma, não é de todo surpreendente que Xi Jinping se foque em agendas redistributivas e na redução das desigualdades sociais.

Juntamente com as desigualdades sociais, o problema da corrupção é provavelmente aquele que mais preocupa o PCC e Xi Jinping. De acordo com sondagens efetuadas entre 1999 e 2004 pelo partido comunista, a corrupção é das principais preocupações do público chinês: estas sondagens revelaram que a corrupção é ou o maior problema, ou o segundo maior problema

para os cidadãos chineses (Pei, 2007, 2007, p.2). Os níveis de corrupção na China são surpreendentes: segundo a *Transparency Internacional*, a China encontra-se no 87º lugar no seu *Corruption Perception Index* em 2022 (Transparency International, 2022). Para combater os elevados níveis de corrupção, Xi realizou uma enorme campanha contra a corrupção em 2012. Desde o começo dessa campanha, os números de casos oficiais de corrupção registados subiram de 173.186 em 2013 para 638.000 em 2018 (Statista, 2023a). A escala da campanha purificadora e purgatória de Xi não encontra precedentes na história do PCC e revela a enorme dimensão do problema. Minxin Pei (2007, pp.4-6), cientista político sino-americano, refere que a corrupção apenas se tornou mais entrincheirada e aguda desde a época das reformas económicas, especialmente nos setores onde o estado e o partido detêm mais influência. No que toca às perdas financeiras, Pei (2007, p.3) estima que em termos de prejuízo direto, a corrupção envolve valores em torno de 87 biliões (mil milhões) de dólares por ano e que os seus custos indiretos são incalculáveis.

Outro problema considerável da atual contradição principal, são as exigências ambientais do povo chinês. A situação ambiental na China é grave: os vastos e acelerados programas de desenvolvimento económico destruíram vastas parcelas de terra arável, poluíram as águas fluviais e causaram uma deterioração na qualidade de vida. A poluição do ar é um enorme problema: mais de dois milhões de pessoas por ano morrem devido à poluição aérea na China (World Health Organization, 2023, parágrafo.2). Outro problema de enormes dimensões, é a desertificação do território chinês: em 2019, cerca de 27.4% do território chinês encontrava-se desertificado, afetando as vidas de cerca de 400 milhões de pessoas (Petri, 2017, parágrafo.6). Para dar resposta às preocupações e exigências populares para resolver a grave deterioração ambiental da China, Xi Jinping (2020a, p.290) desenvolveu o conceito de “civilização ecológica” e promete um modelo de desenvolvimento “verde” e ecológico.

No que toca às desigualdades económicas da sociedade chinesa, estas constituem uma das mais altas prioridades socioeconómicas do PCC, tal como apontam Boer (2021, p.129), Zhou (2022, pp.146-149) e Wong (2013, pp.51-52). O atual Presidente da República Popular da China subscreve este entendimento:

“No trabalho sobre o bem-estar público, há ainda muitos domínios em que somos insuficientes, e a redução da pobreza continua a ser uma tarefa formidável. Continuam a existir grandes disparidades de desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas, entre regiões e na distribuição do rendimento; e a nossa população enfrenta muitas dificuldades no emprego, nos cuidados de saúde, na habitação e nos cuidados aos idosos.”(Xi Jinping, 2020a, pp.10-11).

Para combater estas desigualdades, o PCC promove uma série de iniciativas e projetos para alcançar “prosperidade comum”, refletindo a necessidade de atenuar as disparidades por meio de medidas redistributivas. Quanto ao termo “prosperidade comum”, é uma forma de o PCC comunicar ao povo o seu desejo de reduzir essas desigualdades e de evidenciar as suas credenciais socialistas. No entanto, também se encontra relacionado com o modelo social “*xiǎokāng*” de uma “sociedade moderadamente próspera”.

Num discurso acerca do novo modelo de desenvolvimento, durante o 10.º Encontro do Comité Central para Assuntos Económicos e Financeiros em agosto de 2021, Xi Jinping (2022a) enumerou uma série de princípios fundamentais da sua nova orientação redistributiva. O princípio mais significativo é “defender o nosso sistema económico básico” (Xi Jinping, 2022a, parágrafo.9). Este princípio prevê não apenas a consolidação do setor público, mas que este deve também “guiar” o desenvolvimento do setor privado (Jinping, 2022a, parágrafo.9). A principal característica deste princípio, é a supremacia do setor público, que Xi Jinping (2022a) vê como um requisito essencial para atingir os seus objetivos económicos, políticos e sociais. Na interpretação de Xi Jinping (2022a) o papel central do estado e do setor público é essencial

para ajudar os mais desfavorecidos. O terceiro é “dar o nosso melhor dentro das nossas possibilidades” (Xi Jinping, 2022a, parágrafo.10). Este princípio significa que todos os projetos económicos devem ser realizados gradualmente com uma perspectiva a longo prazo. Outros pilares importantes são a expansão do “grupo de rendimento médio” (classe média chinesa) e acesso generalizado da população aos serviços públicos (Jinping, 2022a, parágrafo.9). No entanto, um dos mais proeminentes é: “Adotaremos medidas mais rigorosas para regular os rendimentos elevados.” (Jinping, 2022a, parágrafo.15). Ou seja, é necessário reformar o sistema tributário mediante regulação mais intensa e impostos mais pesados sobre as classes altas. Um aspeto curioso desde princípio, é o facto de Xi não elaborar muito acerca da forma que essa tributação deve assumir ou como será implementada; nem no referido discurso, nem em outros artigos ou trabalhos escritos da sua autoria. Apenas reafirma a necessidade de maior regulação financeira e tributária dos salários mais elevados e dos grandes lucros empresariais (Jinping, 2022a, parágrafo.15-16). Essencialmente, é uma forma de assegurar a população chinesa de que o partido não é indiferente a estes problemas e está a tomar medidas para os solucionar. O último princípio foca-se nas enormes disparidades regionais da China, sobretudo entre as províncias costeiras e as do interior do país (Xi Jinping, 2022a, parágrafo.18-19). Por exemplo, a província de Xangai exibiu um PIB per capita de 26,747 dólares em 2022 (Statista, 2023b), comparável ao PIB espanhol de 29,799 (Statista, 2023c). Em contraste, a província de Henan (relativamente próxima a Xangai) apresenta um PIB per capita de apenas 9,233 dólares (Statista, 2023b). Para combater estas disparidades, Xi Jinping (2022a, parágrafo.18-19) criou a “Estratégia de Revitalização Rural” em 2017, visando desenvolver o interior do país e aliviar a disparidade entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. De acordo com Zhou (2022, p.147), estas diferenças regionais constituem um dos principais obstáculos à satisfação das crescentes necessidades do povo chinês para uma vida melhor.

6.3- Forças Produtivas e Relações de Produção:

A segunda grande dinâmica da contradição principal de Xi, é a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Neste caso, a dicotomia entre ambos envolve: libertar e desenvolver as forças produtivas (liberalização e crescimento económico) e relações de produção, nas quais o estado é mais dominante. A relação entre a libertação e desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção é um tema constante na doutrina marxista chinesa. Tal como refere Hong (2022, pp.136-137), existem dois objetivos do Socialismo com Características Chinesas na “nova era” de Xi Jinping: libertação e desenvolvimento das forças produtivas e “prosperidade comum”.

Antes de analisar a economia política de Xi Jinping, é importante proceder a uma breve investigação da sua abordagem teórica da contradição entre forças e relações de produção. Mais uma vez, Boer (2021) oferece uma análise compreensiva e profunda da questão. Na sua análise da questão, Boer (2021) faz uso de um discurso de Xi Jinping (2020b, cit. por Boer, 2021, p.275) que ainda não foi traduzido para outras línguas. No entanto, através do seu domínio do idioma mandarim, Boer (2021) desvenda o entendimento pessoal de Xi Jinping (2020b, cit. por Boer, 2021, p.275) quanto a esta problemática. O referido discurso contém uma análise de Xi Jinping da contradição entre forças e relações de produção (2020b, cit. por Boer, 2021, p.282), de acordo com a qual, as forças produtivas são o fator determinante das condições sociais. Ou seja, é necessário desenvolver as forças produtivas, e como herdeiro da metodologia dialética de Marx, Engels e Mao Tsé-Tung, Xi Jinping (2020b, pp.2-3 cit. por Boer, 2021) reitera a importância desta contradição. No entanto, Xi Jinping (2020b, p.4 cit. por Boer, 2021) afirma que a China se encontra no estágio primário do socialismo. Como foi anteriormente referido, o principal objetivo nesta fase, é desenvolver e libertar as forças produtiva e Xi Jinping defende que é necessário mais desenvolvimento e libertação. O que acontece então às relações de

produção? O atual Presidente da China responde da seguinte forma: “a propriedade dos meios de produção é o centro das relações de produção” (Xi, 2020b, p.4, cit. por Boer, 2021). Neste momento, é necessário recordar a dicotomia entre os termos “*tǐzhì*” e “*zhìdù*”, que designam respetivamente uma forma institucional económica abstrata e universal (livre mercado/setor privado ou economia de planeamento central/ setor público) e um sistema económico básico específico (sistema socialista ou capitalista) através do qual um “*tǐzhì*” se manifesta de forma concreta e específica. Ou seja, a natureza das relações de produção determina se uma sociedade é ou não capitalista: se o setor privado domina, então é uma sociedade capitalista em termos de “*zhìdù*”; mas se o setor público é o elemento dominante, então verifica-se um sistema económico básico de carácter socialista (Boer, 2021, p.283). Voltamos finalmente ao tema da economia de mercado socialista: por que motivo é que os marxistas chineses permitem a existência de um setor privado? Porque a China se encontra no estágio primário do socialismo, cujo objetivo é desenvolver as forças produtivas e durante o qual vigora a economia de mercado socialista, que permite a existência subordinada de outros setores (Boer, 2021, p.283). Será que Xi colocou as relações de produção no topo das suas prioridades? A resposta de Boer (2021, p.284) é negativa: as relações de produção não são a prioridade do PCC na era de Xi Jinping. Com que se prende então a análise dialética de Xi Jinping? Para obter uma resposta, é necessário recordar os desenvolvimentos verificados na economia de mercado socialista no mandato de Jiang Zemin. Como foi referido anteriormente, foi durante a década de 1990 que o papel central do setor público começou a perder peso e a sofrer erosão devido à expansão exponencial do setor privado (Boer, 2021, p.93). Este processo continuou com Hu Jintao, colocando em perigo a dinâmica da economia de mercado socialista e sobretudo, o controlo do PCC sobre todo o sistema chinês. O crescimento do setor privado, o surgimento de multinacionais chinesas e a crescente liberalização económica, diminuíram o papel do setor público. São precisamente estes

problemas que Xi pretende resolver através da restauração da posição do setor público. Xi não deixa muita margem para dúvidas quanto à primazia do setor público:

“temos de ser extremamente claros que o sistema económico de base da nossa nação é um pilar importante do sistema socialista chinês e a base da economia socialista de mercado, pelo que o papel dominante da propriedade pública e o papel de liderança do sector estatal não devem mudar.” (Xi Jinping, 2020, p.4 cit. por Boer, 2021, pp.283-284).

O Pensamento de Xi Jinping não alterou o foco da contradição para as relações de produção. Tal como foi referido, Xi entende que a China ainda se encontra na fase primária do socialismo, onde a tarefa principal é desenvolver as forças produtivas. No entanto, refere também que o setor público deve ser o elemento central de todo o sistema. Na verdade, a conclusão segundo a qual Xi alterou o foco para as relações de produção é tão errada como é simplista, visto que a realidade é muito mais complexa do que uma simples escolha entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Embora Xi coloque importância acrescida nas relações de produção, a questão centra-se não nas primeiras, mas sim na forma como as forças produtivas devem ser desenvolvidas: através do setor público. Este ponto ficará claro com a conclusão da presente análise. Segundo Lardy (2019, pp.19-22), Xi entende que é necessário que o PCC controle a economia chinesa através da supremacia reforçada do setor público sobre outros elementos da economia, tal como indica o 13.º Plano Quinquenal de 2016 a 2020. De acordo com este plano, a administração de Xi ordenou que um certo grupo de empresas públicas fossem reforçadas e consolidadas por via de elevados investimentos estatais, precisamente para assegurar a supremacia do setor público e o seu domínio e controlo sobre os outros setores da economia chinesa. Segundo a análise de Lardy (2019, p.19), estes desenvolvimentos representam uma alteração importante: no plano económico de Xi, o estado chinês deve exercer controlo absoluto (superior a 50% das ações) sobre empresas em vários setores cruciais da economia. Outro indicador importante da visão centralista de Xi, são os níveis de investimento

do governo na económica chinesa. Tal como refere Lardy (2019): “... a partir de 2012 e até 2015, o ritmo do investimento privado abrandou acentuadamente, passando a ser apenas 1,3 vezes superior ao do investimento estatal, e em 2016 caiu para um nível muito inferior ao do investimento estatal.”(p.21). Estas medidas sinalizam que Xi Jinping pretende implementar um modelo de desenvolvimento no qual o setor público é o principal motor de inovação tecnológica e crescimento económico. Ou seja, Xi deseja recentrar o modelo económico em torno do setor público. No entanto, esta orientação estatista não envolve apenas na reposição do setor público como o elemento principal da economia de mercado socialista, mas também numa inovação relativamente aos seus precedentes. No Pensamento de Xi Jinping, o setor público é o novo motor da inovação tecnológica, do “desenvolvimento de alta qualidade” e do crescimento económico chinês na “nova era”.

Em comparação com os seus dois antecessores reformistas e com Deng Xiaoping, Xi Jinping coloca uma importância acrescida no papel do setor público em fomentar o desenvolvimento económico e tecnológico da China. Tal como conclui Rudd (2022a, pp.52-53), na visão ideológica de Xi Jinping, o controlo do estado e do PCC sobre a economia é mais importante do que puro crescimento económico. As recentes medidas não se limitam a colocar novamente o estado e o partido no centro da economia chinesa: têm exibido um carácter hostil contra vários setores da economia chinesa, sobretudo grandes multinacionais. Em 2021, a filial financeira da empresa *Alibaba*, liderada pelo bilionário Jack Ma, foi multada no valor de 3 biliões (mil milhões) de dólares por “comportamento monopolístico” (Rudd, 2022, p.51). A esta medida punitiva, acrescentou-se o desaparecimento de Jack Ma, que não foi visto durante 3 meses após a sua detenção (Yong, 2023). Antes do seu desaparecimento, Jack Ma tinha tecido duras criticado às políticas regulatórias do estado chinês (Toh, 2023), que foram interpretadas como um desafio direto à autoridade do PCC. No entanto, as declarações de Jack Ma foram provavelmente usadas como pretexto para Xi agir contra o bilionário chinês e contra o setor

privado na sua totalidade. Esta ocasião também permitiu a Xi enviar a sua mensagem de forma clara ao resto das elites financeiras chinesas. Essa mensagem é a seguinte: ninguém está acima do partido e todos têm de obedecer aos seus desejos e à nova ortodoxia de Xi Jinping. Com efeito, Xi vai mais longe do que atacar bilionários que desafiam as suas políticas: as empresas privadas são agora obrigadas a promover o Pensamento de Xi Jinping aos seus membros e trabalhadores e a reservar vagas executivas para membros e agentes do PCC (Koss, 2021, p.224). Esta penetração do partido no setor privado não é uma novidade, tendo em conta que já se verificava durante o mandato de Jiang Zemin (Koss, 2021, pp.226-229). No entanto, o nível de controlo do PCC sobre as firmas privadas aumentou significativamente: em 2003 apenas 6% de todas as empresas privadas tinham células do PCC na sua estrutura, mas esse número subiu para 21% em 2010 e finalmente para 73% em 2017 (Koss, 2021, p.229).

No mesmo ano que Jack Ma foi punido pelo PCC, o estado chinês iniciou uma série de aquisições de ações de várias empresas chinesas, tais como *Weibo*, *ByteDance* e outras (Rudd, 2022, p.51). Novas regulações foram introduzidas pelo Conselho de Estado da China em agosto de 2021, aumentando o nível de controlo sobre as multinacionais sediadas no país. Para todos os efeitos práticos, estas regulações colocaram todas as empresas chinesas de telecomunicações, energia, transportes, serviços financeiros e de defesa debaixo de severo escrutínio governamental e duras medidas de cyber segurança (Rudd, 2022, p.51). A campanha regulatória de Xi Jinping e as severas punições aplicadas às empresas privadas resultaram em perdas de cerca 1,1 triliões de dólares no setor tecnológico (Rudd, 2022, p.52). É importante realçar que este valor apenas inclui as perdas registadas entre as seis maiores empresas chinesas do setor tecnológico e não as perdas totais que resultaram destas medidas (Rudd, 2022, p.52).

Esta mudança de curso por Xi é uma demonstração clara da nova economia política marxista do PCC. Xi não deseja perder o controlo do processo de modernização do país para o setor

privado, mas é simultaneamente necessário continuar esse processo através do desenvolvimento das forças produtivas. Embora Xi Jinping (2020a, p.31) entenda que o desenvolvimento das forças produtivas é um elemento central do seu mandato, a forma como estas devem ser desenvolvidas difere consideravelmente do modelo de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao. Os seus antecessores expandiram o setor privado, mas Xi não apenas o atacou, como deu prioridade inequívoca ao setor público e ao controlo do PCC sobre a economia. Kevin Rudd (2022b, p.3) afirma que Xi Jinping perdeu progressivamente confiança nas políticas de liberalização económica depois da crise financeira de 2008 e da crise financeira chinesa de 2015, terminando assim a era de reforma económica. e estabeleceu uma nova ortodoxia económica caracterizada por uma mudança “para a esquerda marxista” (Rudd, 2022, p.1). Esta mudança é marcada pelo abandono do crescimento económico enquanto principal objetivo do PCC, por uma agenda redistributiva, por maior intervenção estatal e pelo fortalecimento do setor público. Este é o novo rumo da política económica e social do PCC, marcado por níveis consideravelmente mais elevados de intervenção estatal e por um controlo muito mais severo e rígido de toda a atividade económica. Resumindo, na escolha entre liberalização e crescimento económico e mais controlo do estado, Xi Jinping entende que o segundo deve ser priorizado (Rudd, 2022, p.6).

6.4- Motivos para o Aumento do Controlo Estatal e Partidário:

Existem vários motivos pelos quais Xi Jinping decidiu reverter a tendência descentralizadora orientada para o livre-mercado. Entre elas encontra-se a necessidade de solucionar os problemas causados pelo rápido crescimento económico. Segundo Xi, estes problemas apenas podem ser resolvidos mediante intervenção estatal e sobretudo partidária, na economia e na sociedade. O

segundo é a sua progressiva perda de confiança no livre-mercado devido a eventos recentes como a crise mundial de 2008 e a crise chinesa de 2015. Existem ainda duas questões fulcrais para o aumento do controlo sobre a economia e para o seu reforço do setor público: o receio da independência do setor privado e a transição de uma economia de serviços para uma economia baseada em inovação e consumo interno.

A questão do setor privado prende-se com o nível de controlo desejado pelo partido comunista e por Xi Jinping. Durante a era de desenvolvimento económico de Jiang Zemin e Hu Jintao, o partido permitiu o crescimento e desenvolvimento do setor privado. No entanto, esta liberalização causou a erosão do papel predominante do setor público. A perda da proeminência do setor público para o privado, colocou em perigo não apenas a principal característica da economia de mercado socialista, como também envolvia o risco do PCC perder o controlo sobre o desenvolvimento económico do país. Ou seja, a liberalização económica chinesa é limitada pela necessidade do PCC de manter um nível de controlo confortável sobre a economia. No entanto, a sua estratégia não é necessariamente substituir o setor privado com o público e socializar os meios de produção. A prioridade principal não são as relações de produção em si, mas a necessidade de assegurar a supremacia e controlo do PCC e perpetuação do sistema político leninista. Ou seja, se o setor privado “dirigido” pelo setor público for suficiente para assegurar o controlo do PCC, então assim será. No entanto, Xi provou os limites da sua tolerância em casos como o de Jack Ma. Tal como sugere esse exemplo, essa tolerância parece ser consideravelmente mais limitada do que a de líderes anteriores. Xi tolera as empresas privadas e o seu sucesso, mas apenas se estas obedecerem às suas crescentes exigências políticas, ideológicas e económicas (Tsnag & Cheung, 2022, p.232). Por outras palavras, Xi não está a alterar o foco para as relações de produção, mas a nova proeminência do setor público e o seu papel em liderar a inovação tecnológica e o crescimento económico, revela o verdadeiro foco de Xi Jinping neste tema. O seu objetivo central é desenvolver as forças produtivas, mas

a derradeira questão é como estas devem ser desenvolvidas. O setor público é essencial para concretizar esta tarefa, precisamente por ser controlado pelo partido: as forças produtivas devem ser desenvolvidas pelo setor dominado pelo estado para que o partido possa manter o controlo do desenvolvimento económico do país. Se a liberalização económica de Jiang Zemin e Hu Jintao não fosse revertida, Xi correria não apenas o risco de aprofundar ainda mais as contradições analisadas na secção anterior, como em diminuir o controlo do PCC sobre todo o sistema e colocar em causa a economia de mercado socialista.

Embora a erosão da autoridade do PCC seja um dos principais motivos para a nova orientação intervencionista, estatista e controladora de Xi Jinping, existe ainda outra razão para estas alterações. O motivo prende-se com a atual transição económica da China de uma economia exportadora e industrial – “a fábrica do mundo”- para uma economia desenvolvida. Este processo ocorreu em vários países do Extremo Oriente como o Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Nestes casos, a referida transição foi ou concretizada por governos democráticos, como aconteceu no Japão, ou levou à democratização do sistema político, como aconteceu na Coreia do Sul e Taiwan. Neste aspeto, a China não é apenas um caso relativamente tardio, mas também excecional no que toca ao seu sistema político e desenvolvimento económico e social. Ao comparar o percurso do crescimento económico chinês com o dos seus vizinhos asiáticos, é possível observar a alteração do papel do estado na economia e a resposta do PCC. Neste aspeto, a análise de Naughton (2018) do modelo económico de Xi Jinping é particularmente elucidativa. No seu estudo, é possível observar os padrões de desenvolvimento da China e dos seus vizinhos asiáticos, onde estes são semelhantes e em que pontos divergem. Naughton (2018, pp.27-28) argumenta que um dos maiores desafios económicos enfrentados por Xi Jinping, é o fim da era das altas taxas de crescimento económico de 10% ao ano que decorreu entre 1978 e 2010. Com efeito, desde a década passada que o crescimento tem desacelerado consideravelmente, caindo para 6.7% em 2016 (Naughton, 2018, pp.27-28). Esta

desaceleração não é um fenómeno temporário ou passageiro, mas sim o produto de uma transição socioeconómica a longo prazo que já ocorreu em outros países asiáticos como Taiwan, Coreia do Sul e Japão durante a segunda metade do século XX Naughton (2018, p.28). No caso sul-coreano, por exemplo, a ascensão dos conglomerados empresariais como a Samsung são casos emblemáticos dessa transição.

Tal como nota Naughton (2018, p.28), os casos asiáticos nos quais essa transição ocorreu seguem um padrão comum: em todas as economias asiáticas acima referidas, o processo transitório constituiu um período extremamente difícil de gerir e de controlar e a China não é uma exceção neste aspeto. Durante a época de rápido crescimento, Naughton (2018) refere que apesar da sua dimensão populacional, geográfica e do sistema político, que a distingue da maioria dos seus vizinhos asiáticos, o curso das políticas económicas chinesas permaneceu dentro dos padrões da região (Naughton, 2018, p.32). O PCC retirou-se de muitos aspetos da vida pública e da sociedade chinesa, dando espaço suficiente para impulsionar o desenvolvimento económico do país. Estas medidas implicaram a descentralização do poder e controlo do partido, mas eram necessárias para que a China crescesse 10% ao ano (Naughton, 2018, p.32). Com o fim da época de “crescimento milagroso” e o início da transição acima descrita, Xi Jinping alterou significativamente a posição do partido comunista e desviou-se dos seus vizinhos asiáticos, centralizado o poder e revertendo a liberalização económica (Naughton, 2018, pp.32-33). Naughton (2018) contextualiza o rumo das políticas de Xi da seguinte forma: “De certa forma, as políticas de Xi podem ser vistas como o oposto das adotadas no Japão ou na Coreia, mas por razões estruturalmente semelhantes.”(Naughton, 2018, p.33).

Na Coreia do Sul e no Japão, os governos não procuraram implementar medidas altamente intervencionistas, mas sim em oferecer apoio técnico e financeiro às suas empresas por meio de programas de assistência financeira (Naughton, 2018, p.32). Estas medidas não foram

acompanhadas de um estado japonês ou coreano que estabelecia os termos segundo os quais as empresas devem investir ou atuar. Na China de Xi Jinping verifica-se um estado intervencionista e controlador contrária à regra geral asiática. Outra diferença, é que estas alterações foram acompanhadas de democratizações na Coreia do Sul e em Taiwan e o desenvolvimento de sociedades pluralistas. Neste aspeto, a China de Xi Jinping regista um processo inverso: níveis crescentes de intervenção estatal, crescente autoritarismo, governo personalista centrado na pessoa de Xi Jinping e campanhas ideológicas no seio da sociedade chinesa. O problema é que o PCC tem muito menos espaço de manobra que, por exemplo, o regime democrático japonês. Embora a crise económica japonesa da década de 1990 tenha sido ruínosa, não causou a queda da democracia japonesa. Com efeito, o Japão atual permanece uma democracia sólida, saudável e estável. O PCC não desfruta da mesma flexibilidade política ou económica: para se manter no poder durante este processo transitório, Xi têm de recorrer necessariamente a estratégias distintas. Mediante uma análise das reformas económicas de Xi Jinping, Naughton (2018) conclui que o modelo de Xi é: “..um modelo de reforma económica que decorre do seu compromisso com um governo personalizado e de cima para baixo.” (Naughton, 2018, p.40). É evidente que no seu modelo, não existe qualquer possibilidade de democratização ou liberalização do sistema leninista. A conclusão de Naughton (2018) tem pontos semelhantes com a de Kevin Rudd (2022b), que por sua vez concluiu que na “nova era” de Xi Jinping as prioridades ideológicas e políticas do PCC e do seu secretário-geral, determinam mais a política económica do que o inverso. Em suma, Xi procura assegurar, expandir e reforçar o poder e controlo do PCC sobre todos os aspetos sociais, económicos, políticos e ideológicos da China. Desta forma, pretende garantir a sobrevivência do PCC durante uma era de transição económica extremamente difícil. Neste contexto, o sistema leninista não desfruta do mesmo espaço de manobra que os seus vizinhos democráticos.

6.5- As Orientações Gerais da Contradição Principal de 2017:

Em termos da relação entre as necessidades do povo chinês e as forças produtivas, Xi implementou um modelo de desenvolvimento que procura corresponder a essas necessidades. Consequentemente, o seu modelo é mais focado na qualidade de produtos e serviços do que em mera quantidade e aumento da capacidade de exportação. É também uma reflexão da atual transição económica da China: de uma economia largamente exportadora e industrial, para uma economia inovadora focada em “desenvolvimento de alta qualidade”. As necessidades do povo chinês são agora consideravelmente mais abrangentes, complexas e variadas. Como tal, Xi Jinping procura desenvolver as forças produtivas chinesas para satisfazer essas crescentes necessidades através da implementação de um novo modelo económico mais sofisticado e sustentável, quer a níveis de crescimento, quer a níveis ambientais e sociais. Ou seja, Xi pretende elevar as forças produtivas chinesas a níveis de produtividade, qualidade e desenvolvimento capazes de responderem às necessidades de um sociedade cada vez mais exigente e heterogénea. Finalmente, Xi deseja que a China se torne numa grande potência inovadora, uma referência global no desenvolvimento de novas tecnologias e indústrias. Ao implementar estas reformas, Xi pretende redirecionar o poder de compra chinês para o mercado interno. Este ponto encontra-se profundamente relacionado com a transição económica da China, com a qual Xi pretende transformar a China numa potência mundial de inovação tecnológica e num país desenvolvido.

No que toca às prioridades socioeconómicas do PCC, Xi difere consideravelmente dos seus predecessores. Ao invés de se focar em altas taxas de crescimento económico, Xi Jinping concentra-se em reduzir as disparidades económicas, sociais e regionais, em promover o desenvolvimento verde e em expandir a classe média. Essencialmente, Xi é o líder que irá solucionar as contradições geradas pelo desenvolvimento dos últimos 40 anos. Apesar do

crescimento económico das últimas décadas ter catapultado a China para o posto de segunda maior economia do mundo, esse crescimento teve enormes custos sociais, ambientais e regionais que se tornaram cada vez mais proeminentes, profundos e agudos com o passar dos anos. Caso não sejam solucionados, Xi e o PCC arriscam perder o controlo sobre a situação. Apenas com o passar dos anos será possível chegar a uma conclusão acerca do sucesso ou fracasso do plano de Xi Jinping. No entanto, tendo em conta a dimensão dos problemas e o abrandamento da economia, é evidente que Xi enfrenta um cenário extremamente difícil. Os mandatos de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao, foram a primeira vez que um regime marxista-leninista num país com a dimensão da China, alcançou tamanho sucesso económico. No mandato de Xi Jinping temos uma situação muito diferente: é a primeira vez que um regime marxista-leninista num país com a dimensão da China, tentará efetuar tamanha transição económica e resolver simultaneamente estes desafios sociais, políticos e ecológicos.

Comparativamente com os seus antecessores, Xi pende mais para as relações de produção. Esta tendência manifesta-se claramente na reafirmação da superioridade do setor público, mas a relação entre forças e relações de produção nunca é tão simples assim. Quer isto dizer que Xi alterou o foco para as relações de produção? A resposta é largamente negativa. Xi entende que a libertação e desenvolvimento das forças produtivas é essencial, caso contrário seria impossível concretizar os seus planos de “desenvolvimento de alta qualidade”. Tal como refere Enfu Cheng (2018, pp.307-308), a doutrina de Xi vê o desenvolvimento das forças produtivas como essencial, especialmente no que toca à inovação e ao processo de transição económica. Xi Jinping (2020a, p.13) clarifica que a China se encontra na fase preliminar do socialismo, cujo foco é desenvolver as forças produtivas. No entanto, caso o desenvolvimento das forças produtivas continuasse no mesmo percurso dos últimos 40 anos, o PCC arriscava perder o controlo do desenvolvimento do país e do seu monopólio do poder político. A solução é revelada por Enfu Cheng (2018, p.309): o sistema económico básico de Xi Jinping é dominado pelo setor

público e por empresas e conglomerados dominados pelo aparato do PCC. Este não constitui apenas o elemento dominante: deve também guiar o desenvolvimento da economia privada. Por outras palavras, Xi pretende que o processo de inovação tecnológica, a transição económica e que a nova fase de crescimento, sejam todas dirigidas e orquestradas pelo PCC. Tal como refere Enfu Cheng (2018):

“A China deve apoiar a promoção mútua e o desenvolvimento comum de todos os tipos de entidades proprietárias, insistindo simultaneamente na posição dominante da propriedade pública e da economia estatal. Tal proporcionará uma garantia sistemática de que os ganhos obtidos através do desenvolvimento serão partilhados entre os chineses de todos os grupos étnicos, e ajudará a garantir que a posição de governação do partido será consolidada e que o sistema socialista na China será mantido. O pensamento económico de Xi Jinping enfatiza que a reforma do sistema de propriedade mista deve aderir à política de aumentar o valor dos ativos estatais, melhorar a competitividade da economia estatal, amplificar a função do capital estatal, aprofundando a reforma das empresas estatais e em melhorar e reforçar a gestão das empresas públicas e de outros ativos.”(Enfu Cheng, 2018, pp.308-309).

Xi não alterou radicalmente o foco para as relações de produção: é mais complexo que isso. Xi colocou maior importância nas relações de produção do que os seus antecessores, visto que reforçou consideravelmente o papel do setor público e do partido na economia. No entanto, Xi ainda se encontra focado em desenvolver as forças produtivas, mas esse desenvolvimento tem ser atingido através da supremacia do setor público e mais importante ainda, sobre o comando do PCC. Sem descurar a importância das relações de produção, a contradição principal de 2017 centra-se mais numa questão de como é que as forças de produção devem ser desenvolvidas, do que numa escolha entre forças e relações de produção. Xi não deseja coletivizar as forças produtivas como Mao fez, visto que tal manobra seria um erro catastrófico no estágio preliminar do socialismo. No entanto, também não pode continuar com o modelo de desenvolvimento

anterior. No atual contexto, Xi e o PCC não se podem dar ao luxo de tolerar exemplos de sucesso nacional que não sejam alcançados sobre a direção do partido. Figuras bilionárias como Jack Ma, representam esse perigo porque constituem exemplos de sucesso alternativos que nada devem ao partido. Este é um dos motivos pelos quais Xi investe consideravelmente nas empresas públicas para aumentar o seu valor e potencial de inovação. É verdade que Xi iniciou uma campanha repressiva contra várias firmas privadas, mas não deseja de todo destruir o setor privado chinês, visto que a sua importância estratégica é demasiado elevada (Tsang & Cheung, 2022, p.232). Simultaneamente, Xi é um marxista-leninista convicto e acredita que o PCC detém a palavra final sobre todos estes processos. Tal como notam Tsang & Cheung (2022, p.232), Xi avisou os empresários chineses de que se estes quiserem ver as suas empresas crescerem, terão de obedecer aos ditados do PCC.

Concluindo, Xi não se pode destruir ou suprimir totalmente o setor privado, mas também não pode confiar a tarefa de desenvolver as forças produtivas ao livre mercado da mesma forma que Jiang Zemin e Hu Jintao. A sua solução é surpreendentemente simples: subordinar o setor privado às prioridades políticas, económicas e sociais do PCC através de um setor público forte o suficiente para levar a cabo essa tarefa. No entanto, parece que o modelo económico de Xi poderá enfrentar enormes desafios. Com efeito, muitos dos seus objetivos parecem ser ou muito difíceis de serem alcançados em simultâneo, ou mesmo mutuamente exclusivos entre si. Xi teme o crescimento do setor privado e a descentralização do poder do PCC sobre o sistema, mas deseja continuar o desenvolvimento económico da China através da liderança do setor público. Contudo, é precisamente no setor público onde se verificam os níveis de corrupção mais elevados. Além disso, a maioria das inovações chinesas foram alcançadas pelos grandes conglomerados privados como o dirigido por Jack Ma. Ou seja, embora Xi deseje alcançar todos estes objetivos, a principal prioridade é construir um sistema no qual o PCC toma todas

as decisões imagináveis e no qual Xi tem a palavra final. Esta é a natureza das alterações introduzidas por Xi Jinping na terceira contradição principal de 2017.

Finalmente, é importante mencionar os custos sociais e ambientais do crescimento económico chinês e a transição económica asiática que a China enfrenta. Neste contexto, a teoria de Huntington segundo a qual governo autocráticos em países em desenvolvimento tendem a entrar num círculo vicioso, pode constituir um perigo bastante real e presente para Xi Jinping. Tal como refere Huntington (1987):

“...supressão da participação política, depois rápido crescimento económico e, em seguida, aumento da desigualdade socioeconómica, acaba por conduzir a um crescente descontentamento popular e, finalmente, a uma explosão de participação contra o regime.”(Huntington, 1987, pp.20-21).

Neste sentido, Xi pode terminar o seu mandato não como o líder que conseguiu efetuar esta transição económica, mas sim como um exemplo que corrobora a teoria de Huntington (1987). Tendo em conta o desacelerar da economia e o seu foco no setor público, que não é responsável pelo sucesso económico chinês dos últimos 40 anos, Xi está a enveredar por um caminho perigoso. Recordando a famosa máxima de Deng Xiaoping: para o povo chinês, cujas necessidades básicas se encontram largamente asseguradas, não importa se um gato é preto ou branco, desde que apanhe ratos. No entanto, quando o gato (o PCC e o seu líder Xi Jinping) já não for competente a apanhar ratos, ou a resolver os problemas do país, deixará de ser um bom gato e será substituído por outro felino mais diligente. Embora o partido tenha disfrutado de sucesso económico a longo prazo, elevando a China ao estatuto de segunda maior economia do mundo, Xi e o PCC encontram-se num momento crítico e extremamente perigoso. Neste sentido, Xi é o líder comunista chinês mais poderoso de sempre em termos do país que governa, mas ao mesmo tempo enfrenta uma longa lista de problemas, fragilidades e constrangimento.

CAPÍTULO 7: O Sistema Leninista de Xi Jinping

7.1- O Sistema Leninista do PCC de Mao a Xi:

Uma das características mais proeminentes do PCC desde a sua fundação em 1921, é a sua estrutura e organização leninista, sobretudo que toca à sua estrutura interna, processo decisório e o papel do partido. Tal como refere Schurmann (1968, pp.22-26), embora tenha sido o marxismo consista na base teórica do PCC, é o leninismo que proporciona os princípios organizacionais do PCC (Doshi, 2021, pp.25-35). Mesmo depois da crise ideológica enfrentada pelo marxismo-leninismo desde 1989, os princípios organizacionais leninistas permaneceram sólidos e intactos até à atualidade. O caráter leninista do PCC é evidente desde a sua fundação: é uma organização composta por marxistas e revolucionários profissionais, organizada em torno dos princípios do centralismo democrático e do conceito de vanguarda. O 8.º Congresso do PCC em 1956, revela precisamente as consequências estruturais e organizacionais desta estrutura: estabelece que o partido deve seguir sem exceção os princípios de liderança coletiva, centralismo democrático, proibição de idolatria e da supervisão e fiscalização da conduta dos seus membros (Ling, 2012, pp.57.60).

No entanto, a ideologia, estrutura e organização leninista do PCC foram severamente danificadas durante a era de Mao Tse-Tung, sobretudo com a contradição principal de 1957 (Hu, 2014, pp.21-27). Estes princípios foram restaurados durante o mandato de Deng Xiaoping (Hu, 2014, pp.27-33). Deng (1995, pp.169-172) e o partido procuraram criar as condições necessárias para que os desastres e erros de Mao Tse-Tung não se repetissem, introduzindo os “*Quatro Princípios Cardinais*”: aderir rigidamente ao caminho socialista (1); manter e aderir ao modelo da ditadura democrática e popular (2); manter a liderança do Partido Comunista da China (3) e aderir ao marxismo-leninismo e ao Pensamento de Mao Tsé-Tung (4). O primeiro

e o quarto princípio, representam a rigidez e disciplina ideológica que obriga todos os membros do partido a seguirem a “linha partidária” e os princípios ideológicos estabelecidos. O segundo princípio, refere-se ao centralismo democrático e o terceiro coloca a liderança do PCC como prioridade máxima, conforme o seu papel de vanguarda. O sistema estabelecido por Deng Xiaoping foi reforçado e expandido pelos seus sucessores. A implementação e aprofundamento deste sistema leninista, servia principalmente para institucionalizar a liderança do partido comunista, mas também para tornar o seu governo mais eficaz (Tsang & Cheung, 2022, pp.228-229). No entanto, a era de Xi Jinping é marcada por mudanças cruciais quer na forma como o sistema leninista chinês opera, quer na forma como Xi Jinping deseja institucionalizar a liderança e supremacia do partido.

7.2- Centralismo Democrático:

O centralismo democrático foi adotado pelo PCC nos seus primeiros anos, encontrando-se plasmado no artigo 3.º da Constituição da República Popular da China (PRC, 1983, p.12). Durante as primeiras décadas do PCC, o princípio do centralismo democrático exibiu as características e regras descritas por Lenine, com os referidos debates entre os seus membros (Thornton, 2021, pp.58-60). No entanto, este processo começou a mudar devido a controvérsias e conflitos dentro do PCC acerca da natureza do conceito, do seu funcionamento e a purga anticomunista de Chiang Kai-shek em 1927 (Thornton, 2021, pp.59-60). A partir desse período, o PCC prosseguiu com uma versão mais centralizada do conceito ao ponto de apenas incluir a discussão de matérias relativas à estratégia partidária nos processos deliberativos (Thornton, 2021, p.60). A próxima alteração ocorreu com Mao Tsé-Tung, mas por motivos diferentes. Mao enfrentava desafios à sua hegemonia dentro do partido: enfrentava opositores internos e o

centralismo democrático adotado nas primeiras décadas, subordinava os comunistas chineses à autoridade final de Moscovo (Thornton, 2021, p.61). Mao desejava domínio absoluto sobre o aparato partidário, sobretudo sobre a sua orientação ideológica. Para atingir os seus objetivos, Mao iniciou um projeto de uniformização ideológica em torno da sua ideologia pessoal (Thornton, 2021, p.61). Este projeto ficou conhecido como a “campanha de retificação”, na qual intelectuais, jornalistas e membros do PCC foram perseguidos de forma extremamente severa: os membros do partido eram obrigados a manter diários de “autorreflexão” acerca de qual era o “pensamento adequado” (Thornton, 2021, p.62). Este pensamento adequado tinha apenas uma fonte legítima: o próprio Mao Tsé-Tung. A “retificação” de Mao Tsé-Tung foi adotada como a nova forma de centralismo democrático, uniformizando a linha ideológica do partido em torno do seu pensamento (Thornton, 2021, p.63). Desta forma, o centralismo democrático de Mao era muito mais “centralista” do que “democrático”.

Após a morte de Mao, Deng Xiaoping restaurou o elemento “democrático”, iniciando uma nova forma de organização mais aberta à discussão interna entre os membros do PCC. Em dezembro de 1978, Deng Xiaoping restaurou definitivamente o processo decisório coletivo através da introdução do princípio de liderança coletiva (Hu, 2014, pp.28-29). A liderança coletiva envolve a tomada de decisões por unanimidade entre os membros dos mais altos órgãos do PCC, ao contrário do modelo anterior no qual Mao Tsé-Tung era onipotente. Durante os mandatos de Jiang Zemin e Hu Jintao, este sistema procurou criar estabilidade política através da adoção de diversas medidas e limites: primeiro, implementou um método estável e previsível de sucessão dos seus líderes (Tsang & Cheung, 2022, p.228). A segunda foi a implementação do sistema reforçado de liderança coletiva (Tsang & Cheung, 2022, p.228). Este sistema permitiu ao PCC tomar as suas decisões de forma coletiva, resultando em decisões mais ponderadas e bem planeadas, em contraste com a contradição principal de 1957. Esta característica foi extremamente proeminente no mandato de Jiang Zemin e Hu Jintao, durante os

quais o país desfrutou dos mais altos níveis de crescimento económico da história do PCC. Finalmente, o sistema procurou assegurar a partilha do poder político entre os membros da cúpula partidária, impor restrições à influência das várias facções internas e a promover meritocracia entre os seus membros (Tsang & Cheung, 2022, pp.228-229). Em suma, o sistema pós-maoísta procurou estabilizar o governo do PCC, melhorar a qualidade do governo, impedir concentrações de poder num só indivíduo ou facção e em impedir a repetição dos erros de Mao Tsé-Tung. No entanto, o sistema de centralismo democrático baseado em discussão interna, divisão de poder e num método de sucessão previsível entre os seus líderes, que se encontravam sujeitos a limites do número de mandatos consecutivos, foi recentemente destruído. A causa do fim deste sistema tem apenas um nome: Xi Jinping.

O centralismo democrático de Xi Jinping difere consideravelmente do dos seus antecessores em vários aspetos cruciais. O centralismo democrático de Deng, Jiang e Hu era marcado por um processo decisório coletivo, no qual os membros do partido discutiam as medidas que deviam ser adotadas pelo PCC. Termos como “democracia intrapartidária” eram utilizados para descrever um sistema que, na verdade, consistia numa forma de centralismo democrático mais flexível e com maior proeminência do seu elemento “democrático” (Thornton, 2021, pp.52-53). Com Xi Jinping, verifica-se precisamente o oposto: o fim da liderança coletiva e da partilha do poder. Esta mudança é facilmente comprovada pelas alterações dos documentos fundamentais do PCC introduzidas durante o mandato de Xi. Uma das alterações mais importantes, foi a que se verificou no documento intitulado “*Several principles on political life in the Party*”. Este é um dos documentos mais importantes produzidos após a morte de Mao: foi responsável por estabelecer os princípios essenciais do PCC após 1978 (Pei, 2019, p.2). O referido documento contém uma secção de extrema importância no que toca ao centralismo democrático: ““Adesão à Liderança Coletiva e Oposição a Governo Pessoal Arbitrário””(*Several principles on political life in the Party* (n.d), cit. por Pei, 2019, p.4). Esta secção, claramente destinada a impedir a

monopolização do poder, consagra o princípio da liderança coletiva no sistema leninista chinês. No entanto, esta secção vital foi eliminada em 2016 durante uma sessão partidária dirigida por Xi Jinping e foi substituída pela nova regra ““Aderência ao princípio do centralismo democrático””(Several principles on political life in the Party n.d, cit. por Pei, 2019, p.4). No entanto, Xi Jinping não se limitou a reintroduzir uma forma mais ortodoxa e rígida de centralismo democrático, na qual não existe o mesmo nível de flexibilidade e liberdade de discussão, Xi introduziu ainda outra alteração: embora a proibição de governo personalista e arbitrário ainda se encontre no documento, esta proibição surge única e exclusivamente no contexto das áreas e ministérios dos vários membros de alta patente do PCC e não como uma proibição categórica geral (Pei, 2019, pp.4-5). Ou seja, já não se aplica a Xi Jinping e foi precisamente durante essa mesma alteração, que Xi foi designado como o ““núcleo do centro do partido””(Pei, 2019, p.5). Concluindo, Xi não apenas terminou com décadas de liderança coletiva, como também concentrou o poder na sua pessoa. Xi é o núcleo, a peça central e cabeça do PCC, acumulando todos os três cargos mais poderosos no sistema chinês: é simultaneamente Presidente da China, Secretário da Comissão Militar Central e Secretário-Geral do PCC. Nesta conceção, Xi Jinping é para todos os efeitos práticos, líder supremo da China e do seu partido comunista.

7.3- O Fim de Uma Sucessão Estável e Previsível:

Outro fator tem que ver com uma série de regras não escritas, tais como a manutenção de um determinado equilíbrio de poder entre as referidas facções, limites de idade máxima para ocupar cargos específicos e várias proibições quanto à possibilidade de mandatos consecutivos nos cargos mais elevados (Düben , 2020, p.112). Todo este sistema foi desmantelado por Xi

Jinping (Düben , 2020, p.113), que iniciou uma campanha para submeter o PCC e os seus membros à sua vontade. Por exemplo, quando vários membros de alta patente teceram críticas ao novo modelo autocrático e personalista de Xi Jinping, foram rapidamente silenciados e purgados (Düben , 2020, p.113). Outras alterações foram introduzidas em 2017: Xi reduziu consideravelmente a influência dos anciões do partido, um grupo poderoso de membros idosos e históricos do partido. Este grupo reúne-se historicamente no resort de Beidaihe antes dos congressos do PCC, para determinarem as suas orientações gerais. Contudo, Xi reduziu este grupo e a reunião em Beidaihe a um mero ritual simbólico sem qualquer importância efetiva (Düben , 2020, p.114). Outra alteração foi a remoção da Polícia Armada Popular, a força policial paramilitar chinesa, da supervisão do Conselho de Estado para o controlo direto da Comissão Militar Central dirigida por Xi (Düben , 2020, p.114). Todos estes eventos constituem mudanças bastante significativas, mas não implicam necessariamente o fim do mecanismo de sucessão caso Xi tivesse nomeado um conjunto de possíveis sucessores. No entanto, não indicou nenhum sucessor nem 2019 (Düben , 2020, pp.115-116), nem em 2022. Para todos os efeitos, Xi acabou não apenas com o sistema de sucessão anteriormente em vigor, como também não nomeou um sucessor em três mandatos consecutivos. A ausência de sucessores, a concentração de todos os cargos mais importantes na sua pessoa, a sua nomeação como núcleo da liderança do PCC e nomeação unânime para um terceiro mandato, indicam apenas uma coisa: Xi Jinping pretende governar por um longo período, possivelmente até à sua morte.

7.4- O PCC Enquanto Partido de Vanguarda:

Lenin (1977b) defendia que o partido era um instrumento de importância absoluta no estabelecimento da ditadura do proletariado e para a estabilidade da fase transitória socialista. No entendimento leninista, o partido constitui a vanguarda da classe proletária: “Um partido é a vanguarda de uma classe, e o seu dever é liderar as massas e não apenas refletir o nível político médio das massas.” (p.324). Este princípio foi elaborado por Lenine a partir da sua interpretação do Manifesto Comunista, no qual Marx & Engels (1955) descrevem os comunistas da seguinte forma: “...a secção mais avançada e resoluta dos partidos da classe operária de todos os países, a secção que faz avançar todas as outras.”(p.23) . Esta posição de liderança incontestada e o estabelecimento da ditadura do proletariado, é justificada pela própria natureza dos membros do partido. Os vanguardistas são os únicos que entendem as vastas leis impessoais que determinam o desenvolvimento da história humana e logo, são os únicos que são os únicos capazes de determinar corretamente que medidas devem ser adotadas (Gore, 2023, p.10). Consequentemente, o partido comunista é a única entidade capaz liderar a nação na marcha para a construção de um sistema socialista e eventualmente, atingir o comunismo pleno. Sem uma vanguarda, o proletariado não tem líderes capazes de realizar as tarefas necessárias de forma eficiente e correta. Enquanto vanguarda, o partido deve deter o monopólio do poder político, visto que apenas os seus membros conhecem as leis da história e conseguem determinar a sua evolução. A vanguarda nunca se encontra sujeita a eleições populares nem a escrutínio democrático exterior, visto que o partido é mais sábio do que as massas. Ao contrário de partidos democráticos que operam por meio de sufrágio universal, um partido leninista como o PCC justifica e racionaliza a sua posição de liderança incontestada através do seu conhecimento superior das leis históricas (Gore, 2023, pp.10-11). Esta é a conceção clássica do papel do PCC enquanto vanguarda do proletariado chinês, seguindo o mesmo modelo que a

maioria dos outros partidos marxistas-leninistas que se inspiraram na Revolução de Outubro de 1917.

Atualmente, o PCC mantém a sua posição como partido de vanguarda. Este mesmo sistema coloca o PCC como líder incontestado da China no processo da construção do sistema socialista, assegurando a liderança da elite política marxista-leninista e a continuação da ditadura do proletariado. Embora o partido mantenha essa posição, o conceito sofreu alterações extremamente importantes com Jiang Zemin, que expandiu significativamente o conceito de vanguarda partidária. Durante o mandato de Jiang, o PCC passou a ser não apenas a vanguarda de uma classe social particular, mas a vanguarda de todas as classes sociais e de toda a nação chinesa (Gore, 2023, p.10). Desta forma, o PCC transformou-se num partido de vanguarda nacional. A vanguarda nacional de Jiang Zemin, focava-se sobretudo em objetivos nacionais de desenvolvimento económico e modernização que constituindo uma continuação da prossecução dos objetivos estabelecidos por Deng Xiaoping (Williams, p.190). Consequentemente, o PCC é a vanguarda de toda a nação chinesa e são os únicos capazes de atingir estes objetivos nacionais. Sem a liderança incontestada do PCC, a China irá falhar em todos os seus objetivos futuros. Um aspeto curioso do conceito moderno de partido de vanguarda do PCC, é o facto de este ter sido alterado por Jiang Zemin na década de 1990: na mesma época em que surgiu o “nacionalismo centrado no partido”. Devido ao facto de a sociedade chinesa ter enriquecido e evoluído, o PCC não podia contar meramente com o apoio do proletariado e dos camponeses. Com os eventos de Tiananmen, estes fatores levaram o PCC a expandir a sua base de apoio a toda a nação para assegurar a sua legitimidade. O conceito de vanguarda nacional e o nacionalismo do PCC encontram-se profundamente interligados, algo que ficará claro na análise do nacionalismo do Pensamento de Xi Jinping.

O conceito de vanguarda nacional de Jiang Zemin continua em vigor até à atualidade, incluindo no mandato de Xi Jinping, durante o qual o PCC é descrito como a vanguarda da classe trabalhadora, do povo e da nação chinesa pelo Departamento de Publicidade do Comité Central do PCC (2021, pp.7-9). Durante o mandato de Xi Jinping, verificam-se duas grandes alterações no que concerne ao papel vanguardista do PCC: a primeira consiste numa expansão e aprofundamento dos objetivos de desenvolvimento nacional, ao passo que a segunda consiste na introdução de novos objetivos de natureza internacional. A primeira alteração é representada pelos “Dois Objetivos Centenários”. Através do seu conhecimento das leis da história, a vanguarda partidária liderada por Xi Jinping dedica-se a transformar a China numa sociedade moderadamente próspera (“*xiǎokāng*”) até 2021 e em atingir o estatuto de grande país socialista moderno até 2049 (Boer, 2021, pp.156-157). Esta é a primeira grande alteração do conceito de vanguarda na “*nova era*” de Xi Jinping: uma expansão e aprofundamento dos objetivos de desenvolvimento nacional. No entanto, a alteração mais significativa é a segunda: Xi Jinping entende que o PCC é a vanguarda da nação chinesa, mas não apenas no que toca à construção de um sistema socialista ou na missão de alcançar determinados objetivos nacionais. Xi Jinping (2022b) acredita que o PCC deve liderar toda a nação chinesa na missão de alcançar o “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”: “Na busca do rejuvenescimento nacional, o Partido Comunista da China é a vanguarda, a Liga da Juventude Comunista é a ponta de lança e os Jovens Pioneiros são a força de reserva.”(parágrafo.41). Desta forma, o PCC liderado por Xi Jinping é a vanguarda capaz de atingir não apenas os objetivos de desenvolvimento nacional, mas também a restauração do estatuto internacional da China. É neste ponto que o nacionalismo centrado no partido e o conceito do “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”, se conjugam com a ideologia marxista-leninista. O PCC liderado por Xi, são únicos capazes de restaurar o antigo estatuto internacional da China perdido durante o século de humilhação.

CAPÍTULO 8: Nacionalismo no Pensamento de Xi Jinping:

8.1- Nacionalismo Centrado no Partido:

Tal como foi referido previamente, um dos principais elementos ideológicos do socialismo chinês desde a introdução do Pensamento de Mao Tsé-Tung são várias formas de nacionalismo chinês. No caso do Pensamento de Xi Jinping, o nacionalismo assume a forma criada em 1989: “nacionalismo centrado no partido”(Tsang & Cheung, 2022, p.233). Tendo identificado a forma de nacionalismo específica do Pensamento de Xi Jinping, cabe agora analisar as suas principais características e manifestação neste contexto. A primeira constatação é que no mandato de Xi, esta forma de nacionalismo mantém as suas características gerais, mas tornou-se ainda mais intenso do que antes e assumiu uma importância acrescida (Tsang & Cheung, 2022, pp.233-234). As características gerais do nacionalismo centrado no partido já foram analisadas e sistematizadas de forma detalhada no segundo capítulo da presente dissertação, pelo que se dispensa essa tarefa. No entanto, analisaremos um aspeto específico: o componente étnico do nacionalismo de Xi Jinping. A importância deste elemento, prende-se sobretudo com a campanha de repressão étnica em Sinkiang que continua até hoje. Embora este elemento não seja uma novidade do mandato de Xi, a mera escala da repressão dos povos turcos de Sinkiang justifica a presente análise.

Este elemento consiste na aglutinação de todas as nacionalidades e grupos étnicos presentes na China moderna numa única entidade ”(Tsang & Cheung, 2022, pp.232-233). De acordo com o *National Bureau of Statistics of China* (2021, parágrafo.13) cerca de 90% da população da China é da etnia Han, com mais de 55 minorias étnicas, incluindo as regiões autónomas do Tibete e Sinkiang, habitadas respetivamente pelas minorias tibetana e uigur. Mesmo entre a maioria Han, existem enormes diferenças regionais, o que implica a existência de uma

população extremamente heterogênea (Zhang et al., 2007, pp.987-996). Neste aspeto, Tsang (2015, p.25) entende que o nacionalismo centrado no partido do Pensamento de Xi Jinping é exteriormente panchinês: todos estes grupos étnicos pertencem à mesma civilização e estado multicultural. Na realidade, a narrativa histórica e nacionalista de Xi é claramente centrada na identidade Han (Tsang, 2015, p.25). Qualquer minoria, sobretudo as que habitam regiões periféricas como os tibetanos e uigures, serão considerados traidores e um possível perigo para a unidade do país caso tentem afirmar a sua identidade e experiências históricas (Tsang, 2015, p.28). Este elemento de repressão étnica sempre se verificou em maior ou menor grau mesmo antes da vitória do PCC em 1949. No entanto, esta repressão atingiu níveis de intensidade e uma dimensão particular com a subida de Xi ao poder.

Em 2014, a administração de Xi Jinping iniciou uma campanha repressiva de grande escala na região de Sinkiang, resultando em campos de concentração, na detenção arbitrária de mais de um milhão de uigures e outras etnias turcas e muçulmanas, trabalhos forçados, esterilização em massa de mulheres uigures e repressão religiosa. A verdadeira face do nacionalismo de Xi foi revelada quando vastas coleções de documentos secretos do PCC foram expostas em 2019. Estes documentos ficaram conhecidos como “*Xinjiang Pappers*” e incluem discursos secretos da autoria pessoal de Xi sobre a situação em Sinkiang. Uma das medidas para a região foi: “a proporção da população e a segurança da população são bases importantes para a paz e a estabilidade a longo prazo.”(Xi Jinping, (n.d), Doc. Nº1, p.1 cit. por Zenz, 2021, p.5). Esta refere-se à política de colonização da região de Sinkiang com famílias Han, bem como à redução forçada das taxas de natalidade da população nativa (Zenz, 2021, p.6). O objetivo é criar um equilíbrio étnico na região para que os chineses Han possam passar a ser percentagem populacional considerável da população, assegurando assim um nível de controlo mais elevado. A assimilação forçada da campanha é amplamente evidente nos “*Xinjiang Pappers*”:

“Os documentos afirmam que o Estado não deve mostrar ‘absolutamente nenhuma misericórdia’ para com os seus ‘inimigos’, os planos de Pequim para sinificar o Islão e a construção de novas prisões de alta segurança, centros de detenção e bases militares nas regiões administradas pelo XPCC.”(Zenz, 2021, p.6).

Estudos académicos da situação de repressão em massa em Sinkiang, classificam frequentemente a mesma como genocídio ou genocídio cultural (Clarke, 2021, pp.9-19). O discurso oficial de Xi Jinping (2020a) nesta matéria é caracterizado pela construção de uma grande família chinesa:

“Construímos um país multiétnico unido e desenvolvemos relações harmoniosas entre 56 grupos étnicos diversos, mas estreitamente interligados; formámos uma grande família chinesa em que todos se preocupam e ajudam-se mutuamente. Especialmente nos tempos modernos, confrontados com uma ocupação estrangeira agressiva e impiedosa, todos os grupos étnicos uniram-se para criar uma magnífica epopeia de defesa da nação chinesa contra a agressão externa.”(Xi Jinping, 2020a, p.167).

Este é o tom dominante do discurso oficial de Xi Jinping (2020) no que toca às questões étnicas da China: um país multiétnico, com uma tradição de diversidade harmoniosa e tolerante com as suas numerosas minorias étnicas. No entanto, as ações do seu governo indicam que esta forma de nacionalismo é precisamente o contrário: centrado na história e cultura da população Han e eminentemente sinocêntrico. Tsang (2015, p.25) refere que este nacionalismo é marcado por uma forte aversão relativamente às minorias étnicas cujas culturas, línguas ou religiões sejam consideradas excessivamente distintas da cultura Han. Os uígures foram vítimas desta visão sinocêntrica por não serem “chineses o suficiente” quer em termos culturais e linguísticos, quer por pertencerem à religião muçulmana.

Cabe agora recapitular as características do nacionalismo centrado no partido. A primeira característica não é uma inovação introduzida por Xi Jinping. A aglutinação da nação chinesa, do estado e do PCC numa única entidade, é uma constante desde o final do século XX. Ou seja, a característica de “amar o estado” e a apresentação dos interesses partidários como interesses nacionais, não são novidades do Pensamento de Xi Jinping. A segunda característica também não é uma novidade introduzida por Xi Jinping, tendo sido estabelecida antes do seu mandato pelos seus antecessores. A noção de que a China apenas irá prosperar através da liderança do PCC, é uma narrativa utilizada durante décadas pela propaganda partidária. A centralidade do governo do PCC também não é uma inovação de Xi, embora seja mais intenso durante o seu mandato, quer no campo do nacionalismo, quer no campo da economia. No que toca ao período de governo do PCC, o registo histórico de repressão étnica nas regiões ocidentais e periféricas do território chinês não se alterou, sobretudo tendo em conta as políticas repressivas implementadas no Tibete desde 1951 (Misra, 2000, pp.81-86).

A quarta característica do nacionalismo partidário de Xi Jinping é sim uma novidade: a importância crucial do “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”, segundo o qual o PCC promete ao povo chinês que a China entrará numa nova idade de ouro (Tsang & Cheung, 2022, pp.232-233). Xi apresentar o PCC e a sua pessoa, como os herdeiros e legítimos guardiões de uma civilização chinesa milenar e gloriosa, como o guardião da cultura e costumes da China, transformando o PCC e a sua pessoa numa fonte de orgulho nacional (Tsang & Cheung, 2022, p.232). Xi Jinping (2014a) declarou que:

“A nossa nação é uma grande nação. Ao longo dos mais de 5.000 anos de desenvolvimento da nossa civilização, a nação chinesa fez contribuições indeléveis para o progresso da civilização humana. Desde os tempos modernos, a nossa nação passou por tribulações incalculáveis e enfrentou o seu maior perigo. Durante esse tempo, inúmeras pessoas com altos ideais levantaram-se para alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa, mas cada vez falharam. Após a

fundação do Partido Comunista da China (PCC), reuniu e liderou o povo a fazer grandes sacrifícios, avançando contra todas as probabilidades e transformando a velha China pobre e atrasada numa nova China cada vez mais próspera e poderosa, abrindo assim horizontes completamente novos para o grande rejuvenescimento da nação chinesa. A nossa responsabilidade agora é reunir e liderar todo o Partido e o povo de todos os grupos étnicos da China em assumir esta tarefa, e continuar a esforçar-se para alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa...”(Xi Jinping, 2014a, p.3).

A narrativa civilizacional de Xi dificilmente corresponde à realidade extremamente complexa da história chinesa, mas serve eficazmente o argumento do PCC como herdeiro e protetor de um grande legado. Sendo uma civilização singular, milenar e consistente, a China deve seguir apenas o seu próprio modelo: o modelo de “Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era”. Num discurso de 2014 na UNESCO, Xi Jinping (2014b) declarou que cada país deve seguir a sua própria via de desenvolvimento: “Cada civilização é única. Copiar outras civilizações de forma mecânica ou cega é como cortar os dedos dos pés apenas para se adaptarem aos sapatos, o que não só é impossível como também altamente prejudicial.(p.14)”. Ou seja, no mandato de Xi, questionar o modelo do PCC não se traduz apenas num ato antipatriótico, mas também numa espécie de traição civilizacional. Consequentemente, qualquer sugestão de que a China deveria seguir o modelo democrático e ocidental, é uma heresia que apenas levaria a calamidades inimagináveis (Xi Jinping, 2020, p.333).

É evidente que Xi faz uso dos 5000 anos de história chinesa para promover o “Sonho Chinês”, usando o período imperial como uma memória de um passado nacional esplendoroso e próspero. No entanto, a relação entre o PCC e o legado imperial chinês sempre foi complexa, multifacetada e dinâmica. Os maiores níveis de aversão ao legado imperial ocorreram na época de Mao, sobretudo durante a Revolução Cultural. Esta aversão reforçava a mensagem de que apenas o PCC tinha libertado a China do jugo das potências coloniais e dos invasores japoneses.

Com Xi Jinping, o PCC celebra abertamente o passado imperial chinês, mas essa celebração não envolve de qualquer modo uma possível restauração do regime imperial. Xi promove este legado civilizacional devido ao seu simbolismo, sendo concebido como o zénite do poder e da sofisticação civilizacional do país, como contrapeso ao século de humilhação e como a referência pela qual a China moderna se deve medir em termos de prestígio e influência internacional. É a narrativa que completa o discurso do século de humilhação: apenas o PCC conseguiu reerguer a China e apenas o PCC será capaz de restaurar o seu estatuto internacional de grande potência. Esta missão restauradora, é representada pelo “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”. Esta narrativa da reconquista da glória, prosperidade e orgulho da nação é encapsulada perfeitamente na exposição “*The Road to Rejuvenation*”. A exposição do Museu Nacional da China apresenta o país como vítima de agressões externas, mas que graças ao marxismo-leninismo e ao PCC, se encontra a caminho do rejuvenescimento nacional. Tal como refere a página oficial da exposição:

“A Estrada do Rejuvenescimento é uma exposição permanente que apresenta as explorações efetuadas por chineses de todos os quadrantes sociais que, depois de terem sido reduzidos a uma sociedade semi-colonial e semi-feudal desde a Guerra do Ópio de 1840, se ergueram para ultrapassar a sua humilhação e miséria e tentaram de todas as formas possíveis rejuvenescer a nação. A exposição destaca igualmente a gloriosa história da China sob a liderança do Partido Comunista da China (PCC), em que todos os grupos étnicos uniram forças para alcançar a independência e a libertação nacionais e se esforçaram por construir um país forte e próspero para o bem-estar do povo. Por conseguinte, a exposição demonstra claramente o percurso histórico traçado pelo povo chinês ao escolher o marxismo, o PCC, a via socialista e a política de reforma e abertura, sempre guiado pela sua estrita adesão à grande bandeira, à via especial e ao sistema teórico que é o socialismo com características chinesas.”(National Museum of China, parágrafo.3).

8.2- O “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” e os “Dois Objetivos Centenários”:

A análise do nacionalismo socialista de Xi ou “patriotismo”, não estaria completa sem a abordagem de dois temas centrais do seu mandato. Estes temas são o “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” e os “Dois Objetivos Centenários”, que se encontram entre os objectivos-chave do seu mandato. Tal como refere Yang Danzhi (2022): “A maior questão na China hoje é realizar os Dois Objetivos Centenários e o Sonho Chinês.”(p.273). Em primeiro lugar, o “Sonho Chinês” é um tema central na narrativa nacionalista de Xi Jinping e do seu pensamento como um todo (Tsang & Cheung, p.232), ao passo que os “Dois Objetivos Centenários” são a base para alcançar o primeiro (Danzhi, 2022, pp.272.273). O primeiro dos “Dois Objetivos Centenários”, é alcançar uma sociedade “*xiǎokāng*” ou “sociedade moderadamente próspera” até 2021 (Danzhi, 2022, p.272). O segundo objetivo é transformar a China num “grande país socialista moderno”, ou seja, transformar a China num país desenvolvido até 2049 (Danzhi, 2022, p.272). Um aspeto interessante de ambos estes objetivos, prende-se com as datas estabelecidas para o seu cumprimento: o primeiro deve ser alcançado em 2021, no centenário da fundação do PCC (1921). O segundo, estabelecido para 2049, refere-se ao centenário da fundação da República Popular da China (1949).

8.3- O “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”:

O “Sonho Chinês” foi interpretado de diversas formas desde que Xi começou a promover o conceito, tal como fez (Zhao, 2022). O conceito pouco tem que ver com o “sonho americano”, tal como refero autor:

“O Sonho Chinês é realizado através do empenho pessoal, mas o sucesso pessoal não se conquista com trabalho árduo e engenho e não estaria completo sem que a China se torne uma nação poderosa para se livrar do passado e forjar uma história feliz e otimista de renascimento. O sonho chinês distingue-se assim do sonho americano pelo facto de as pessoas poderem perseguir sonhos individuais e, ao mesmo tempo, contribuir para o sonho nacional” (Zhao, 2022, p.82).

Ou seja, é uma visão coletiva de restauração nacional e não a promessa de prosperidade individual associada aos Estados Unidos da América. Embora o “Sonho Chinês” envolva claramente os “Dois Objetivos Centenários”, o seu conteúdo e objetivos não se restringem a metas de desenvolvimento: envolvem um conjunto muito mais abrangente de objetivos quer nacionais, quer internacionais. Com efeito, Xi refere que o “Sonho Chinês” envolve outros objetivos tais como a reunificação da nação chinesa (retomar Taiwan) e a construção de forças armadas de classe mundial. Neste aspeto, o “Sonho Chinês” apresenta um problema quanto aos contornos da sua definição e conteúdo. Zheng Wang (2014, pp.1-2) refere precisamente esse problema, mas defende que o seu significado pode ser desvendado através de uma análise do seu uso ao longo da história moderna da China.

Wang (2014, pp.1-2) menciona que o conceito de rejuvenescimento nacional foi utilizado por vários líderes anteriores, muitos dos quais não eram marxistas. Líderes como Sun Yet-sen, Chiang Kai-shek, Jiang Zemin e Hu Jintao fizeram uso do termo para se referirem à necessidade de restaurar a honra nacional depois do século de humilhação. No entanto, nenhum dos

antecessores de Xi colocou a mesma importância na necessidade de restaurar a glória passada da China, visto ser o primeiro líder a promover o rejuvenescimento nacional através do conceito do “Sonho Chinês” (Wang, 2014, p.1). Segundo Wang (2014, pp.3-4), o uso do conceito no contexto da “nova era” de Xi Jinping, consiste essencialmente na narrativa histórica de vitimização e humilhação (“trauma escolhido”), complementada pela promessa da restauração de glórias passadas (“glória escolhida”). O autor descreve o conceito do “Sonho Chinês” precisamente nesses termos:

“A palavra ‘rejuvenescimento’ está profundamente enraizada na história e na experiência nacional chinesas. Enquanto cidadãos do ‘Reino do Meio’, os chineses têm um forte sentido de escolha e orgulho na sua civilização antiga e nas suas conquistas. Os chineses referem-se à experiência humilhante face às incursões ocidentais e japonesas como um trauma nacional. Após sofrerem um grande declínio da força e do estatuto nacionais, os chineses têm uma forte determinação em reviver a sua glória e força passadas. Este é o sonho chinês.”(Wang, 2014, pp.3-4).

Este é o primeiro elemento do “Sonho Chinês” de Xi Jinping: uma narrativa histórica de uma nação humilhada e subjugada injustamente por potências agressivas, que irá recuperar o seu antigo estatuto internacional. Zhao (2022) corrobora este entendimento, constando que o “Sonho Chinês” de Xi Jinping tem por base a imagem nostálgica de uma China poderosa, próspera e central para o globo; imagem essa que Xi promete restaurar (Zhao, 2022, p.81). Além disso, Zhao (2022) refere que embora o conceito envolva os “Dois Objetivos Centenários”, inclui também o objetivo de transformar a China numa potência militar, tecnológica e militar até 2035 e a construção de um exército forte (Zhao, 2022, pp.81-82). Neste último aspeto, Zhao (2022, p.81) constata que Xi é bastante diferente dos seus antecessores: Jiang Zemin exigia principalmente que o Exército da Libertação Popular defendesse as fronteiras da China, Hu Jintao concentrou-se no desenvolvimento pacífico da China, ao passo que a primeira manobra

de Xi em aspetos militares; foi ordenar que as forças armadas se focassem em ““lutar e ganhar guerras”” (Xi, 2016, parágrafo.9, cit. por Zhao, 2022, p.81).

Esta será a base para a análise do “Sonho Chinês” no contexto da “nova era” de Xi Jinping. Esta combinação permite identificar os principais elementos do presente conceito: a narrativa histórica dupla de Xi Jinping, tal como esta é descrita por Wang (2014), e atingir os “Dois Objetivos Centenários”. Para efetuar um estudo mais detalhado e profundo, recorreremos ao trabalho de Carrai (2021) cuja base e estrutura é extremamente semelhante à de Wang (2014). Carrai (2021, pp.1-3) refere que o conceito se baseia numa interpretação de Xi Jinping e do PCC da história nacional da China. Essa narrativa consiste em dois elementos principais: que a China foi humilhada e perdeu ingloriosamente o seu anterior prestígio devido aos ataques injustos e ilegítimos das potências ocidentais; que essa glória e esplendor estão prestes a serem recuperados através dos esforços do povo chinês e da vital liderança do PCC. Quanto aos seus objetivos, o “Sonho Chinês” envolve não apenas o cumprimento de objetivos nacionais, representado pelos dois “Dois Objetivos Centenários”, mas também um objetivo internacional: a ascensão da China ao estatuto de grande potência (Carrai, 2021, pp.7-9).

8.4- A Narrativa de Humilhação e Vitimização:

O primeiro componente da narrativa histórica do “Sonho Chinês” é o discurso de vitimização, de humilhação e de agressão sem pretexto às mãos das potências coloniais ocidentais, que apenas terminaram com a vitória do PCC em 1949 (Carrai, 2021, p.11). Este elemento é descrito por Carrai (2021) como o “trauma escolhido” do “Sonho Chinês” (Carrai, 2021, p.11). De acordo com esta narrativa, o PCC apresenta três grandes humilhações: a perda de territórios soberanos, a perda do controlo sobre os assuntos internos e externos da China e a

perda do seu estatuto internacional (Carrai, 2021, p.11). Todas estas injustiças históricas têm de ser imperativamente corrigidos para que o “Sonho Chinês” possa ser concretizado na sua plenitude. O “trauma escolhido” funciona como a antítese do rejuvenescimento nacional, tendo sido utilizado pelo PCC na década de 1990 como fundamento para o crescente investimento nas capacidades militares do Exército da Libertação Popular (Carrai, 2021, p.12). A mensagem é clara: a China tem de ter forças armadas poderosas para nunca mais sofrer a mesma humilhação às mãos de potências estrangeiras. Esta narrativa cria igualmente uma mentalidade de “nós” (chineses) contra “eles” (as potências ocidentais), resultando numa forma xenófoba de nacionalismo contra as atuais democracias ocidentais, sobretudo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Estes supostos inimigos, são concebidos como potências agressivas e gananciosas, em contraste com uma China pacífica e culturalmente avançada (Carrai, 2021, p.12).

8.5- A Narrativa de Restauração da Glória Nacional:

O segundo elemento identificado por Carrai (2021, pp.12-13), é a “glória escolhida”, que consiste na restauração da glória nacional através da promessa de um futuro glorioso para a China. No contexto da rápida ascensão chinesa no palco internacional, a proeminência de um discurso de vitimização tem perdido espaço para esta narrativa restauradora. Para que a “glória escolhida” possa ser alcançada, é necessário corrigir as três grandes injustiças do “século de humilhação”. Estas três injustiças incluem: a perda da soberania nacional chinesa, a perda de território e a perda do seu estatuto como grande potência (Carrai, 2021, p.11). No que toca à perda da sua soberania e independência nacionais, o PCC já corrigiu largamente essa injustiça, visto que recuperou ambas após a sua vitória na Guerra Civil Chinesa em 1949. No entanto, ainda não recuperou todo o território perdido, faltando apenas uma peça para corrigir essa

injustiça histórica: Taiwan. Neste aspeto, Xi e o PCC são absolutamente irredutíveis no que toca às suas ambições territoriais. Xi Jinping (2020a, p.61) defende que a reunificação da nação chinesa é uma peça essencial no rejuvenescimento nacional: sem recuperar Taiwan, a China nunca irá alcançar o rejuvenescimento nacional. A reunificação de Taiwan com a República Popular da China é de tal forma importante para alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa, que Xi Jinping (2022c, p.53) recusou renunciar ao uso da força militar para atingir esse objetivo. A China foi a potência dominante na Ásia Oriental até ao século XVIII e Xi entende que o seu país tem as capacidades necessárias para recuperar essa posição. Neste sentido, é como se o PCC e Xi interpretassem o “século de humilhação” como uma mera anomalia na história milenar chinesa, uma interrupção momentânea da sua história milenar enquanto centro do mundo civilizado. O facto de as potências ocidentais terem dominado o globo nos últimos séculos, é apenas um sobressalto histórico, prestes a ser corrigido pelo conhecimento superior de Xi Jinping das vastas forças impessoais que regem a história humana. Em termos de análise dialética, o Pensamento de Xi Jinping parece entender, que o atual estágio da contradição entre a China e as potências ocidentais favorece Pequim. A questão de Taiwan é de enorme importância, não apenas para o PCC, mas sobretudo para Xi Jinping enquanto líder. A anexação de Taiwan é uma das principais bandeiras do seu mandato, mas é igualmente um dos maiores prémios para qualquer líder chinês. Caso Xi atinga esse objetivo, o seu prestígio seria elevado a um nível sem rival na história do Partido Comunista da China. Com efeito, a conquista de Taiwan seria o maior feito do seu mandato, com o potencial de elevar Xi Jinping a um estatuto equivalente, ou mesmo superior ao de Mao Tsé-Tung. Mao ganhou a Guerra Civil Chinesa em 1949, mas apenas no continente: Chiang Kai-shek e os nacionalistas recuaram para Taiwan e reconstruíram o seu regime na ilha. Apesar de várias tentativas de invasão por parte do PCC, o poderio militar avassalador dos Estados Unidos da América interveio do lado nacionalista uma e outra vez. Ou seja, na visão dos comunistas chineses, a Guerra Civil nunca teve uma conclusão

definitiva, visto que Taiwan nunca foi recuperada. O que se encontra em jogo para Xi Jinping, não é apenas um grande paço no rejuvenescimento nacional, mas também a conclusão definitiva da Guerra Civil Chinesa.

O último elemento mencionado por Carrai (2021, p.13) é “amnésia escolhida”, sem a qual os dois elementos anteriores não poderiam coexistir. A narrativa de Xi é extremamente seletiva, e cheia de lacunas, construções artificiais e ignora os desastres da Revolução Cultural, do Massacre de Tiananmen, do Grande Salto em Frente e das fomes devastadoras causadas pelo PCC em décadas anteriores (Carrai, 2021, pp.13-14). Apesar das suas ambições, Xi entende que a China sempre foi pacífica, focada em comércio e projetos de trocas culturais e filosóficas com o resto do mundo. Enquanto guardião e herdeiro dessa civilização, a realização do “Sonho Chinês” de Xi Jinping seria igualmente pacífica e cordial (Carrai, 2021, p.14). Em suma, seria uma continuação de uma história milenar pacífica que beneficiaria todas as nações do mundo. No entanto, tal como nota Carrai (2021, p.15), esta narrativa é uma construção artificial que choca com as realidades históricas da China. Na verdade, a China sempre exibiu comportamentos expansionistas e agressivos face aos seus vizinhos em múltiplas ocasiões ao longo da sua história, tal como todos os outros impérios (Carrai, 2021, p.14). A própria visão e objetivos de Xi chocam com construção de uma China historicamente pacífica: Xi entende que a construção de um exército de classe mundial é um elemento crítico do “Sonho Chinês” (Carrai, 2021, p.14). A verdadeira face do projeto de Xi Jinping, é revelada mediante uma breve análise dos seus projetos militares, bastando apenas mencionar as ambições do PCC para a sua marinha de guerra. A Marinha do Exército da Libertação Popular ambiciona construir uma frota de guerra centrada em porta-aviões, movidos a propulsão nuclear e de alcance praticamente ilimitado, com capacidade de enorme projeção de poder militar convencional, aéreo e marítimo em águas muito distantes O'Rourke (2019, pp.20-23). Os Estados Unidos da América detêm a marinha mais poderosa do planeta, construída precisamente em torno de porta-aviões nucleares

que certamente não foram desenvolvidos para propósitos defensivos. Este tipo de desenvolvimentos, bem como a análise de documentos oficiais do PCC nestas matérias, levam Carrai (2021, p.13) a concluir que Xi e o PCC se encontram dispostos a fazer uso de meios coercivos para realizarem os seus objetivos. Concluindo, o “Sonho Chinês” é composto em primeiro lugar por uma narrativa histórica, de acordo com a qual a China foi humilhada e de seguida resgatada pelo PCC (“trauma escolhido”). Consiste também numa narrativa de restauração das glórias do passado (“glória escolhida”) e uma “amnésia escolhida”, para que esta construção artificial funcione. Esta é natureza do “Sonho Chinês”: um sonho de modernização nacional e de restauração do estatuto imperial e fim da humilhação chinesa, construído em torno de uma narrativa histórica artificial.

8.6- Os “Dois Objetivos Centenários”:

Tal como aponta Danzhi (2022, p.272) Os “Dois Objetivos Centenários” não foram introduzidos por Xi, mas sim em 1997 durante o mandato de Jiang Zemin. Como foi mencionado, estes consistem em atingir uma sociedade “*xiǎokāng*” até 2021 e transformar a China num país desenvolvido até 2049. A primeira tarefa é tida como o mais urgente objetivo de desenvolvimento nacional no processo de construir um país socialista, modernizado e desenvolvido. Danzhi (2022, p.273) refere também que o cumprimento deste objetivo se encontra diretamente ligado com a criação de uma base material sólida para atingir o segundo delineado para 2049. Ao atingir estas metas, o PCC espera afastar a possibilidade de a China cair na “armadilha de renda média”, ou seja, que a China se torne velha antes de se tornar rica (Danzhi, 2022, p.273) . A “armadilha de renda média” representa um processo de transição fracassado de uma sociedade de rendimento médio (“*xiǎokāng*”), para uma sociedade de

rendimentos altos (grande país socialista moderno) (Zhou & Hu, 2021, pp.1-2). No debate em torno da ascensão chinesa, este perigo é tido como um dos principais obstáculos a que a China se transforme numa potência mundial capaz de desafiar a hegemonia dos Estados Unidos. É por este motivo que Xi Jinping se refere aos “Dois Objetivos Centenários”: sem a China ultrapassar estes obstáculos e sem recuperar Taiwan, a ascensão internacional chinesa e as ambições de Xi e do PCC dificilmente serão concretizadas. Tal como referem Lee & Dobb (2014, pp.9-10), embora muitos países tenham transitado com sucesso de um estado de baixo rendimento para economias de rendimento médio, apenas cerca de 30 países conseguiram transitar de médio para alto rendimento. Resumindo, sem a China completar o seu processo de modernização para um país desenvolvido e sem superar a “armadilha de renda média”, o “Sonho Chinês” será impossível. Concluindo, ambos os objetivos de desenvolvimento nacional constituem a base necessária do “Sonho Chinês” de Xi Jinping, que também inclui todo um conjunto de objetivos internacionais em torno da ascensão da China ao estatuto de superpotência.

8.7- Os Dois Objetivos do “Comunismo Nacional” de Xi Jinping:

O Pensamento de Mao Tsé-Tung não foi apenas uma adaptação dos princípios gerais e universais marxistas-leninistas às condições nacionais da China da sua época, como também foi uma forma de “comunismo nacional” focada na luta revolucionária e libertação nacional. A Sinificação do Marxismo continuou no mandato de Deng Xiaoping, mas adaptada às condições nacionais de 1981 e focada em objetivos de desenvolvimento nacional (Zwick, 1983, p.171). Da mesma forma, Xi Jinping desenvolveu uma ideologia prática semelhante: uma adaptação do marxismo-leninismo às condições da China da primeira metade do século XXI, focada em metas de desenvolvimento nacional – “Dois Objetivos Centenários” – mas também em metas

internacionais representadas pelo “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”. Se juntarmos esta caracterização à lógica de Zwick (1983), rapidamente se chega à conclusão que Xi faz uso do nacionalismo chinês (na sua forma particular centrada no PCC) de duas formas: para promover objetivos de desenvolvimento nacional e para recuperar o seu antigo estatuto internacional, representado pela dupla narrativa histórica do “Sonho Chinês”. Este último é o fator verdadeiramente diferencial na “nova era” de Xi: tal como o “comunismo nacional” chinês evoluiu devido às novas circunstâncias nacionais da China na era de Deng, o mesmo acontece com o Pensamento de Xi Jinping. A ascensão chinesa nos últimos 40 anos, durante a qual a China se transformou na segunda maior economia do mundo, alterou radicalmente as condições nacionais chinesas. Crucialmente, alterou também as ambições internacionais do PCC. Nesta perspetiva, o Pensamento de Xi Jinping é a mais recente forma de “comunismo nacional” do PCC, que canaliza o nacionalismo chinês para alcançar os objetivos nacionais (“Dois Objetivos Centenários”) com o objetivo final de avançar a modernização socialista da China. No entanto, é também um “comunismo nacional” dedicado a restaurar a suposta glória ancestral da China e o seu estatuto internacional de superpotência. Neste aspeto, o “comunismo nacional” de Xi Jinping é consideravelmente mais abrangente e ambicioso do que qualquer um dos seus predecessores.

8.8- Elementos das Filosofias Tradicional Chinesas:

De um ponto de vista geral, a relação entre o Pensamento de Xi Jinping e as filosofias tradicionais chinesas, não é distinta da de outras contribuições ideológicas. Em primeiro lugar, a relação é marcada pela supremacia do elemento marxista-leninista, segundo a qual a “modernização” do Confucionismo deve ser guiada e moldada pelo elemento marxista dominante (Wu, 2015, p.320). Esta “modernização” deve sempre servir os propósitos do PCC

e qualquer elemento que não seja proveitoso nesse sentido, ou que seja incompatível com o marxismo-leninismo, deve ser descartado (Wu, 2015, p.311). É uma relação marcada pela dominância e supremacia do elemento socialista e pela sua finalidade instrumental. Xi defende que é necessário partir de um ponto de vista marxista no que toca à interpretação das filosofias tradicionais usando o passado para servir o presente (Jinping, 2020, pp.165-167). De um ponto de vista geral, o Pensamento de Xi Jinping representa uma continuação do processo de “modernização” do confucionismo sob a tutela da ideologia socialista. Esta relação encontra semelhanças com o “nacionalismo centrado no partido” desde 1989, visto que ambos são construções ideológicas do PCC elaboradas durante o mesmo contexto histórico após Tiananmen, durante o qual o marxismo-leninismo perdeu a capacidade de assegurar por si só a legitimidade do regime. No entanto, tal como refere Delian Lin (2017), a promoção das filosofias tradicionais por Xi Jinping, tem ainda dois outros propósitos. O primeiro é justificar o governo leninista, autoritário e altamente centralizado do partido comunista (Lin, 2017, p.47). O segundo prende-se com a necessidade de promover a “autoconfiança cultural” da China, mais especificamente para justificar o modelo ideológico e político chinês, como se este tivesse de ser obrigatoriamente distinto do modelo democrático liberal das sociedades ocidentais (Lin, 2017, p.47).

Anteriormente, o PCC justificava o seu poder, modelo político e instituições através do argumento das “condições nacionais” chinesas, tal como ocorreu na campanha de educação “patriótica” da década de 1990. Esta justificação consiste no argumento de que o PCC, a sua ideologia, sistema político e modelo de desenvolvimento económico, são os únicos que se encontram especificamente adaptados às “condições nacionais” chinesas. Consequentemente, o modelo político e socioeconómico dos marxistas-leninistas é o único modelo adequado para a China. No entanto, para Xi Jinping, esse argumento não é suficiente. A ideologia, modelo político e de desenvolvimento económica do partido comunista, são as únicas que a China deve

seguir. Esta exclusividade, não se deve apenas ao facto de o Socialismo com Características Chinesas serem especialmente adaptadas às condições nacionais, mas também porque se baseiam nas tradições filosóficas, civilizacionais e políticas da China (Lin, 2017, pp.54-56). Desta forma, o Pensamento de Xi Jinping justifica a continuidade do seu modelo político socialista e autoritário não apenas porque é especificamente adaptado às condições nacionais da China, mas porque é uma continuação de práticas civilizacionais milenares que estabelecem os padrões chineses para um bom governo. Ou seja, Xi apresenta-se não apenas como um líder com o conhecimento adequado das vastas leis impessoais estabelecidas por Marx e Engels, das condições nacionais chinesas, mas também como um líder exemplar pelos padrões políticos e morais tradicionais. Esta dimensão pode ser vista como o comunismo cosmológico chinês do Pensamento de Xi Jinping: a fusão final entre a conceção do mundo de Kang Youwei e da mundivisão materialista e dialética de Marx e Engels.

O uso de filosofias tradicionais chinesas por Xi Jinping, não serve apenas para justificar o regime e modelo económico do PCC, mas também para fortalecer a noção de que a China pertence a uma matriz civilizacional e ideológica totalmente distinta da ocidental. Consequentemente, o único modelo correto para a China seria aquele que foi desenvolvido e adaptado não apenas às suas “condições nacionais”, mas que tem origem no seu modelo civilizacional. Desta forma, Xi justifica a sua rejeição total e absoluta do modelo democrático, porque este origina na civilização ocidental e é consequentemente incompatível quer com as “condições nacionais” chinesas, quer com a matriz civilizacional da China. Delian Lin (2017, p.55) refere uma ocasião bastante reveladora em 2014, durante a qual Xi Jinping se encontrou com então primeiro-ministro grego Antonis Samaras. Xi Jinping (2014b, cit. por Lin, 2017, p.55) alertou o primeiro-ministro grego para o facto de a democracia ocidental assentar na tradição greco-romana, ao passo que o modelo do PCC, encontra as suas origens na tradição

clássica chinesa. No entanto, Xi Jinping (2020a, p.506) vai mais longe nas suas afirmações, declarando que não vai exportar o seu modelo político e económico para o exterior.

8.9- “Dàtóng” e “Xiǎokāng” no Pensamento de Xi Jinping:

“Xiǎokāng” é um conceito absolutamente central no Pensamento de Xi Jinping. Este modelo social foi estabelecido em 2017 durante o 19.º Congresso do PCC, como o principal objetivo para 2021 (sociedade moderadamente próspera) na forma do primeiro dos “Dois Objetivos Centenários”. Tal como foi referido anteriormente, “xiǎokāng” é uma sociedade desejável, mas intermédia entre uma era de desordem e uma era de “dàtóng”. No entanto, surge uma questão crucial: quais são os requisitos de Xi para atingir uma sociedade “xiǎokāng”? Boer (2021, p.158) identifica três critérios essenciais: gestão de riscos profundos, redução da pobreza e civilização ecológica, sem os quais é impossível falar de uma sociedade moderadamente próspera. O primeiro requisito refere-se aos problemas incluídos na contradição principal de 2017, tais como desigualdade económica, a satisfação das crescentes necessidades do povo chinês, entre outros. O segundo refere-se ao objetivo de eliminar a pobreza na China e de atingir “prosperidade comum”, através da qual Xi pretende assegurar uma sociedade menos desigual. O terceiro, refere-se ao objetivo de criar um modelo de desenvolvimento verde, capaz de responder às preocupações ambientais do povo chinês e garantir crescimento económico sustentável. Sem estes elementos não é possível atingir uma sociedade “xiǎokāng”. É evidente que a criação de uma sociedade moderadamente próspera (“xiǎokāng”) é um elemento central para Xi Jinping, constituindo não uma promessa futura, mas uma realidade prestes a ser realizada. Com efeito, Xi declarou em 2021 que a China tinha finalmente atingido “xiǎokāng” (W. Cong & T. Lei, 2021).

Embora Xi mencione frequentemente “*xiǎokāng*”, muito raramente usa o termo “*dàtóng*”. Será que “*dàtóng*” e comunismo pleno foram esquecidos pelo PCC e por Xi Jinping? Para obter uma resposta, é necessário relembrar o conceito da fase preliminar do socialismo e o longo e gradual processo de construção de um sistema socialista. “*Dàtóng*” era o objetivo final de Mao Tsé-Tung durante o seu mandato, uma era avançada na qual o comunismo pleno seria atingido e na qual todas as contradições seriam não antagónicas. A transição do capitalismo para o comunismo envolve a passagem pelo estágio intermédio do socialismo, durante o qual vigora a ditadura do proletariado. Essa transição foi abordada por Lenine quando elaborou a NPE, referindo que não era possível efetuar a transição, sem antes passar pelo socialismo e sem possuir a base material necessária. Tal como Lenine entende que é necessária uma transição gradual através do estágio intermédio do socialismo, Xi entende que antes de se poder alcançar “*dàtóng*”, é necessário estabelecer uma sociedade “*xiǎokāng*”, tal como demonstra a sua abordagem do estágio preliminar do socialismo. Tal como nota Boer (2021): “...o socialismo precede o comunismo, que levará muito tempo a atingir.”(pp.156-157). Ou seja, embora Xi tenha promovido uma interpretação ligeiramente diferente do conceito do estágio primário do socialismo e um ritmo mais acelerado na construção do sistema socialista chinês, tal não significa que Xi tenha desistido de uma transição gradual para o comunismo pleno/”*dàtóng*”. O objetivo de Xi Jinping, não é uma transição direta para o comunismo pleno tal como os soviéticos tentaram antes da introdução da NPE. Se Xi tivesse por objetivo uma transição direta para o comunismo e que esta fosse possível e desejável, focar-se-ia não em atingir uma sociedade “*xiǎokāng*”, mas em atingir “*dàtóng*”. Concluindo, embora Xi promova uma transição mais acelerada a respeito do estágio primário do socialismo, tal não significa de todo que procure atingir “*dàtóng*”. “*Dàtóng*” ainda permanece um objetivo distante na visão do Pensamento de Xi Jinping. “*Xiǎokāng*” pelo contrário, é um objetivo característico do estágio primário do socialismo, que é precisamente a fase de desenvolvimento na qual a China se

encontra. Consequentemente, é uma sociedade “*xiǎokāng*” e não uma sociedade “*dàtóng*” que constitui um dos objetivos centrais do mandato de Xi Jinping (Boer, 2021, p.157).

CAPÍTULO 9: Conclusões

9.1- Quais são Principais Elementos Ideológicos do Pensamento de Xi Jinping?

Em primeiro lugar, esta investigação conclui que o Pensamento de Xi Jinping se integra no sistema ideológico de Socialismo com Caraterísticas Chinesas. Este sistema tem dois componentes essenciais, tal como demonstram os argumentos de Schurmann (1968) e de Wei, Yongxin & Juan (2023) : a sua base teórica universal nos princípios gerais do marxismo-leninismo e as sucessivas adaptações dessa mesma base universal às circunstâncias nacionais da China. Desta forma, o Pensamento de Xi Jinping é em primeiro lugar, a adaptação dos princípios universais do marxismo-leninismo, às condições nacionais da China da primeira metade do século XXI. O Pensamento de Xi Jinping não representa uma nova teoria (“*lilùn*”), mas sim uma conjugação da teoria e da realidade prática para criar pensamento (“*sīxiǎng*”): uma ideologia prática de base marxista-leninista para o século XXI. Todas as contribuições práticas, desde o Pensamento de Mao Tsé-Tung até ao Pensamento de Xi Jinping, partilham a mesma estrutura ideológica: materialismo dialético, materialismo histórico e sobretudo a Teoria das Contradições de Mao Tsé-Tung. Estes são os elementos ideológicos básicos no que toca à sua base marxista-leninista.

O segundo elemento é a sua forma particular de nacionalismo, ou “patriotismo” na terminologia socialista chinesa. Seguindo os argumentos de Tsang & Cheung (2022), Tsang (2020) e Zhao (1998), este assume a forma de “nacionalismo centrado no partido”. No nacionalismo de Xi Jinping, os interesses do PCC são equivalentes e indistinguíveis dos interesses nacionais. Carateriza-se ainda por exigir que os cidadãos demonstrem a mesma lealdade ao PCC, que devem ao país e à nação. É um nacionalismo de carácter profundamente

leninista: totalmente focado em perpetuar o governo absoluto do PCC. Todos os sucessos da China, passados, presentes e futuros dependem da continuidade do regime ditatorial do PCC, do seu papel incontestado de vanguarda e da sua compreensão das leis materiais da história. Xi Jinping é simultaneamente um robusto nacionalista chinês e um leninista convicto, rígido e disciplinado. Para Xi, o PCC é supremo na sua autoridade, não tem limites à sua atividade e todos se devem dobrar aos seus desejos. Neste aspeto, o Pensamento de Xi Jinping é um leninismo nacionalista para o século XXI. Xi deseja que todos os aspetos da vida social e económica se dobrem à sua agenda ideológica. Tudo para o partido, nada contra o partido.

No seu elemento nacionalista, o Pensamento de Xi Jinping tem dois aspetos centrais: o “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional” e os “Dois Objetivos Centenários”. No que ao segundo, este consiste em dois objetivos de desenvolvimento nacional, algo que não é novidade desde a contradição principal de 1956. No que toca ao “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”, este é uma novidade não no seu uso, mas na sua formulação particular. Embora outras contribuições ideológicas fizessem referência a uma restauração nacional num futuro distante, o Pensamento de Xi Jinping não translada essa promessa para um horizonte fora de vista. Para Xi, a restauração da China em termos nacionais (como um grande país modernizado e desenvolvido) e internacionais (como grande potência), pode e deve ser alcançada mais cedo e mais importante ainda, durante o seu mandato. Finalmente, exhibe um componente étnico de supremacia Han, tal como prova a campanha de repressão étnica em Sinkiang.

Finalmente, o Pensamento de Xi Jinping procura conjugar filosofias tradicionais chinesas com a doutrina marxista. Esta conjugação verifica-se desde Mao Tsé-Tung, excluindo obviamente o fim do seu mandato e a Revolução Cultural. A relação entre os dois elementos não é de igualdade, mas sim de dominância: os princípios tradicionais adaptam-se à base ideológica marxista e não o inverso, sendo assim reformulados em termos exclusivamente

marxistas para servirem os propósitos do PCC. No Pensamento de Xi Jinping, estes servem primariamente para assegurar o controlo do PCC sobre a cultura tradicional chinesa e assim garantir a sua liderança cultural, justificar o governo altamente centralizado, marxista, ditatorial e antidemocrático e para apresentar o seu modelo de desenvolvimento como a única opção legítima e compatível com as circunstâncias nacionais e civilizacionais da China.

Estes são os principais elementos do Pensamento de Xi Jinping:

1. Uma base marxista-leninista, especificamente adaptada através do processo da Sinificação do Marxismo às condições nacionais da China da primeira metade do século XXI.
2. Um nacionalismo partidário eminentemente leninista focado em assegurar a lealdade dos cidadãos, garantir a supremacia e legitimidade do PCC e atingir os objetivos partidários.
3. Um elemento composto por uma amálgama de conceitos e princípios provenientes das filosofias tradicionais chinesas.

No entanto, tendo em conta os argumentos de Schurmann (1968), o Pensamento de Xi Jinping representa a mais recente contribuição ideológica do PCC. Xi é o primeiro líder desde Mao, cuja ideologia foi classificada como “pensamento” (“*sīxiǎng*”), revelando que a contribuição de Xi Jinping é equivalente ao Pensamento de Mao Tsé-Tung em termos de prestígio. É a mais recente combinação da teoria pura e da realidade prática chinesa, produzindo um manual ideológico marxista-leninista para a China do século XXI. Se na era de Mao Tsé-Tung, a ideologia total do PCC era composta pelo marxismo-leninismo e o Pensamento de Mao Tsé-Tung, na era de Xi Jinping, a ideologia total do PCC é marxismo-leninismo e o Pensamento de Xi Jinping.

9.2- O que é o Pensamento de Xi Jinping?

O Pensamento de Xi Jinping é o manual de ação prática do PCC para a primeira metade do século XXI: uma forma nacional, não universal e nacionalista de marxismo-leninismo sinificado ou mesmo sinocêntrico. Não é de todo uma forma universal de socialismo, mas sim não universal, nacional e destinada apenas à sua aplicação direta e interna dentro da China. No caso do Pensamento de Xi Jinping, verifica-se uma adaptação das verdades universais do marxismo-leninismo às condições nacionais chinesas da primeira metade do século XXI, combinadas com uma forma particular de nacionalismo (“nacionalismo centrado no partido”) e conceitos das filosofias tradicionais chinesas.

É também uma forma de socialismo chinês acentuadamente leninista e nacionalista. O Pensamento de Xi Jinping coloca o monopólio político e do poder do PCC e a perpetuação do seu governo, no centro de tudo: nada está fora do controlo partido e nada está acima do partido. Nesta conceção, o PCC é a vanguarda incontestada da nação chinesa e o arquiteto de todos os seus sucessos: foi o PCC que libertou a China, foi o PCC que enriqueceu a China e será o PCC quem irá tornar a China forte e a transformará numa grande potência capaz de rivalizar com os Estados Unidos da América. É uma forma de socialismo chinês ou, nos termos de Zwick (1983), um “comunismo nacional” firmemente focado no desenvolvimento nacional e restauração da China enquanto grande potência. A doutrina de Xi integra também os princípios das filosofias tradicionais chinesas, de forma subordinada e instrumental, segundo os argumentos de Shufang Wu (2015), Zhao (1998) e Pye (1993) respetivamente. Desta forma, o Pensamento de Xi Jinping é uma forma nacional, não universal, nacionalista e sinificada de marxismo-leninismo adaptada ao século XXI.

No que toca à sua economia política, o Pensamento de Xi Jinping é claramente estatista e intervencionista, tal como demonstram, as análises de Lardy (2019), Naughton (2018) e Rudd (2022a). Xi Jinping procura reestabelecer a posição do setor público chinês, enquanto base económica do país e elemento dominante da economia de mercado socialista. Este novo modelo representa uma nova ortodoxia económica, na qual o principal objetivo é assegurar o controlo do PCC sobre a economia. Para Xi, crescimento económico já não é a prioridade, tal como ocorreu em décadas anteriores. A prioridade é manter o controlo do PCC sobre todos os aspetos da vida económica e social da China, mesmo que o aumento desse controlo prejudique a economia.

9.3- Qual é a importância do Pensamento de Xi Jinping?

O Pensamento de Xi Jinping representa a imposição de uma nova ortodoxia marxista-leninista na China moderna. O programa de doutrinação ideológica e propaganda promovido por Xi não encontra paralelos desde o mandato de Mao Tsé-Tung, embora Xi não esteja de todo interessado em reinstaurar um modelo de estilo maoísta. Mao atacou o PCC durante a Revolução Cultural, pondo em causa a sua viabilidade e focou-se sobretudo na manutenção da sua posição pessoal depois de 1957. Em contraste, o modelo de Xi coloca a supremacia e perpetuação do partido comunista no topo das suas prioridades. Ao contrário de Mao, Xi é um leninista extremamente rígido e disciplinado que coloca o partido acima de tudo. Assim, o Pensamento de Xi representa não uma ortodoxia neomaoísta, mas sim neoleninista, que representa uma nova fase na história do PCC.

Em segundo lugar, o Pensamento de Xi Jinping sinaliza um novo modelo de governo na história do PCC. Desde o fim do mandato de Deng Xiaoping que o PCC tem seguido um modelo

de governo coletivo, no qual o partido comunista decidia em conjunto e entre os seus mais altos dirigentes que medidas devem ser introduzidas. O Pensamento de Xi Jinping pelo contrário, envolve duas mudanças extremamente importantes: o fim do modelo de governo coletivo e a sua substituição por um modelo altamente centralizado. Xi eliminou toda a oposição dentro do PCC e concentrou todos os altos cargos na sua pessoa, tornando-se essencialmente no equivalente moderno de Mao Tsé-Tung no que concerne aos seus poderes. Xi Jinping também não nomeou qualquer possível sucessor ou sucessores, na eventualidade de falecer ou de se demitir. Ao passo que de Deng Xiaoping a Hu Jintao, o PCC seguiu um sistema de sucessão previsível, no qual os mandatos consecutivos eram limitados, o modelo de Xi não prevê qualquer modelo semelhante nem nomeia sucessores. Tudo indica para que Xi Jinping se tenha consolidado no poder e permaneça na sua posição até à sua morte.

Em terceiro lugar, o Pensamento de Xi Jinping introduz um novo rumo de desenvolvimento económico. Anteriormente o crescimento económico chinês foi sustentado pelo desenvolvimento e expansão do setor privado e pela formação de grandes firmas e conglomerados empresariais. No entanto, Xi Jinping entende que caso essa mesma liberalização fosse expandida, o PCC iria perder o controlo sobre o desenvolvimento económico do país e potencialmente, perder o controlo sobre a China. Não apenas isso, como os novos bilionários chineses e o florescente setor privado são vistos como figuras de autoridade que representam possível concorrência para o PCC e para o próprio Xi Jinping. Efetivamente, existe uma contradição entre os interesses do PCC e a liberalização económica do país. Ou seja, a era de Xi Jinping representa o possível fim de mais de 40 anos de crescimento económico, abertura ao exterior e crescimento do setor privado.

A China encontra-se atualmente na mesma transição económica que os seus vizinhos asiáticos, mas sem a flexibilidade de um sistema democrático que possa garantir a

sustentabilidade do regime em tempos de grandes convulsões políticas, económicas e sociais. Neste aspeto, existem sérias dúvidas de que o PCC consiga sobreviver da mesma forma que a democracia japonesa, caso enfrente uma crise económica da mesma magnitude que a crise japonesa do final do século XX. Consequentemente, o Pensamento de Xi Jinping procura exercer um nível de controlo sobre a economia que não encontra precedentes no período após a morte de Mao Tsé-Tung. Mao presidiu sobre uma economia extremamente atrasada, subdesenvolvida e rural, tentando resolver o problema através da coletivização dos meios de produção. Por seu lado, Xi lidera um país com a segunda maior economia do mundo, marcada por enorme inovação, complexidade e dinamismo. São duas situações totalmente distintas.

No modelo de Xi, a inovação, a transição económica, e o crescimento da economia chinesa, são não apenas conduzidas pelo setor público, mas também controladas e vigiadas pelo aparato partidário. Xi deseja que a economia criada nas últimas décadas passe a ser dirigida pelo PCC, constituindo assim um projeto ideológico e económico que não encontra precedentes. Nunca um partido marxista-leninista empreendeu uma reforma deste caráter e envergadura. Esta tentativa de subjugar a economia, reflete o entendimento de Xi Jinping acerca da relação entre forças e relações de produção. Xi não deseja coletivizar a economia, mas sim ter o melhor dos dois mundos: continuar a desenvolver as forças produtivas, sem ter de ceder controlo da economia ao setor privado. Mais uma vez, a questão fulcral é a forma como as forças produtivas devem evoluir e não na escolha entre forças e relações de produção. Resta apenas saber, se o melhor dos dois mundos são ou não incompatíveis entre si: será que Xi é capaz de desenvolver a economia através do setor público e manter o nível de controlo desejado? Tendo em conta a complexidade da economia chinesa, os níveis de corrupção do PCC, o desacelerar da economia, a ineficácia do setor público e o modelo de liderança centralizado e personalista de Xi Jinping, será no mínimo curioso acompanhar esta manobra inédita.

Por todos os motivos anteriormente mencionados, o Pensamento de Xi Jinping é das contribuições mais significativas no processo de Sinificação do Marxismo. A Teoria de Deng Xiaoping teve êxito no seu plano de reformas económicas e resultou numa das grandes histórias de sucesso económico do século XX e XXI, catapultando a China para o estatuto de segunda maior economia do mundo e de maior potência militar asiática. Uma mera análise dos objetivos estabelecidos pelo Pensamento de Xi Jinping, é suficiente para entender a sua importância nestes termos. Como vimos, os objetivos nacionais, internacionais e económicos de Xi Jinping não encontram precedentes na China. Se Xi tiver sucesso em atingir os seus objetivos nacionais e internacionais, a sua figura e doutrina política serão elevadas a níveis nunca vistos desde Mao Tsé-Tung. Esta investigação não procura saber se Xi vai ou ter sucesso nos seus objetivos, mas é evidente que caso o tenha, será considerado como o maior líder da China moderna. No entanto, será necessário deixar o processo decorrer para que se possa concluir ou pelo sucesso, ou pelo fracasso do Pensamento de Xi Jinping. Através desta análise, espera-se que a presente dissertação tenha oferecido uma análise satisfatória do Pensamento de Xi Jinping, das suas origens, bases teóricas, elementos ideológicos e características particulares.

9.4- Conclusão:

A doutrina política de Xi demonstra que os objetivos, natureza e base ideológica do PCC nunca se alterou da forma comumente percecionada no Ocidente. É verdade que o PCC enveredou pelo caminho da liberalização económica e do nacionalismo, mas esse mesmo caminho foi delineado através de métodos, e direcionado para objetivos eminentemente marxistas. Por outras palavras, a China e o PCC nunca deixaram de ser marxistas: sempre o foram e Xi Jinping apenas está a lembrar-nos a todos desse simples facto. O modelo político

de Xi Jinping é ditatorial, autoritário, leninista, altamente centralizado e totalmente contrário ao modelo da democracia liberal e representa o maior desafio enfrentado pelo mundo livre mesma desde a queda do Muro de Berlim em 1990. Xi é o líder chinês mais poderoso desde Mao Tsé-Tung, tendo concentrado o poder político e militar na sua pessoa: é Presidente da República Popular da China, Secretário da Comissão Militar Central e Secretário-Geral do PCC, comanda uma China de 1.4 bilhões de pessoas, com a segunda maior economia do mundo e as forças armadas mais poderosas de qualquer nação asiática. Armado com a sua ideologia e com estes recursos ao seu dispor, Xi Jinping declara abertamente as suas ambições territoriais, particularmente quanto à questão de Taiwan. O seu “Sonho Chinês” e a sua promessa de restaurar a glória chinesa e o seu estatuto de superpotência, essencialmente assume que a China é líder natural de toda a Ásia Oriental, tal como a China sempre foi na construção histórica de Xi. Esta visão nacionalista, encontra certos ecos no Japão da década de 1920, que também desejava restaurar a sua glória nacional, vingar a sua humilhação frente às potências ocidentais e dominar o continente a que pertence. A este ponto, não é necessário recordar as graves consequências da visão imperialista de Tóquio, que se verificaram entre 1939 e 1945. O atual líder chinês está a enviar uma mensagem à comunidade internacional. Essa mensagem é a seguinte: a China não vai seguir o caminho da democracia e da liberalização, a China vai modernizar-se rapidamente e com sucesso e vai alcançar todos os seus objetivos. Nessa missão, os objetivos são fixos e determinados, a China e o PCC são irredutíveis e pagaram o preço necessário para os alcançar, quer estes objetivos sejam internos ou externos. Armado com a compreensão adequada dos princípios marxistas, das vastas forças impessoais que regem o curso da história humana e liderando o país socialista mais poderoso do mundo, Xi é um líder com uma convicção profunda de que a história em si se encontra do seu lado e que a sua missão irá indubitavelmente encontrar sucesso. É um líder com uma visão: o grande rejuvenescimento da nação chinesa e o sucesso do modelo de desenvolvimento do PCC. Ao contrário de Deng,

Xi é um líder com uma visão extremamente ideológica do mundo. O Pensamento de Xi Jinping representa o modelo alternativo ou, mais específica e corretamente, o exemplo metodológico de um modelo alternativo à democracia liberal, que Xi vê como frágil e em declínio. Esta é a natureza do Pensamento de Xi Jinping: uma ideologia e modelo alternativo e contrário à democracia ocidental na forma de marxismo-leninismo sinificado e “patriótico”.

Referências Bibliográficas:

- Acton, H. B. (1947). The Marxist Outlook, *Philosophy* 22(83), pp.208-230.
URL: <https://www.jstor.org/stable/3747852>
- Anderlini, J. (2010, maio 12). Chinese officials' children in corruption claim, *Financial Times*.
URL: <https://www.ft.com/content/4477ffda-2df1-11df-b85c-00144feabdc0>
- Asian Development Bank. (2021). *The 14th Five-Year Plan of the People's Republic of China—Fostering High-Quality Development*. Asian Development Bank, Manilla. URL: <https://www.adb.org/publications/14th-five-year-plan-high-quality-development-prc>
- Beetham, D. Political Legitimacy. (2004). In Nash, K. & Scot, A. *The Blackwell Companion to Political Sociology* (pp.120-129), Blackwell Publishing.
- Bei, J. (2018). Study on the “High-Quality Development” Economics. *China Political Economy* 1(2), pp.163-180. DOI: <https://doi.org/10.1108/CPE-10-2018-016>
- Beyme, K. V. (1975). A Comparative View of Democratic Centralism. *Government and Opposition* 10(3), pp.259-277. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1975.tb00640.x>
- Boer, R. (2021). *Socialism with Chinese Characteristics: A Guide for Foreigners*. Springer. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-981-16-1622-8>
- Brødsgaard, K. E. & Gang, C. (2019). *The Chinese Communist Party since 1949: Organization, Ideology, and Prospect for Change*. Brill. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004417984>
- Brown, K. & Bērziņa-Čerenkova, U. A. (2018). Ideology in the Era of Xi Jinping. *Journal of Chinese Political Science* 23(3), pp.323-339. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-9541-z>
- Brown, K. (2012). The Communist Party of China and Ideology. *China: An International Journal* 10(2), pp.52-68. DOI: <https://doi.org/10.1353/chn.2012.0013>

- Carrai, M. A. (2021). Chinese Political Nostalgia and Xi Jinping's Dream of Great Rejuvenation. *International Journal of Asian Studies*, 18(1), pp.7-25. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1479591420000406>
- Central Committee of the Communist Party of China. (1981/2014). Resolution on Certain Questions in the History of Our Party since the Founding of the People's Republic of China (Traduzido por Wilson Center Digital Archive) *Beijing Review*, 24(27), pp.10-39. URL: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/resolution-certain-questions-history-our-party-founding-peoples-republic-china>
- Chang, M. H. (1996). The Thought of Deng Xiaoping, *Communist and Post-Communist Studies*, 29(4), pp.377-394. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0967-067X\(96\)80022-5](https://doi.org/10.1016/S0967-067X(96)80022-5)
- Chen, A. H. Y. (2013). The Concept of 'Datong' in Chinese Philosophy as an Expression of the Idea of the Common Good. In D. Solomon & P. C. Lo. (Eds.) *The Common Good: Chinese and American Perspectives* (pp.85-102). Springer. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-94-007-7272-4>
- Chen, J. (1995). The impact of reform on the party and ideology in China. *Journal of Contemporary China*, 4(9), pp.22-34. DOI: <https://doi.org/10.1080/10670569508724221>
- Cheng, E. (2018) Marxism and Its Sinicized Theory as the Guidance of the Chinese Model: The “Two Economic Miracles” of the New China. *World Review of Political Economy*, 9(3), pp.296-314. DOI: <https://doi.org/10.13169/worrevipoliecon.9.3.0296>
- Chun, L. (2019). Mass Line. In C. Sorace, I. Franceschini & N, Loubere (Eds.) *Afterlives of Chinese Communism: Political Concepts from Mao to Xi* (pp.121-133). Australian National University Press. DOI: <https://doi.org/10.22459/ACC.2019>
- Clarke, M. (2021). Settler Colonialism and the Path toward Cultural Genocide in Xinjiang. *Global Responsibility to Protect* 13, pp.9-19. DOI: <https://doi.org/10.1163/1875-984X-13010002>

- Cong, W & Jei, T. (2021, Julho 1). Xi declares completion of moderately prosperous society. *Global Times*. URL: <https://www.globaltimes.cn/page/202107/1227540.shtml>
- Dhanzi, Y. (2022). Two Centenary Goals. In C. Fang, P. Nolan & W. Linggui (Eds.), *The Routledge Handbook of the Belt and Road* (pp.272-276). Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003286202>
- Dibb, P. & Lee, J. (2014). Why China Will Not Become the Dominant Power in Asia. *Security Challenges* 10(3), pp.1-22.
- Ding, X. (2009). The Socialist Market Economy: China and the World. *Science & Society* 73(2), pp. 235-241. DOI: <https://doi.org/10.1521/siso.2009.73.2.235>
- Donham, D. L. (2015). Modes of Production. In James D. Wright (Ed.) *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2^o ed., pp.714-717). Elsevier. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.12110-5>.
- Doshi, R. (2021). *The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order*. Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780197527917.001.0001>
- Düben, B. A. (2020). Xi Jinping and the End of Chinese Exceptionalism. *Problems of Post-Communism* 62(2), pp.111-128. DOI: <https://doi.org/10.1080/10758216.2018.1535274>
- Floracruz, J. A. (1994). The Crisis of Ideology in China. *The Brown Journal of World Affairs* 2(1), pp.169-174. URL <https://www.jstor.org/stable/24595465>
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. The Free Press. URL: https://old.tsu.ge/data/file_db/anthim/011.pdf
- Genshan, G. (2012). What Really Made Mao Change his Ideas on the Principal Social Contradiction in 1957? *Canadian Social Science*, 8(1), pp.77-84. URL: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=68f68d5b08840acacb5735042e77f86d99576628>

- Gore, L. P. (2022). Behind Xi Jinping's Resurrection of Ideological Orthodoxy. In F. N. Pieke & B. Hofman (Eds.) *CCP Futures: The New Era of Socialism with Chinese Characteristics*, (pp. 47-53). East Asian Institute.
- Gore, L. P. (2023). Leninism for the 21st Century: Xi Jinping's Ideological Party-building. *China: An International Journal* 21(2), pp.8-25.
- Harris, L. Kiernan, V. G. & Miliband, R. A. (1991). *Dictionary of Marxist Thought*. Blackwell Publishers.
- Hegel, G. W. F. (2010). *The Science of Logic*. Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/9780511780240>
- Heng, Q. (2018). Navigating China's Economic Development in the New Era From High-Speed to High-Quality Growth. *China Quarterly of International Strategic Studies* 4(2), pp. 177-192.
- Holbig, H. (2010). Reclaiming Legitimacy in China. *Politics & Policy* 38(3), pp.395-422. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-1346.2010.00241.x>
- Holbig, H. (2013). Ideology after the end of ideology: China and the quest for autocratic legitimation. *Democratization* 20, pp.61-81. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.738862>
- Holbig, H. (2018). China after Reform: The Ideological, Constitutional, and Organisational Makings of a New Era. *Journal of Current Chinese Affairs* 47(3), pp.187–207.
- Hong, Y. (2020). Socialist political economy with Chinese Characteristics in a new era. *China Political Economy* 3(2), pp.259-277. URL: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CPE-10-2020-0017/full/pdf?title=socialist-political-economy-with-chinese-characteristics-in-a-new-era>
- Hu, A. & Zhou, S. (2021). *China: Surpassing the "Middle Income Trap"*. Palgrave Macmillan. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-981-15-6540-3>

- Hu, A. Yan, Y. Tang, X. & Liu, S. (2021). *2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country*. Springer. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-981-15-9833-3>
- Huiming, J. (2017). *Marxism and Socialism with Chinese Characteristics*. Cengage Learning Asia.
- Huntington, S. (1987). The Goals of Development. In M. Weiner, S. P. Huntington (Eds.), *Understanding Political Development: An Analytic Study* (pp.3-32). Little Brown and Company.
- Jinping, X. (2014a). *The Chinese Dream of the Great Rejuvenation of the Chinese Nation* (2^a ed.), Foreign Languages Press.
- Jinping, X. (2014b, 28 de março). *Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At UNESCO Headquarters*. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. URL: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201403/t20140331_678150.html
- Jinping, X. (2020a). *The Governance of China: Volume III* (1^a ed.). Foreign Language Press.
- Jinping, X. (2021). Understanding the New Development Stage, Applying the New Development Philosophy, and Creating a New Development Dynamic. *English Edition of Qiushi Journal* (Original publicado em: *Qiushi Journal Chinese Edition* 9, 2021) URL: http://en.qstheory.cn/2021-07/08/c_641137.htm
- Jinping, X. (2022a). Making Solid Progress Toward Common Prosperity. *English Edition of Qiushi Journal* (Original publicado em: *Qiushi Journal Chinese Edition* 20, 2021). URL: http://en.qstheory.cn/2022-01/18/c_699346.htm
- Jinping, X. (2022b, 12 de maio). *Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Youth League of China*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. URL: http://english.scio.gov.cn/topnews/2022-05/12/content_78214961.htm

- Jinping, X. (2022c) Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects. In Communist Party of China, *Full Text of the Report to the 20th National Congress of the Communist Party of China*. URL: www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202210/t20221025_10791908.html
- Kaufman, A. (2010). The “Century of Humiliation,” Then and Now: Chinese Perceptions of the International Order. *Pacific Focus* 25(1), pp.1-33. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1976-5118.2010.01039.x>
- Knight, N. (1983). The Form of Mao Zedong’s “Sinification of Marxism”. *The Australian Journal of Chinese Affairs* 9, pp.17-33. URL: <https://www.jstor.org/stable/2159087>
- Knight, N. (2002) Mao Zedong's “Sinification of Marxism”. In T. Cheek (Ed.), *Mao Zedong and China's Revolutions: A Brief History with Documents* (197-204). Palgrave. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-137-08687-7_14
- Koss, D. (2021). Party Building as Institutional Bricolage: Asserting Authority at the Business Frontier. *The China Quarterly* 248(S1), pp.222-243. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741021000692>
- Kraus, R. C. (2012). *The Cultural Revolution: A Very Short Introduction*. Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/actrade/9780199740550.001.0001>
- Lardy, N. S. (2019). *The State Strikes Back: The End of Economic Reform in China?* Peterson Institute for International Economics.
- Lee, T. (2022). State Ideology and Propaganda with Chinese Characteristics: The Hidden Struggle between Confucianism and Marxism in Contemporary China. *Kritike* 16(2), pp.54-75. URL: https://www.kritike.org/journal/issue_31/lee_december2022.pdf
- Legros, D., Hunderfund, D. & Shapiro, J. (1979). Economic base, mode of production, and social formation: A discussion of Marx's terminology. *Dialect Anthropology* 4, pp.243–249. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00243824>

- Lenin, V. I. (1973). *V. I. Lenin Collected Works: Volume 33 August 1921-March 1923*. Progress Publishers.
- Lenin, V. I. (1977a). *V. I. Lenin Collected Works: Volume 5 May 1901-February 1902*. Progress Publishers.
- Lenin, V. I. (1977b). *V. I. Lenin Collected Works: Volume 26 September 1917-February 1918*, Progress Publishers.
- Lenin, V. I. (1978). *V. I. Lenin Collected Works: Volume 10 November 1905-June 1906*. Progress Publishers.
- Lenin, V. I. (2020). *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. Foreign Language Press.
- Lin, D. (2021). The CCP's Exploitation of Confucianism and Legalism. In W. W. Lam (Ed.), *Routledge Handbook of the Chinese Communist Party* (pp.47-58). Routledge.
- Ling, F. (2012). Democratization within the CPC and the Future of democracy in China. In J. Y. S. Cheng (Ed.), *China: A New Stage of Development for an Emerging Superpower* (1^o ed., pp.55-89). University of Hong Kong Press.
- Link, P. (2013). *An Anatomy of Chinese: Rhythm, Metaphor and Politics*. Harvard University Press.
- Lu, D. (2020). China's tough battles to achieve the centenary goals. *Journal of Chinese Economic and Business Studies* 18(3), pp.203-207. DOI: <https://doi.org/10.1080/14765284.2020.1822723>
- Ma, M. (2019). The Method of Seeking Truth from the Facts in Marxist Philosophy. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research* 415, pp.160-165.
- Marx, K. (1909). *Capital: A Critique of Political Economy Volume I*. Charles H. Kerr & Company.
- Marx, K. & Engels, F. (1955). *The Communist Manifesto*. Appleton-Century-Crofts.
- Marx, K. (1968). *The Class Struggles in France 1848 to 1850* (2^o ed). Progress Publishers.
- Marx, K. (1977). *Critique of Political Economy*. Progress Publishers.

- Marx, K. & Engels, F. (1986). *Selected Works*, Progress Publishers.
- Marx K. Engels F. & Gasper P. (2005). *The Communist Manifesto: a Road Map to History's Most Important Political Document*. Haymarket Books.
- Marx, K. & Engels, F. (2010a). *Marx & Engels Selected Works: Volume 49 Letters 1890-92*. Lawrence & Wishart.
- Marx, K. & Engels, F. (2010b). *Marx & Engels Collected Works: Volume 8 1848-9*, Lawrence & Wishart.
- Mcarthy, G. (1985). The Socialist Transition and the Socialist Mode of Production. In B. Brugger (Ed.), *Chinese Marxism in Flux, 1978–84: Essays on Epistemology, Ideology, and Political Economy* (pp.142-170). Routledge.
- Meisner, M. (1986). *Mao`s China and After: A History of the People`s Republic of China* (3° ed.). The Free Press.
- Meisner, M. (2007). *Mao Zedong: a Political and Intellectual Portrait* (1° ed.). Polity Press.
- Misra, A. (2000). Tibet: in search of a resolution. *Central Asian Survey* 19(1), pp.79-93. DOI: <https://doi.org/10.1080/713656173>
- Muqiao, X. (1986). *China`s Socialist Economy* (Revised ed.). Foreign Language Press.
- Muruo, G. (1951/1999). Marx Enters the Confucian Temple (Traduzido por M. Finkbeiner & J. T. Wixted). *Renditions* 51, pp.77-86. URL: <http://c1180008.ferozo.com/pdf/203.pdf>
- National Bureau of Statistics of China. (2021). *Main Data of the Seventh National Population Census*. URL: https://web.archive.org/web/20210511031334/http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202105/t20210510_1817185.html
- National Museum of China. (n.d.). The Road of Rejuvenation. URL: https://en.chnmuseum.cn/exhibition/current_exhibitions_648/201911/t20191120_1716

- Naughton, B. (2018). Is There a Xi Jinping Model of Economic Reform? In W. Huang & H. Zhou (Eds.), *The Impacts of China's Rise on the Pacific and the World* (pp.27-41). W.E. Upjohn Institute for Employment Research.
- North, R. C. (1963). *Moscow and Chinese Communists*. Stanford University Press.
- O'Rourke, R. (2019). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress (RL33153, Version 274)*. Congressional Research Service.
URL: <https://sgp.fas.org/crs/row/RL33153.pdf>
- Pan, P. (2008). *Out of Mao's Shadow: The Struggle for the Soul of a New China*. Simon & Schuster.
- Pei, M. (2007). Corruption Threatens China's Future. *Policy Brief 55*. Carnegie Endowment for International Peace.
URL: https://carnegieendowment.org/files/pb55_pei_china_corruption_final.pdf
- Pei, M. (2019). Rewriting the Rules of the Chinese Party-State: Xi's Progress in Reinvigorating the CCP. *China Leadership Monitor* 59.
URL: https://www.prcleader.org/_files/ugd/10535f_c22e9e10b681444c93167478999e548c.pdf
- PETRI, A. (2017, April 21). China's "Great Green Wall" Fights Expanding Desert. *National Geographic*. URL: <https://www.nationalgeographic.com/science/article/china-great-green-wall-gobi-tengger-desertification>
- Piketty, T. Yang, L. Zucman, G. (2019). Capital Accumulation, Private Property, and Rising Inequality in China, 1978–2015. *American Economic Review* 109(7), pp. 2469-2496.
- Pye, L. W. (1993). How China's Nationalism Was Shanghaied. *Australian Journal of Chinese Affairs* 29, pp.107-133. DOI: <https://doi.org/10.2307/2949954>
- Rees, N. (1993). *Chambers Dictionary of Modern Quotations*. Chambers Harrap Publishers.
- República Popular da China. (1983). *The Constitution of the People's Republic of China* (1º ed.). Foreign Language Press.

- Reuters. President Xi says China will not export its political system. (2017, dezembro 1). *Reuters*.
<https://www.reuters.com/article/us-china-parties-idUSKBN1DV4UM>
- Rudd, K. (2022a). *Reflections on China and U.S.-China Relations in 2021: A Collection of Speeches and Essays in the Asia Society Series on the Avoidable War*. The Asia Society. URL:
<https://asiasociety.org/policy-institute/reflections-china-and-us-china-relations-2021>
- Rudd, K. (2022b). The World According to Xi Jinping: What China's Ideologue in Chief Really Believes. *Foreign Affairs* 101(8), pp.1-8. URL: https://viet-studies.net/kinhte/WorldAccordingtoXi_FA.pdf
- Rudolf, M. (2023). CCP's Promotion of Rule by Law. In U.S. Congressional Research Service, *Hearing on Rule By Law: China's Increasingly Global Legal Reach* (pp.14-32). URL:
https://www.uscc.gov/sites/default/files/2023-05/May_4_Hearing_Transcript.pdf
- Schram, S. R. (1971). *The Political Thought of Mao Tse-tung* (Revised and Enlarged ed.). Praeger Publishers.
- Schurmann, F. (1968). *Ideology and Organization in Communist China* (2^a ed.). University of California Press.
- Senger, H. V. (1985). Recent developments in the relations between state and party norms in the People's Republic of China. In S. R. Schram (Ed.), *The Scope of State Power in China* (pp.171-207). The Chinese University of Hong Kong Press.
- Shigong, J. (2018/2019). 'Jiang Shigong on 'Philosophy and History: Interpreting the "Xi Jinping Era" through Xi's Report to the Nineteenth National Congress of the CCP' (Traduzido por: D. Ownby & T. Cheek). *The China Story* (National University of Australia). URL:
<http://digamoo.free.fr/jiangshigong118.pdf>

- Smith, C. A. (2019). Datong and Xiaokang. In C. Sorace, I. Franceschini, & N. Loubere (Eds.), *Afterlives of Chinese Communism: Political Concepts from Mao to Xi*, Australian National University Press (63-66). Australian National University Press. DOI: <https://doi.org/10.22459/ACC.2019>
- Speake, J. (2008). *The Oxford Dictionary of Proverbs* (5^a ed.). Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/acref/9780199539536.001.0001>
- Stalin, J. (2023). *History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks): Short Course*. Foreign Language Press.
- Statista. (2023a). *Per capita gross domestic product (GDP) in China in 2022, by province or region*. Statista. URL: <https://www.statista.com/statistics/1093666/china-per-capita-gross-domestic-product-gdp-by-province/>
- Statista. (2023b). *Number of registered corruption cases involving Chinese Communist Party (CCP) officials in China from 2012 to 2022*. Statista. URL: <https://www.statista.com/statistics/250147/number-of-corrupction-cases-of-chinese-communist-party-ccp-officials-in-china/>
- Statista. (2023c). *Spain: Gross domestic product (GDP) per capita in current prices from 1987 to 2028*. Statista. URL: <https://www.statista.com/statistics/263773/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-spain/>
- Sun, Y. (1995). *The Chinese Reassessment of Socialism: 1976-1992*. Princeton University Press. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781400821754>
- Taylor, I. (1998). China's Foreign Policy towards Africa in the 1990s. *The Journal of Modern African Studies* 36(3), pp.443-460.

- The Publicity Department of The CCP Central Committee. (2021). *The CPC Its Mission and Contributions*. Foreign Language Press. URL: http://english.scio.gov.cn/topnews/2021-08/26/content_77715570.htm
- The World Bank & Council, D. R. C. S. (2022). *Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead*. International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank and the Development URL: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>
- The World Bank. (n.d.). *GDP per capita (current US\$) - Spain | Data*. Worldbank.org. URL: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=ES>
- Thornton, P. M. (2021). Of Constitutions, Campaigns and Commissions: A Century of Democratic Centralism under the CCP. *The China Quarterly* 248, pp.52-72. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741021000758>
- Tilly, C. (1994). States and nationalism in Europe 1492—1992. *Theory and Society* 23(1), pp.131-146. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00993675>
- Tsinghua Establishes Institute for Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era-Tsinghua University. (n.d.). URL: <https://www.tsinghua.edu.cn/en/info/1244/2918.htm>
- Toh, M. (2023, 12 de julho). Jack Ma loses more than half his wealth after criticizing Chinese regulators. *CNN News*. URL: <https://edition.cnn.com/2023/07/12/business/china-jack-ma-wealth-drop-intl-hnk/index.html>
- Tsang, S. & Cheung, O. (2022). Has Xi Jinping made China's political system more resilient and enduring? *Third World Quarterly* 43(1), pp.225-243. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436597.2021.2000857>

- Tsang, S. (2020) Party-state Realism: A Framework for Understanding China's Approach to Foreign Policy. *Journal of Contemporary China* 29(122), pp.304-318. DOI: <https://doi.org/10.1080/10670564.2019.1637562>
- Tse-tung, M. (1965a). *Selected Works of Mao Tse-Tung: Volume I* (1^a ed.). Foreign Language Press.
- Tse-tung, M. (1965b). *Selected Works of Mao Tse-Tung: Volume II* (1^a ed.). Foreign Language Press.
- Wang, Z. (2014). The Chinese Dream: Concept and Context. *Journal of Chinese Political Science* 19(1), pp 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11366-013-9272-0>
- Wei, S. Yongxin, G. & Juan, C. (2023). Layering Ideologies from Deng Xiaoping to Xi Jinping: Tracing Ideological Changes of the Communist Party of China Using Text Analysis. *China: An International Journal* 21(2), pp.26-50. DOI: <https://doi.org/10.1353/chn.2023.a898340>.
- Wei, X. (2018). The principal contradiction and its evolution in the new era of the socialism society with Chinese characteristics: From the perspective of the Marxist political economy methodology. *China Political Economy* 1(1), pp.2-12. URL: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CPE-09-2018-008/full/pdf?title=the-principal-contradiction-and-its-evolution-in-the-new-era-of-the-socialism-society-with-chinese-characteristics-from-the-perspective-of-the-marxist-political-economy-methodology>
- Weiwei, Z. (1996). *Ideology and Economic Reform Under Deng Xiaoping: 1978-1993* (1^o ed.). Kegan Paul International. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203038796>
- Wiguang, W. (2021). Adapting Marxism to the Chinese Context: A Glorious Chapter in CPC's Hundred-Year History. *English Edition of Qiushi Journal* (Original publicado em: *Qiushi Journal* 13). URL: http://en.qstheory.cn/2021-09/08/c_657826.htm
- Williams, J. A. (2019). Ideology and China's Political Development. In J. A. Williams (Ed.), *Politics in China: An Introduction* (3^o ed, pp.157-200). Oxford University Press.

- Wong, J. (2013). Why China Needs to Urgently Address its Rising Income Inequality. *East Asian Policy* 5(4), pp.43-52. DOI: <https://doi.org/10.1142/S1793930513000354>
- World Health Organization. (2023). Air pollution. World Health Organization. URL: <https://www.who.int/china/health-topics/air-pollution>
- Wu, S. (2014). The Revival of Confucianism and the CCP's Struggle for Cultural Leadership: a content analysis of the People's Daily, 2000 – 2009. *Journal of Contemporary China* 23(89), pp.971-991. DOI: <https://doi.org/10.1080/10670564.2014.882624>
- Wu, S. (2015). "Modernizing" Confucianism in China: A Repackaging of Institutionalization to Consolidate Party Leadership. *Asian Perspective* 39(2), pp.301-324. DOI: <https://doi.org/10.1353/apr.2015.0005>
- Wylie, R. F. (1979). Mao Tse-Tung, Ch'en Po-Ta and the "Sinification of Marxism" 1936-38. *The China Quarterly* 79, pp.447-480. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741000038273>
- Xiaoping, D. (1985). *Building Socialism with Chinese Characteristics* (1^o ed.). Foreign Language Press.
- Xiaoping, D. (1994). *Selected Works: Volume III (1982-1992)* (1^o ed.). Foreign Language Press.
- Xiaoping, D. (1995). *Selected Works: Volume II (1975-1982)* (2^o ed.). Foreign Language Press.
- Yahuda, M. (1993). Deng Xiaoping: The Statesman. *China Quarterly* 135, pp.551-572. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741000013916>
- Yan, F. Cai, Y. & Xie, X. (2020). The Philosophical Thoughts on the Theoretical Basis of China's Principal Contradiction in the New Era. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research* 416, pp.637-642. DOI: <https://doi.org/10.2991/assehr.k.200316.139>
- Yao, Y. (2022). Sinification of Marxism: The CPC's Most Urgent Ideological Challenge. In F. N. Pieke & B. Hofman (Eds.), *CCP Futures: The New Era of Socialism with Chinese Characteristics* (pp.54-60). East Asian Institute.

- Yong, N. (2023, março 27). Jack Ma: Alibaba founder seen in China after long absence. *BBC News*.
URL: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-65084344>
- Zenz, A. (2021). *The Xinjiang Papers: An Introduction*. The Uyghur Tribunal. URL:
<https://uyghurtribunal.com/wp-content/uploads/2021/11/The-Xinjiang-Papers-An-Introduction-1.pdf>
- Zhang, F. Su, B. Zhao, Y., & Jin, L. (2007). Genetic Studies of Human Diversity in East Asia. *Philosophical Transactions of The Royal Society B Biological Sciences* 362(1482), pp.987-996.
DOI: <https://doi.org/10.1098/rstb.2007.2028>
- Zhao, S. (1998). A state-led nationalism: The patriotic education campaign in post-Tiananmen China. *Communist and Post-Communist Studies* 31(3), pp.287-302. DOI:
[https://doi.org/10.1016/S0967-067X\(98\)00009-9](https://doi.org/10.1016/S0967-067X(98)00009-9)
- Zhao, S. (2005). China's Pragmatic Nationalism: Is It Manageable? *The Washington Quarterly* 29(1), pp.131-144. DOI: <https://doi.org/10.1162/016366005774859670>
- Zhao, S. (2022). *The Dragon Roars Back: Transformational Leaders and Dynamics of Chinese Foreign Policy*. Stanford University Press.
- Zhao, S. A. (2004). *Nation-State by Construction: Dynamics of Modern Chinese Nationalism*. Stanford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781503624498>
- Zhou, Y. (2022). Correctly Understand the Changes in China's Principal Social Contradictions. *International Journal of Education and Humanities* 4(3), pp.146-149.
- Žižek, S. (2007). *Slavoj Žižek Presents Mao On Practice and Contradiction*. Verso Books.
- Zwick, P. (1983). *National Communism*. Westview Press.